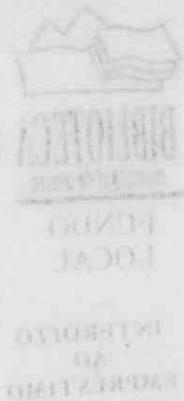


BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO



ANO III

1985 N.º 5



OPORTA

BOLÉTIM MUNICIPAL DE AVEIRO

bibRIA



PRINCESA SANTA JOANA

de Soror Margarida Pinheira

de Quarta-feira
Vendedor do Pelouro da Cultura

«Grande e maravilhosa cousa e manifestamente feita per obra da mui alta sabedoria e poder divinal que uma Infante mui delicada, nascida e criada em tantos vícios e pompas da tenra carne, em tão nova idade e tempo em que mais se costuma gostar e deleitar em eles, nesse desprezando tudo, per tão novas maneiras trabalhava só servir e aprazer a Deus.

E ainda que de tão nova idade fosse, quantos a viam e ouviam, julgavam ser de vinte cinco ou trinta anos, per sua grande prudência e saber.

Era no rosto e corpo mui aposta, a fronte muito graciosa, os olhos verdes mui formosos, o nariz meão e de boa feição, a boca grossa e revolta, rosto redondo, o carão alvo com alguma quanta quer cor bem posta, muito formosa garganta e mãos mais do que se pudesse achar e ver a nenhuma outra mulher, alta e grande de corpo direito, mui aposto e airoso à vista e representação de grande Senhora e estado.»

Soror Margarida Pinheira

Séc. XV - XVI

(*Memorial da Infanta Santa Joana*, fl. 56)

Nota — Com a reprodução da pintura quatrocentista que retrata a Padroeira de Aveiro, queremos saudar a nova freguesia de Santa Joana.

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Publicação Semestral de Índole Cultural e Informativa

Março de 1985

SUMÁRIO

PRINCESA SANTA JOANA

● *Soror Margarida Pinheira* ● ● 3

DUAS PALAVRAS

● *Custódio Ramos*
Vereador do Pelouro da Cultura ● 7

A FREGUESIA DE SANTA JOANA

● *João Gaspar, Carlos Candal e*
Custódio Ramos ● 9

HOMENAGEM A JOSÉ ESTÉVÃO
EM LISBOA

● *Redacção* ● 21

INDÚSTRIA EXTRACTIVA DO DISTRITO
DE AVEIRO – SUA IMPORTÂNCIA NO
CONTEXTO NACIONAL

● *José Carlos Balacó Moreira* ● 33

TOPONÍMIA DE AVEIRO EM 1895

● *Emanuel Cunha* ● 43

A QUINTA DE S. FRANCISCO,
EM EIXO

● *Carlos Alves Valente* ● 53

UM POETA DE AVEIRO IGNORADO

● *Honorinda Maria Cerveira da Costa* ● 57

CONSERVATÓRIO REGIONAL DE
AVEIRO

● *Orlando de Oliveira* ● 61

ANTIGOS PAÇOS DO EXTINTO
CONCELHO DE ESGUEIRA

● *Redacção* ● 67

“CACIA E O BAIXO-VOUGA”

● *Redacção* ● 71

EXPOSIÇÃO “AVEIRO ANTIGO”

● *Redacção* ● 73

MINISTRO DO UZBEQUISTÃO

● *Redacção* ● 75

EMBAIXADOR DO JAPÃO

● *Redacção* ● 76

NOTÍCIAS BREVES

● *Redacção* ● 77

SUMÁRIO

3	• • •	• São José dos Reis, Pinheiro	PRINCESA SANTA JOANA
7	• • •	• Carlos F. de Azevedo • Visconde de Pinheiro de Castro	DUAS PALAVRAS
9	• • •	• Vasco G. de Azevedo, Carlos G. de Azevedo • Carlos F. de Azevedo	A FREQUÊNCIA DE SANTA JOANA
21	• • •	• Carlos F. de Azevedo	HOMENAGEM A JOSÉ ESTEVÃO EM LISBOA
25	• • •	• Carlos F. de Azevedo	INDÚSTRIA EXTRACTIVA DE AVEIRO DE AVEIRO - SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO NACIONAL
43	• • •	• Carlos F. de Azevedo	TORNAR A AVEIRO EM 1850
53	• • •	• Carlos F. de Azevedo	A QUINTA DE S. FRANCISCO EXTINTO
67	• • •	• Honório Maria Diniz de Costa	UM POETA DE AVEIRO IGNORADO
81	• • •	• D. João de Oliveira	CONSERVATÓRIO REGIONAL DE AVEIRO
87	• • •	• Relação	ARTIGOS PAÇOS DO EXTINTO CONSELHO DE ESCOLA
91	• • •	• Relação	"CÁDIZ E O BAIÃO-VOLTA"
93	• • •	• Relação	EXPOSIÇÃO "AVEIRO ANTIGO"
95	• • •	• Relação	MINISTRO DO UZBEQUISTÃO
98	• • •	• Relação	EMBAIXADOR DO JAPÃO
99	• • •	• Relação	NOTÍCIAS BREVES

Os textos assinados são da responsabilidade dos autores.

Os artigos publicados podem ser transcritos, total ou parcialmente, desde que se indique a origem.

DUAS PALAVRAS

1. — Primeiro passo para a unificação

A reconeção da freguesia de Santa Joana ao concelho de Aveiro, proporcionando a possibilidade de fazer uma retrospectiva sobre os seus antecessores.

De facto, já desde há mais de vinte anos que vinha notando um crescente desenvolvimento do gráfico nos lugares periféricos da cidade de Aveiro: Póvoa, Quinta do Gato, Delpouso, Viso, Arvelha, Alagoas, etc., por isso não nos espanta que a respectiva população começasse a surgir a cada vez mais acentuada, da constituição de uma nova freguesia, num lugar que desde logo se adivinha não muito longínquo.

Por outro lado, o Distrito de Aveiro, para servir o melhor objectivo, necessariamente centro municipal, pedira-se nos diversos lugares que se queresse e do concelho.

Um primeiro passo foi a unificação da freguesia da humana e social que se designava D. Comendador da Apresentação Fernandes, em decreto de 1 de Janeiro de 1959 tendo julgado conveniente redefinir os limites das paróquias de Santo André de Espinheiro, Nossa Senhora da Glória e da Vera-Cruz de Aveiro no que se refere ao lugar da Quinta do Gato, até então dividido pelas três jurisdições eclesiais. A fim de evitar as inconveniências daí resultantes, de acordo com os respectivos párocos e com os habitantes da povoação, houve por bem colocar unicamente sob a jurisdição da paróquia de Espinheiro o referido lugar, desmembrando das outras duas paróquias o território que a elas pertencia.⁽¹⁾

2. — Sob a tutela de Santa Joana

Dando lugar ao desejo que aquela diocese episcopal não passara de uma simples paróquia. As coisas surgiram por parte do senhor arcebispo de fronteiras insubmissas. Deu cumprimento ao desejo monástico não obstante a oposição do Sr. Bispo de Aveiro, D. Manuel de Almeida Taveira, convocou para o dia 25 de Dezembro de 1959 um

Por motivos alheios à nossa vontade, o n.º 5 do BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO chega às mãos dos seus leitores com algum atraso. As nossas sinceras desculpas.

Na vida da comunidade municipal aveirense, a recente criação da freguesia de Santa Joana — aumentando para 13 o número de autarquias do concelho — constituirá certamente um facto histórico a sublinhar de entre os acontecimentos do último semestre. Por isso, nesta edição lhe damos o devido relevo.

Histórico é já o dia 18 de Julho de 1835, data da publicação do decreto que criou o Distrito de Aveiro. Ocorrendo este ano o seu 150.º aniversário, o Boletim Municipal de Aveiro não poderia ficar indiferente a tal ocorrência. A efeméride foi lembrada no último número; hoje damos à estampa um valioso e bem cuidado estudo que, ultrapassando as fronteiras municipais, se alarga a todo o território distrital. Julgamos que assim, de uma maneira útil ao conhecimento da região, nos congratulamos com o faustoso acontecimento. Ao autor, Engenheiro-Geólogo José Carlos Balacó Moreira, agradecemos tão preciosa colaboração.

Para todos os demais, que de algum modo também nos auxiliaram, o nosso BEM HAJAM.

Custódio Ramos

Vereador da Cultura

que a Santa Princesa fosse dedicada e erigida para qual a construir. São a memória de paróquia e memória de um acontecimento que se tem passado. A benignidade de Sua Santidade o Sr. Bispo de ler constituído Santa Joana apenas beatificada, como Princesa. A Diocese de Aveiro (1). A Igreja que sempre esteve a primeira Igreja no mundo a consagrar a memória da piedosa e exalta Princesa... A Igreja que sempre agradeceu esta casa, que se achava com o mesmo sentimento (1) 2).

O Príncipe que sempre esteve no nome da Igreja que os povos da diocese de Aveiro sempre teve Igreja paróquia, de acordo com a sua povoação, os povos de Aveiro que se achavam desta, por isso sempre esteve — e a memória da Igreja

DUAS PALAVRAS

Por motivos alheios à nossa vontade, o n.º 2 do BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO chega às mãos dos seus leitores com algum atraso. As nossas sinceras desculpas.

Na vida da comunidade municipal aveirense, a recente criação da freguesia de Santa Joana — su-
mentada para 13 o número de freguesias do concelho — constitui certamente um facto histórico a
sublinhar de entre os acontecimentos do último
semestre. Por isso, nesta edição lhe damos o devido
relevo.

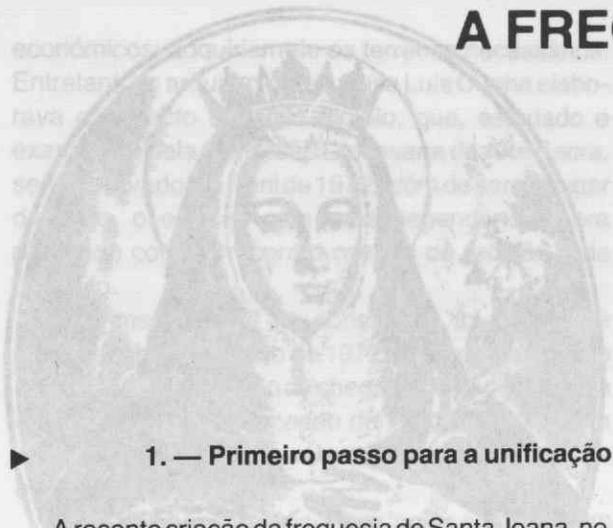
Histórias é já o dia 18 de Julho de 1832, data
da publicação do decreto que criou o Distrito de
Aveiro. Ocorrendo este ano o seu 150.º aniversário,
o Boletim Municipal de Aveiro não poderia ficar
indiferente a tal ocasião. A esmêlida foi lem-
brada no último número, hoje damos à estampa
um volume sobre o estudo que, ultrapassando
os limites municipais, abrange a todo o território
distrital. Julgamos que assim, de uma maneira útil
ao conhecimento da região, nos congratulamos com
o autor, Engenheiro
Geólogo José Carlos Balasó Moreira, agradeçamos
tão preciosa colaboração.

Para todos os demais, que de algum modo tam-
bém nos auxiliaram, o nosso BEM HALAM.

Custódio Ramos

Vereador da Cultura

A FREGUESIA DE SANTA JOANA



1. — Primeiro passo para a unificação

A recente criação da freguesia de Santa Joana, no concelho de Aveiro, proporciona-nos a ocasião de fazer uma retrospectiva sobre os seus antecedentes.

De facto, já desde há mais de trinta anos que se vinha notando um crescente desenvolvimento demográfico nos lugares periféricos da cidade de Aveiro — Presa, Quinta do Gato, Solposto, Viso, Areais, Azenha, Alagoas, etc; por isso não nos espanta que na respectiva população começasse a surgir a ideia, cada vez mais acentuada, da constituição de uma nova freguesia, num futuro que desde logo se adivinhava não muito longínquo.

Por outro lado, o Bispo de Aveiro procurava que, para servir melhor aquela população, não faltasse um conveniente centro religioso com suas actividades pastorais nos diversos sectores de liturgia, de catequese e de caridade.

Um primeiro passo foi a unificação da comunidade humana e social que se desenhava. D. Domingos da Apresentação Fernandes, em decreto de 16 de Janeiro de 1959 «tendo julgado conveniente rever os limites das paróquias de Santo André de Esgueira, de Nossa Senhora da Glória e da Vera-Cruz de Aveiro, no que se refere ao lugar da Quinta do Gato, até agora dividido pelas três jurisdições eclesiásticas, a fim de evitar os inconvenientes daí resultantes, de acordo com os respectivos párocos e com os habitantes da povoação», houve por bem colocar unicamente sob a jurisdição da paróquia de Esgueira o referido lugar, desmembrando das outras duas paróquias o território que a elas pertencia. ⁽¹⁾

2. — Sob a tutela de Santa Joana

Desde logo se concluiu que aquela decisão episcopal não passava de uma medida transitória. As casas surgiam por todos os lados, rebentando as fronteiras tradicionais das povoações e o índice demográfico não cessava de subir. Por tal razão, o novo Bispo de Aveiro, D. Manuel de Almeida Trindade, convocou para o dia 29 de Dezembro de 1966 um

encontro com pessoas da Quinta do Gato e do Solposto, onde se trataram diversos assuntos relativos à assistência religiosa daquela zona.

À distância dos anos temos como fundamentalíssima para o seu futuro esta reunião, de cuja acta recortamos o seguinte:

«Pelo Prelado foi dito aos presentes que, durante a visita pastoral que fez à freguesia de Esgueira no princípio do mês de Dezembro, havia verificado a necessidade urgente de dotar aquela paróquia de um capelão privativo que prestasse assistência religiosa aos povos que nela habitam e fosse orientado tudo para que, no mais breve espaço de tempo, ali se pudesse erigir canonicamente uma paróquia. Não era possível desde já definir rigorosamente os limites da nova divisão eclesiástica, mas julgava estar no ânimo de todos que a ela viessem a pertencer não só as povoações de Azenha, Solposto e Quinta do Gato, mas ainda a povoação da Presa que, por pertencer às três paróquias da Glória, da Vera-Cruz e de Esgueira, se encontra numa situação que não é normal.

Em virtude de nenhuma destas povoações poder ter razoavelmente a pretensão de impor o próprio nome como sendo o da sede da paróquia ou o próprio orago como o orago da futura igreja paroquial, o Senhor Bispo propôs que a divisão eclesiástica a criar tivesse o nome de PARÓQUIA DE SANTA JOANA, e que à Santa Princesa fosse dedicada a igreja paroquial a construir. Seria a maneira de perpetuar a memória de um acontecimento que se fica devendo à benignidade de Sua Santidade o Papa Paulo VI — o de ter constituído Santa Joana Princesa, embora apenas beatificada, como Padroeira da Cidade e da Diocese de Aveiro (...). A futura igreja seria assim a primeira igreja no mundo a consagrar a memória da piedosa e excelsa Princesa (...). A todos os presentes agradou esta ideia, que foi aceite sem qualquer relutância (...) ⁽²⁾.

O Prelado disse ainda que, não sendo por vezes fácil que os povos interessados na construção de uma nova igreja paroquial, destinada a servir várias povoações, se ponham de acordo quanto à localização desta, pedia aos presentes — e o mesmo iria pedir

aos representantes do lugar da Presa, quando tivessem a oportunidade de estar com eles — que aceitassem a arbitragem de pessoa competente em matéria de urbanismo que fosse, como o próprio Prelado da Diocese, perfeitamente imparcial. Um bairrismo lúcido pode ser factor de progresso; mas, quando não tem a orientá-lo uma lucidez, em vez de factor de progresso pode constituir um factor paralizante. Todos os presentes acharam razoáveis as considerações do Senhor Bispo e aceitaram a sua proposta» (3).

Como ficara em aberto uma reunião com a Comissão de Culto da capela da Presa, de que faziam parte elementos dos lugares da Presa e da Quinta Velha, esta veio a realizar-se no dia 14 de Janeiro de 1967. O assunto da agenda foi o mesmo da reunião anterior; os mesmos foram os pontos de vista e idênticas as conclusões. Avançava-se com segurança e cautela. Ia-se criando uma comunidade de lugares ou povoações, sob o nome e a tutela da Princesa Santa Joana. A sua memória e a sua evocação dissipavam dúvidas e unificavam opiniões diversas, mas não contraditórias. Todos se encontravam numa ideia convergente, para não dizer numa pessoa que a todos dizia alguma ou muita coisa.

3. — Os limites geográficos e a reitoria paroquial

Decorreram os anos de 1967 e de 1968. Ao iniciar-se o ano de 1969, estava praticamente apenas em suspenso a resolução do problema dos limites da futura circunscrição eclesiástica. É um pormenor — se se pode chamar *pormenor* — que traz embaraços e que é preciso tratar sem pressas, com muita ponderação e com muito diálogo. Se assim não fosse, poderia acontecer ficar tudo na mesma, como no princípio, sem vantagem para ninguém e com prejuízo para todos.

A comissão, nomeada para o efeito, estudou o assunto no próprio local, considerando «o ambiente humano e geográfico da zona a incluir na nova paróquia» e debruçando-se «com muita atenção ao presente e ao futuro e com total isenção, apenas orientada pelo bem do povo de Deus». O seu parecer, dado por escrito, tem a data de 11 de Junho de 1969; comunicado aos respectivos párocos e a leigos responsáveis, foi aceite na generalidade. Apenas surgiram certas divergências parcelares ou reticências pontuais, que seriam estudadas e tomadas na devida consideração, tendo sempre em vista os superiores interesses do povo e da pastoral da Igreja. (4)

Chegara-se, pois, ao momento azado para uma decisão; o processo canónico alcançara o seu termo. Ao Bispo de Aveiro competia a última palavra. Contudo, não existindo ainda lugar de culto suficiente e



S.^a JUANA PRINCESA D. PORTUGAL, Virgem, del Orden d Pred.^h a 12 de Mayo.
I.^a a Palm.^o Jculp

condigno para a nova paróquia, o Prelado resolveu instituir não uma paróquia canónica mas um vicariato ou reitoria paroquial não perpétuo, até que se criassem as estruturas próprias e capazes.

Pelo decreto episcopal, que tem a data de 11 de Novembro de 1969, à nova circunscrição religiosa foi dada como padroeira a Princesa Santa Joana que seria também a titular da igreja a construir, foram estabelecidos os respectivos limites territoriais, foi determinado que o reitor gozasse de poder paroquial exclusivo e que os actos de culto e a celebração dos sacramentos pudessem ser realizados, até à construção da futura igreja matriz, indistintamente em qualquer das capelas públicas existentes dentro dos referidos limites. (5) Esta decisão que entraria em vigor no dia 16 seguinte, foi logo participada ao Governo Civil do Distrito e à Câmara Municipal de Aveiro. (6)

▶ 4. — A construção da igreja e a criação da paróquia

A comunidade foi-se formando a passos largos e seguros; o índice populacional não deixava de crescer. A ideia da nova igreja aglutinava poderosamente as pessoas. Promoviam-se cortejos; juntavam-se dádivas anónimas e ofertas particulares; organizavam-se cotizações voluntárias; faziam-se quermesses; ensaiavam-se récitas; conseguiam-se fundos

económicos; adquiriam-se os terrenos necessários. Entretanto, o arquitecto portuense Luís Cunha elaborava o projecto do novo templo, que, estudado e examinado pela Comissão Diocesana de Arte Sacra, seria aprovado em Abril de 1972; além de ser um lugar de culto, o edifício, com suas dependências, era planeado como um centro comum de reunião e de convívio.

A primeira pedra da construção foi benzida e lançada em 30 de Julho de 1972 — precisamente no dia do 500.º aniversário da chegada de Santa Joana a Aveiro. (7) O povo procedeu de imediato à abertura dos alicerces e, em Novembro seguinte, iniciavam-se efectivamente as obras.

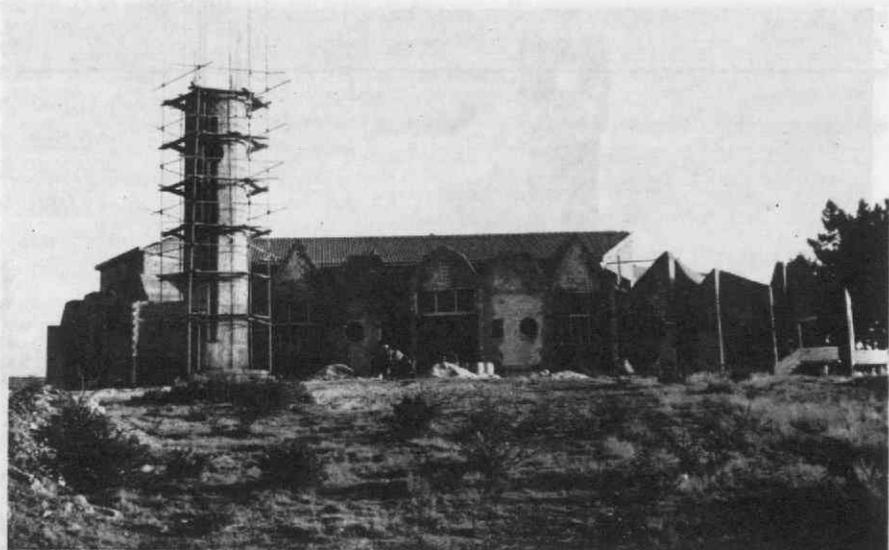
Sem afrouxar no entusiasmo, antes animadas em coragem, dedicação e generosidade, as pessoas dos diversos lugares da nova circunscrição eclesiástica foram-se dando as mãos na construção da sua igreja paroquial, símbolo de unidade que não apenas da sua fé cristã. Assim, apesar de situações sociais e económicas adversas, foi possível chegar ao dia sumamente festivo — 19 de Setembro de 1976 — escolhido para a bênção litúrgica e inauguração solene do novo templo, juntamente com a tomada de posse do primeiro pároco. Nessa altura, já o Bispo de Aveiro assinara o decreto diocesano da criação da paróquia eclesiástica de Santa Joana Princesa, dando carácter definitivo ao vicariato ou reitoria paroquial; com data de 10 de Setembro, entraria em vigor precisamente naquele dia 19. Nos considerandos prévios do mencionado documento, constatava-se que estava construído o templo paroquial, com seus anexos para as diversas actividades específicas da Igreja, que o povo tinha patenteado a vivência de uma comunidade unida e que havia fundada esperança de que tal proceder continuaria no futuro. (8).

A esperança tornou-se consoladora certeza, mercê do esforço de quantos têm lutado pela paz e pela unidade no seu ambiente. Se têm surgido dificuldades — onde as não haverá? — estas têm mesmo ajudado a fortalecer os laços dos homens e das mulheres de boa-vontade, que fazem da fé o ideal da sua vida, do amor o lema da sua existência, da promoção espiritual, humana e social um bem a incrementar.

► 5. — Antecedentes próximos da criação da freguesia

Instituída a reitoria paroquial de Santa Joana e entretanto reforçado o sentido gregário das várias povoações que a integravam, acentuando-se cada vez mais o crescimento demográfico e a expansão económica na respectiva área e beneficiando a zona de razoáveis infraestruturas, logo começou a germinar entre os residentes a ideia de reivindicarem a criação duma autarquia vicinal própria. Assim, um significativo grupo de «chefes de família eleitores», domiciliados nos diversos povos da circunscrição paroquial, apresentou por escrito ao Ministro da Administração Interna — em 16 de Janeiro de 1976 e por intermédio do Governador Civil de Aveiro — a conveniência e a necessidade da nova autarquia, propondo-lhe aliás limites coincidentes com os da circunscrição eclesiástica.

Na Direcção Geral da Acção Regional do Ministério da Administração Interna foi subsequentemente aberto um processo correlativo, que — apesar de informado favoravelmente — não teve depois andamento. A propósito, importa recordar que o artigo 9.º do Código Administrativo de 1936 atribuiu à Assem-



A igreja de Santa Joana em construção (princípios de 1976)

bleia Nacional e ao Governo a competência para a criação de novas freguesias.

Todavia, se a vigência de tal preceito já fora posta em causa pela própria eclosão da «Revolução dos Cravos» e, directamente, pela conseqüente extinção da denominada Assembleia Nacional, a sua utilização pelos Executivos Provisórios, que na época governaram o País, encontrava-se seguramente prejudicada pela expectativa da nova Lei Fundamental, que começara a ser elaborada aos 2 de Junho de 1975.

Ora, a Constituição da República Portuguesa, entrada em vigor em 25 de Abril de 1976, veio a reservar exclusivamente à Assembleia da República a «organização das autarquias locais»⁽⁹⁾.

As vicissitudes do processo político então em curso e o empenhamento dos cidadãos na disputa político-partidária e bem assim a consolidação da democracia e a problemática da definição do novo regime retardaram depois o justo nascimento da desejada freguesia.

6. — A iniciativa legislativa

Foi o então deputado Carlos Candal quem tomou em mãos essa pretensão popular da instituição de uma nova autarquia local no concelho de Aveiro — em Novembro de 1978 — durante a 3.ª sessão da I Legislatura. Para tanto, procedeu ao tempo a diversas diligências e sucessivos contactos, designadamente a propósito de alguma celeuma que existia quanto à fixação a sudoeste da extrema da reivindicada freguesia, no lugar das Areias da Patela, problema pontual de que a Junta de Freguesia de São Bernardo já em 21 de Setembro de 1970 se fizera eco.

Encontrada uma razoável solução de compromisso para a polémica (mediante uma pequena alteração

local das fronteiras da freguesia civil em relação aos limites da paróquia), aquele aveirense apresentaria na Assembleia da República, aos 13 de Dezembro de 1978, um Projecto de Lei para a criação da freguesia de Santa Joana⁽¹⁰⁾, considerando óbvia a manutenção do nome da Padroeira anteriormente dado à paróquia e já enraizado no sentir das gentes locais. Nesta ocasião, já a autoridade diocesana havia erigido em paróquia a reitoria paroquial, que entretanto construira a igreja matriz.

Fundamentando o seu texto legislativo, Carlos Candal invocava «a necessidade de assegurar às populações a possível comodidade administrativa» e «a conveniência de proceder ao melhor aproveitamento do dinamismo das comunidades vicinais ou paroquiais, tento (...) presente o imperativo constitucional da participação directa e activa dos cidadãos na vida administrativa local».

E abordava depois os pressupostos volitivos, sociais, económicos, demográficos e geográficos que justificavam a desanexação das parcelas das freguesias da Glória, de Esgueira, da Vera-Cruz e, numa pequena parcela, de São Bernardo, que deveriam integrar o território da proposta nova freguesia.

Os órgãos representativos legítimos daquelas autarquias prestaram entretanto o seu assentimento à iniciativa, tal como a Câmara e a Assembleia Municipal de Aveiro.

Dissolvida que foi a Assembleia da República e terminada depois a I Legislatura — ainda na 4.ª sessão desta — e, posteriormente, na 1.ª sessão da II Legislatura o mesmo deputado repetiu a apresentação formal da proposta dos seus conterrâneos⁽¹¹⁾, sem que todavia, durante todo esse tempo, o Parlamento tivesse encontrado oportunidade para apreciar e decidir sobre a pretensão (tal como, genericamente, sobre muitas outras idênticas reivindicações locais, subscritas por vários deputados e referidas a diversos municípios).



A igreja paroquial de Santa Joana, inaugurada em Setembro de 1976.

7. — Nova iniciativa

Eleita uma nova Assembleia da República durante o ano de 1983, impunha-se fazer ressurgir o processo, que estava na gaveta. E foi de novo um grupo de cidadãos da paróquia de Santa Joana que se interessaram pelo assunto, abeirando-se de alguns deputados eleitos pelo Círculo de Aveiro, aos quais expuseram o desejo das populações locais.

Desta feita, coube ao deputado e Vereador da Câmara Municipal de Aveiro, Custódio Ramos, a tarefa de apresentar o novo Projecto de Lei, que deu entrada na Assembleia da República em 17 de Novembro de 1983, sob o número 244/III⁽¹²⁾.

Entretanto, com a publicação da Lei-Quadro sobre criação de novas freguesias (Lei 11/82, de 3 de Junho), havia que instruir devidamente a proposta de acordo com as exigências legais do novo ordenamento jurídico.

Com a colaboração dos órgãos eleitos nas quatro freguesias de origem bem como da Câmara Municipal de Aveiro, cujos Serviços Administrativos e Técnicos se empenharam a fundo no assunto, tornou-se possível ao proponente recolher rapidamente os indicadores e obter atempadamente os pareceres favoráveis indispensáveis, dos quais cumpre destacar o emitido pela Assembleia Municipal, em sessão extraordinária de 23 de Abril de 1984, que mereceu «unanimidade e aclamação»⁽¹³⁾.

Assim, em 29 de Março de 1984, foram entregues pelo proponente na Assembleia da República todos os documentos necessários à instrução do processo, que havia baixado à comissão de especialidade.

8. — Aprovação parlamentar

A Comissão Especializada de Administração Interna e Poder Local havia criado, em 30 de Novembro de 1983, uma subcomissão de análise dos projectos de lei de criação de novas freguesias, que entendeu propor alterações aos textos iniciais.

Dos seus relatórios, publicados nos Diários da Assembleia da República de 17 de Maio e 6 de Junho de 1984, consta que foram notificados «os deputados autores dos mesmos, no sentido de os corrigir... a fim de eles poderem subir ao Plenário da Assembleia da República para discussão e votação». E concluiu ser de parecer que se encontravam em condições de serem aprovados diversos projectos, entre os quais, o 244/III que criava a freguesia de Santa Joana.

Finalmente em 30 de Novembro de 1984, por unanimidade, a Assembleia da República aprovou o mencionado Projecto de Lei, decretando a criação da freguesia de Santa Joana, por força da Lei n.º 63/84, de 31 de Dezembro, para entrar em vigor no dia seguinte.

Assim, a partir de 1985, o concelho de Aveiro conta com treze freguesias, mas espera-se que em breve o seu número seja elevado para catorze, já que, em 23 de Junho de 1983, foi apresentado na Assembleia da República o Projecto de Lei n.º 80/III, subscrito pelo então deputado José Girão Pereira (Presidente da Câmara Municipal de Aveiro), visando a criação da freguesia de Nossa Senhora de Fátima.

O Boletim Municipal de Aveiro regista para a história os elementos que considera essenciais na evolução das populações do Município de Aveiro, assumindo assim o dever que lhe incumbe e não desmerecendo a adjectivação de «municipal». Saliencia-se entretanto que os objectivos só se conseguem atingir com o esforço e o consenso de todos e que a história se faz sobretudo com o contributo das pessoas anónimas, às quais este Boletim presta a devida homenagem.

Ao terminar estas notas sobre a criação da paróquia e da freguesia de Santa Joana cumpre-nos afirmar peremptoriamente — e não é demais que se diga e repita — que o mérito da conclusão de todo o processo não é de uma ou de outra individualidade mas do povo que forma e habita os diversos lugares da nova comunidade. Foi ele que tomou consciência das suas aspirações e, mesmo no meio de dificuldades, teimou em levar a bom termo o que desejava. E conseguiu-o, sob nome e a égide de Santa Joana.

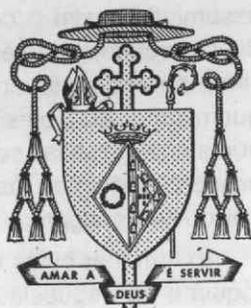
Coordenação de JOÃO GASPAR, CARLOS CANDAL
e CUSTÓDIO RAMOS

- (1) «Correio do Vouga», 17-1-1959.
- (2) Sabe-se que a designação de «Santa Joana» foi sugerida ao Bispo de Aveiro, que logo a aceitou e propôs, por uma pessoa local. «O certo é que não poderia ter sido escolhido outro nome que tanto agradasse a todo o povo, uma vez que já se nota uma devoção bastante arreigada à Padroeira da nossa Cidade e da Diocese de Aveiro» — diria o Padre Adérito Abrantes, o responsável da comunidade católica, numa entrevista concedida ao jornal «O Comércio do Porto», em 16-11-1969.
- (3) Cúria Diocesana de Aveiro — Arquivo da freguesia de Santa Joana.
- (4) Cúria Diocesana de Aveiro — idem.
- (5) «Correio do Vouga» — 14-11-1969.
- (6) Cúria Diocesana de Aveiro — idem.
- (7) «Correio do Vouga» — 4-8-1972.
- (8) «Correio do Vouga» — 17-9-1976.
- (9) Cfr. al. h) do art. 167.º da Constituição da República Portuguesa de 1976.
- (10) Projecto de Lei n.º 163/I.
- (11) Projectos de Lei n.º 389/I e n.º 244/II.
- (12) «Diário da Assembleia da República» — II Série n.º 52, de 18-11-1983.
- (13) Acta n.º 34 da Assembleia Municipal de Aveiro.



BIBLIOTECA
Municipal de aveiro
PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

► DOCUMENTOS:



DECRETO DA CRIAÇÃO DA REITORIA DE SANTA JOANA NO ARCIPRESTADO DE AVEIRO

*D. Manuel de Almeida Trindade, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica,
Bispo de Aveiro*

*Aos que este Nosso Decreto virem, saúde, paz e bênção
em Nosso Senhor Jesus Cristo*

- 1.º — Considerando que os lugares de Quinta do Gato, Solposto, Viso, Presa e outros — formando um aglomerado na periferia da Cidade de Aveiro, o qual tem vindo a crescer, de modo manifesto — se encontram repartidos por três paróquias: — Esgueira, Glória e Vera-Cruz;
 - 2.º — Considerando que tal situação dificulta a prestação de uma assistência religiosa conveniente à referida população;
 - 3.º — Considerando que os povos interessados na criação da nova circunscrição canónica estão na disposição de construir uma igreja em local que para esse efeito já foi adquirido com dádivas suas;
 - 4.º — Considerando que os mesmos povos, tendo providenciado já, embora em local provisório, à habitação do sacerdote encarregado da sua assistência religiosa, estão dispostos a assegurar a sua honesta sustentação;
 - 5.º — Considerando que existem dentro dos limites dessa nova circunscrição canónica duas capelas que poderão servir provisoriamente para os actos do culto;
- Tendo ouvido o parecer favorável do Corpo dos Consultores Diocesanos e usando da Nossa Jurisdição Ordinária;*

HAVEMOS POR BEM:

- 1.º — Erigir canonicamente, ao abrigo do cânon 1412, n.º 1, um Vicariato ou Reitoria Paroquial não perpétua, que terá a sua sede canónica na igreja a construir, e dar-lhe como Padroeira Santa Joana Princesa, já Padroeira da Cidade e da Diocese de Aveiro, por benigna concessão de Sua Santidade o Papa Paulo VI;
- 2.º — Estabelecer, até à criação definitiva da paróquia, os limites do Vicariato ou Reitoria agora instituída, da forma seguinte:
— Partindo do aqueduto da vala hidráulica que separa o lugar de Vilar do da Presa, na variante da Estrada Nacional n.º 16, e continuando pela mencionada

variante no sentido nordeste até à estrada camarária que serve o lugar do Viso e que fica setenta metros a norte do marco quilométrico E.N. 16 — O, inflecte depois por esta estrada camarária, entra na Rua do Caião, chega ao caminho de ferro do Vale do Vouga — Ramal de Aveiro — que acompanha até à passagem de nível da Estrada Nacional n.º 230 (Aveiro-Águeda); segue esta estrada até ao limite da freguesia civil de Eixo, que, respeitando, acompanha daí em direcção ao sul, até ao limite da freguesia civil da Oliveirinha; acompanha igualmente este limite até ao da freguesia eclesiástica de São Bernardo, continuando e observando as confrontações desta freguesia canónica até às Areias de Vilar; daqui parte, através da rua do Vale, inflecte ao caminho-servidão da Chousa até ao seu término, segue a vala que separa os pinhais das terras de cultura, contornando, pelo poente, a quinta de José Alves Pinheiro, e segue a vala hidráulica que passa sob a variante da Estrada Nacional n.º 16, até ao ponto de partida;

§ único: Estes limites poderão ser ajustados, se houver motivos que tal aconselhem, como a abertura de novas estradas de acesso à Cidade, previstas no respectivo Plano Director;

3.º — Determinar que este território, desde a entrada em vigor do presente Decreto, fique na plena dependência do seu legítimo Reitor, o qual, imediatamente sujeito ao Ordinário da Diocese de Aveiro, passa a ter, dentro dos limites definidos no n.º anterior, poder paroquial exclusivo, mesmo quanto à administração dos sacramentos e sacramentais, sem exceptuar a celebração dos matrimónios, dentro das condições do Direito;

4.º — Permitir que os actos do culto e a celebração dos sacramentos (incluindo os matrimónios e baptizados) possam ser realizados, até à construção da futura igreja paroquial, indistintamente em qualquer das capelas públicas existentes dentro dos referidos limites;

5.º — Determinar que o Vicariato ou Reitoria de Santa Joana seja equiparada a paróquia de primeira classe e faça parte do Arciprestado de Aveiro.

O presente Decreto entrará em vigor no próximo domingo, dia 16 de Novembro.

Seja enviado, em cópia autêntica, aos revs. Párocos das freguesias da Vera-Cruz, Glória e Esgueira e ao rev. Reitor de Santa Joana.

Arquive-se.

Publique-se no jornal «Correio do Vouga».

Dado em Aveiro, aos 11 de Novembro de 1969.

Manuel de Almeida Trindade, Bispo de Aveiro



DECRETO DA EREÇÃO CANÔNICA DA PARÓQUIA DE SANTA JOANA, NO ARCIPRESTADO DE AVEIRO

*D. Manuel de Almeida Trindade, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica,
Bispo de Aveiro*

*Aos que este Nosso Decreto virem, saúde, paz e bênção
em Nosso Senhor Jesus Cristo*

Entre as principais obrigações do Nosso múnus pastoral consideramos o cuidado pela conveniente assistência religiosa, nos seus diversos aspectos de evangelização, celebração da Eucaristia, administração dos Sacramentos e exercício da caridade, em favor do Povo a Nós confiado. Por isso, já em Decreto de 11 de Novembro de 1969, erigimos canonicamente um Vicariato ou Reitoria Paroquial não perpétua, com o título de Santa Joana Princesa, englobando as povoações da Quinta do Gato, Solposto, Viso, Presa e outras — que formam um não-pequeno aglomerado populacional na periferia da Cidade de Aveiro.

Considerando agora que os mesmos povos, pertencentes àquela circunscrição canónica, construíram o templo paroquial, com seus anexos para as diversas actividades específicas da Igreja, e dessa forma também patentearam a vivência de uma comunidade unida;

Considerando ainda que sempre têm providenciado à habitação e cõgrua sustentação do Sacerdote encarregado da sua assistência religiosa, de modo que esperamos que tal proceder continuará no futuro;

Tendo ouvido o parecer favorável do Nosso Conselho Presbiteral, emitido conforme as disposições do número 21, § 3, do Motu Proprio «Ecclesiae Sanctae», de 6 de Agosto de 1966;

HAVEMOS POR BEM:

1.º — Erigir canonicamente em Paróquia eclesiástica o Vicariato ou Reitoria Paroquial de Santa Joana Princesa, com os mesmos limites desta circunscrição eclesiástica;

2.º — Assinalar-lhe como sede canónica a nova igreja de Santa Joana Princesa, sua Padroeira;

3.º — Abrogar a concessão habitual de nas capelas públicas existentes dentro



dos limites da nova Paróquia se exercerem os actos paroquiais próprios da igreja matriz;

4.º — Determinar que a Paróquia de Santa Joana Princesa seja classificada como paróquia de primeira classe e faça parte do Arciprestado de Aveiro.

O presente Decreto entrará em vigor no próximo dia 19 de Setembro, data da inauguração e bênção da igreja paroquial de Santa Joana Princesa.

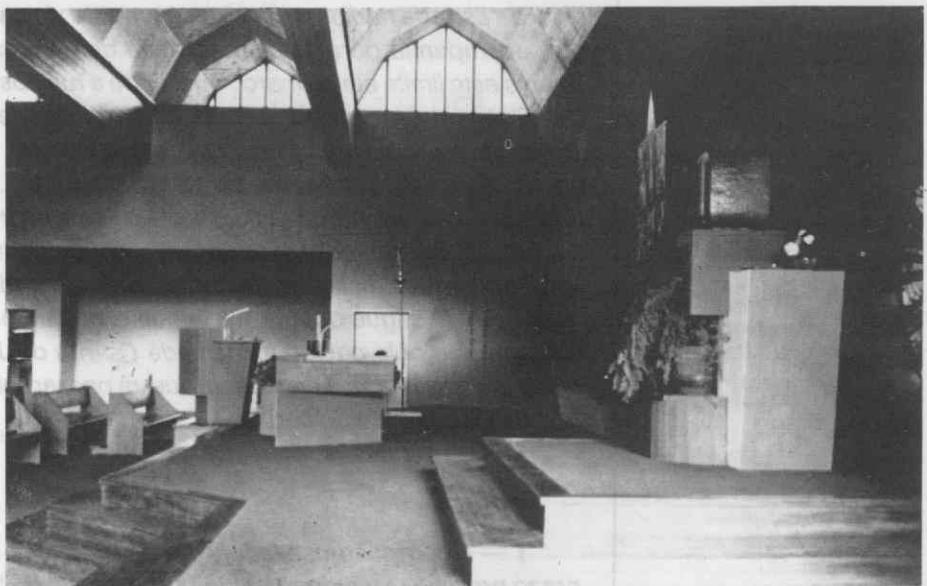
Seja enviado, em cópia autêntica, aos revs. Párcos das freguesias da Vera-Cruz, Glória e Esgueira e ao rev. Pároco de Santa Joana Princesa.

Arquive-se.

Publique-se no jornal diocesano «Correio do Vouga».

Aveiro, 10 de Setembro de 1976.

Manuel de Almeida Trindade, Bispo de Aveiro



Igreja de Santa Joana — pormenor do interior



CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTA JOANA, NO CONCELHO DE AVEIRO

Lei n.º 63/84 de 31 de Dezembro

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea j) do artigo 167.º e do n.º 2 do artigo 169.º da Constituição, o seguinte:

ARTIGO 1.º

É criada no concelho de Aveiro a freguesia de Santa Joana.

ARTIGO 2.º

Os limites da nova freguesia, conforme representação cartográfica, são definidos por uma linha imaginária que parte do aqueduto da vala hidráulica que separa o lugar de Vilar do lugar de Presa, na variante da estrada nacional n.º 16, e prossegue — no sentido retrógrado — por esta rodovia até à estrada camarária que serve o lugar de Viso e fica a 70 m a norte do marco quilométrico, estrada nacional n.º 16-0; essa linha inflecte por tal rodovia, entra na Rua de Caião e chega à linha férrea do vale do Vouga-ramal de Aveiro, que acompanha até à passagem de nível da estrada nacional n.º 230; segue esta via até ao limite da freguesia de Eixo, que acompanha para sul, até ao limite da freguesia de Oliveirinha; acompanha depois este limite até ao marco que, onde a rua dos Forninhos entronca na estrada dos Campinhos, assinala o limite da freguesia de São Bernardo; prossegue ao longo daquela rua dos Forninhos, até encontrar a rua do Pinhal do Silva, que acompanha até à linha de águas da chamada Vala do Forninho; segue esta depressão até ao marco que assinala o limite da freguesia de São Bernardo, que acompanha depois até Areias de Vilar; continua então ao longo da Rua do Valo para seguidamente inflectir ao caminho chamado Servidão da Chousa, que percorre até ao fim deste; segue depois a vala que aí separa os pinhais das terras de cultura, contornando pelo poente a chamada Quinta de José Alves Pinheiro; prossegue então ao longo da vala hidráulica, que irá passar sob a variante da estrada nacional n.º 16, até ao ponto de partida.

ARTIGO 3.º

1 — *A comissão instaladora da nova freguesia será constituída nos termos e no prazo previstos no artigo 10.º da Lei n.º 11/82, de 2 de Junho.*

2 — *Para os efeitos da disposição referida no número anterior, a Assembleia Municipal de Aveiro nomeará uma comissão instaladora constituída por:*



- a) 11 cidadãos eleitores da nova freguesia;
b) 1 membro da Câmara Municipal de Aveiro;
c) 1 membro da Assembleia Municipal de Aveiro;
d) 1 membro da Junta de Freguesia de Vera-Cruz;
e) 1 membro da Assembleia de Freguesia de Vera Cruz;
f) 1 membro da Junta de Freguesia da Glória;
g) 1 membro da Assembleia de Freguesia da Glória;
h) 1 membro da Junta de Freguesia de Esgueira;
i) 1 membro da Assembleia de Freguesia de Esgueira;
j) 1 membro da Junta de Freguesia de São Bernardo;
k) 1 membro da Assembleia de Freguesia de São Bernardo.

ARTIGO 4.º

1 — A comissão instaladora exercerá funções até à tomada de posse dos órgãos autárquicos da nova freguesia.

2 — O artigo 10.º, n.º 6, da Lei n.º 11/82 não se aplica à criação da presente freguesia.

ARTIGO 5.º

As eleições para a assembleia da nova freguesia realizar-se-ão na data das primeiras eleições autárquicas gerais posteriores à entrada em vigor da presente lei.

ARTIGO 6.º

A presente lei entra em vigor em 1 de Janeiro de 1985

Aprovada em 30 de Novembro de 1984.

O Presidente da Assembleia da República,
Fernando Monteiro do Amaral

Promulgada em 29 de Dezembro de 1984.
Publique-se.

O Presidente da República,
ANTÓNIO RAMALHO EANES

Referendada em 29 de Dezembro de 1984.

O Primeiro-Ministro,
Mário Soares

(«Diário da República», I Série, n.º 301, 31-12-1984 — (4.º Suplemento))

Homenagem a José Estêvão em Lisboa

Em 4 de Maio de 1878, inaugurou-se em Lisboa, no Largo de S. Bento, a estátua de José Estêvão Coelho de Magalhães. O monumento, que estava velado por uma bandeira nacional, foi descerrado pelos presidentes das duas Câmaras — a dos Deputados e a dos Pares. Exactamente nesse dia, encerrava-se a última sessão da vigéssima legislatura das Cortes, inaugurada em 1875.

Após a revolução de 1926, a estátua, uma vez apeada e retirada, foi recolhida dentro do edifício do Parlamento; isto aconteceu em 1935. Modificado o contexto político, começou-se a pensar na sua reposição — o que viria a acontecer em 15 de Outubro de 1984, no próprio dia em que se iniciou mais uma sessão legislativa da Assembleia da República.



Antes da ordem do dia, houve um período de tempo destinado a intervenções alusivas à homenagem em memória do eminente parlamentar aveirense. Assistiram à sessão representantes das autoridades do Distrito de Aveiro, nomeadamente autarcas da nossa Câmara Municipal, que ofereceram a cada um dos deputados um exemplar do livro «Discursos Parlamentares».

Por julgarmos que o acto, sendo de cariz nacional, honrou extremamente Aveiro, transcrevemos, na íntegra, as intervenções dos porta-vozes dos grupos parlamentares: (a).

► 1. — Dr. Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (ASDI)

Sr. Presidente, Srs. Deputados: São volvidos mais de 100 anos sobre a inauguração da estátua de José Estêvão, a qual enfrentou, durante décadas, o antigo Palácio das Cortes.

A deambulação a que esta tem sido sujeita, talvez mais por ironia de descontraídos juízos históricos que por imposições de enquadramento estético, sugere-nos que lembremos que também em vida foi o nosso homenageado de hoje sujeito a constantes deambulações, nem sempre voluntárias, antes forçadas pelas circunstâncias de um tempo, como o seu, tão agitado da vida nacional.

A emigração, o exílio, a luta militar em diversas frentes, no continente como nas ilhas, até a guerrilha no Alentejo, são de facto, imagens da sua vida irrequieta, que no seu todo se traduziu, no entanto, na afirmação de uma personalidade forte, de um patriotismo activo, de um esforçado defensor, através da espada, através da pena e sobretudo através da palavra, das perseguidas e constantemente ameaçadas concepções liberais, que acabariam por se impor no século passado com homens da têmpera de José Estêvão.

(a) — *Diário da Assembleia da República*, I Série, N.º 1, 16 de Outubro de 1984.

O Batalhão Académico de Coimbra pôde contar com ele, voluntariamente, interrompendo, assim, o seu curso de Direito, na luta contra D. Miguel e contra o absolutismo, de que era arauto e bandeira, e, mais tarde, na defesa dos mesmos ideais de liberdade bateu-se galhardamente como oficial do Exército, onde alcançou o posto de capitão, merecendo mesmo, pelos feitos durante o cerco do Porto, a Torre e Espada.

Na histórica vila da Almeida, consegue romper o cerco imposto àquela forte praça, onde seu pai esteve preso e um seu tio conheceu a morte nas subterrâneas «casas-matas», e prepara a sublevação de Trás-os-Montes.

Se referimos a sua passagem por Almeida, é para assinalar que José Estêvão é, de entre os muitos heróis que estão ligados aos feitos daquela vetusta praça militar, um dos mais lembrados pela sua bravura e patriotismo.

Mas o homem que honrou a espada não honrou menos a pena.

Tendo desembarcado na ilha Terceira com D. Pedro, foi ali redactor da *Crónica da Terceira*, lugar que só deixou quando o regente passou a Portugal, em 1832.

Foi fundador da *Revolução de Setembro*, cujo relevante papel desempenhado na história da imprensa portuguesa é em geral reconhecido.

Faz também sair o jornal *A Liberdade*, e, na sua terra natal, fundou *O Distrito de Aveiro*, onde insere colaboração da mais valiosa.

A força das suas convicções, o combate através da imprensa em prol dos seus ideais, não impedia, porém, que cultivasse um sã respeito pelos próprios inimigos e, assim, intervém com veemência na defesa do jornal miguelista *Portugal Velho*, quando este foi processado por abuso de liberdade de imprensa.

Mas se a espada e a pena o distinguem na sua época e o impõem à consideração dos vindouros, José Estêvão é, sobretudo o grande mago da palavra, o orador que fundia sabiamente o verbo, a voz e o gesto, que atraía ainda mais o ouvinte que o simples leitor dos seus admiráveis discursos.

Discursar era, em José Estêvão, um dom natural, e um dom que deste muito cedo possuía. No dizer do seu próprio filho, chegou a pensar na carreira eclesiástica, «para onde o chamava, a par do encanto enlevado do sonho cristão, o génio da eloquência, e que na tribuna sagrada via o campo mais adequado à acção das suas balbuciantes faculdades oratórias».

Outra foi, porém, a sua carreira, e a vida política acabou por lhe propiciar e desenvolver as suas inatas qualidades oratórias.

Deputado às Constituintes de 1837, época em que, segundo os comentadores, ainda «as candidaturas se não decretavam no Terreiro do Paço e as



Lisboa — Edifício da Assembleia da República

localidades, na sinceridade primitiva de um regime novo, elegiam seu representante o homem de cujos méritos tinham conhecimento próprio, o conterrâneo que lhes parecia digno dessa honra», só deixará de ocupar o seu lugar nas Cortes durante o cabralismo, pois nelas reingressou após a revolução de 1851, integrado no chamado «Movimento da Regeneração», auxiliando então o marquês de Saldanha na organização do Ministério.

Só para citar alguns dos seus mais célebres discursos, lembraremos o da sua estreia parlamentar, a «Profissão de Fé», o do «Porto Pireu», em polémica com esse outro grande parlamentar que foi Almeida Garrett, o discurso sobre o incidente nas águas moçambicanas da barca francesa *Charles et Georges* e, talvez o seu último grande discurso, sobre as exéquias de Cavour.

Se os seus dotes de rara e requintada eloquência permitem que distingamos José Estêvão como um caso ímpar de oratória parlamentar, não é menos verdade que esses dotes sempre foram postos ao serviço do seu povo, sobretudo dos mais humildes, numa estreita ligação da palavra à acção e dos ideais à tentativa da sua concretização.

Inclinamo-nos perante a grandiosidade do seu exemplo de homem livre e combativo. De político que afirmava nem conhecer a paixão nem o ódio e, nesta necessariamente breve evocação, que coincide com o início da 2.ª Sessão Legislativa da III Legislatura da nossa vida constitucional pós Abril, atrevemo-nos a sugerir que, como forma de dar conteúdo a esta mesma evocação, a Assembleia da República se não baste em levar para mais perto do público o bronze em que se perpetua a figura do insigne parlamentar, mas faça também reunir — aliás, como há pouco verificámos ter sido já feito pela Câmara Municipal de Aveiro —, a curto prazo e em cuidada e comentada edição, os melhores dos seus discursos.

Se Feliciano de Castilho tinha razão quando, ao escrever o belo epitáfio para a urna de mármore onde se guardam os restos mortais de José Estêvão, dizia ter ficado «viúva a eloquência e a Pátria», embora «tenha ganho a eternidade com a sua curta vida», é preciso que esse ganho de eternidade seja por acções continuado pelos presentes e pelos vindouros e pelos mesmos garantido.

► 2. — Dr. José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE)

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Afigura-se-me a personalidade de José Estêvão uma das que mais expressivamente assinalam as virtudes e as debilidades, a pujança e as contradições do pensamento político liberal em Portugal.

Longe dele estão todos aqueles, muitos, que

buscavam a satisfação de vaidades e ambições pessoais em sinuosas condutas oportunistas e que tiveram o seu maior paradigma em Rodrigo da Fonseca Magalhães, o mesmo que, cinicamente, costumava dizer «ai dos políticos que na sua juventude não passaram por extremismos republicanos»; mas também não se identifica inteiramente com os poucos, muito poucos, que fizeram um percurso rectilíneo da primeira para a segunda metade do século XIX, como o seu companheiro Oliveira Marreca, já republicano em 1848 e ainda republicano em 1876.

Embora sem um corpo doutrinário firmemente estruturado, o seu pensamento político contém algumas singularidades que constituem importantes posicionamentos críticos e avanços ideológicos relativamente ao pensamento liberal comum no seu tempo.

Ele representou o extremo limite a que, nas condições do seu tempo, podia chegar essa pequena burguesia radical que teve relevante papel nas lutas liberais do segundo quartel de oitocentos e que, em aliança com as massas populares, desencadeou a democrática revolução de Setembro de 1836 e sustentou as forças patuleias na guerra civil de 1846-1847. Reconhecia lucidamente o papel histórico do povo no processo de transformação das sociedades, mas ao mesmo tempo receava-o, como força que poderia subjugar-lo; reconhecia que os chefes liberais eram pesos inertes, eram «cadáveres» — como lhes chamou em carta do exílio de Cádiz —, mas ao mesmo tempo continuava atado a eles, embrulhado na mesma mortalha e, na Regeneração de 1851, vendo-os agitarem-se, abraçou-os, crendo que haviam ressuscitado, e tão cegamente caiu no logro que nem notou a palidez, frialdade e rigidez dos corpos que já nada poderia restituir à vida.

Mas é acima de tudo na acção, na intervenção constante e directa nos acontecimentos, que melhor poderemos encontrar o fio condutor da sua personalidade. É uma vida intensamente vivida, como uma chama que em cada momento se extinguisse e em cada momento de novo renascesse. Encarna em toda a dimensão o ideal do herói romântico lutador da liberdade — como o desses lendários *condottieri* que vão em defesa da sua nova dama: membro do Batalhão de Voluntários Académicos em 1826 e 1828, ardoroso lutador nas ilhas dos Açores, coberto de glória na defesa do Porto cercado pelas forças miguelistas, revolucionário no levantamento contra a ditadura cabralista de 1842, chefe de guerrilhas populares na guerra civil de 1846-1847, membro do triunvirato republicano na conspiração de 1848...

É precisamente essa acção em que permanentemente se empenha que dá o conteúdo do pujante e rico da sua inconfundível arte oratória. Quebra com as regras do discurso clássico, porque é o único cuja

palavra tem suficiente força e a imaginação poder bastante para impor novas regras. Foi, na oratória, a grande figura do nosso Romantismo, ao lado de Passos Manuel na política, de Herculano e Garrett na literatura. E é a sua oratória que melhor consubstancia essa estreita aliança entre revolução política e revolução literária, que é o cerne do nosso primeiro Romantismo. É ele que eleva a oratória à forma literária que melhor traduz esse ideal romântico de vibração colectiva em que o homem se liga estreitamente aos outros homens numa comunhão íntima, quase carnal, essa arrebatada efusão do sentimento na palavra e da palavra na acção — a palavra a impelir ao acto, a própria palavra que se faz acto, como Saint-Preux sonhara na *Nouvelle Heloise*, de Rousseau.

Esse percurso ardentemente vivido tem a valorizá-lo o mais importante mérito que pode caber a qualquer homem público: o da coerência. Uma coerência medular que, para além das contradições do seu pensamento, se encontra cerrada em torno dos grandes princípios que, de 1826 a 1862, sempre defendeu no pensamento e na acção.

Ele próprio o reconhece, neste mesmo Parlamento, em palavras já cansadas, não muito longe da morte:

«Folheio os fastos parlamentares... e nunca me dou a estas buscas que não traga de lá a mais íntima, a maior satisfação que pode trazer um homem probo e um homem de consciência: acho a minha coerência, toco-a, encontro-a, sai-me a cada página de cada livro; e eu, tendo uma fraca memória de todos os meus actos, respondo pela lógica deles, porque confio no meu carácter e na minha consciência.»

► 3. — D. Zita Maria Seabra Roseiro (PCP)

Sr. Presidente, Srs. Deputados: De José Estêvão ninguém dirá que tenha guardado silêncio quando devesse erguer a voz para defender a liberdade, a justiça, a dignidade, a crença no povo e no homem despojados das cadeias da ignorância e da sujeição.

De tudo o que foi (homem de armas, jornalista, orador forense, professor) compreende-se que evocamos hoje sobretudo o deputado, o tribuno célebre e um dos mais brilhantes dos oradores parlamentares portugueses.

José Estêvão, homem de Aveiro, simboliza antes de mais a coerência de uma vida assinalada pela luta com a palavra, mas a palavra como expressão do desejo de agir sobre as coisas, as pessoas, para transformar o Mundo. Por isso foi adversário de retórica balofa e vazia, e fez nesta Casa históricos discursos em que só os mais cegos adversários não

reconheciam a riqueza de pensamentos e ideias.

José Estêvão foi persistente e incansável no combate às demasias e abusos dos poderes caducos, no respeito e na defesa vibrante dos seus princípios.

Não é possível evocá-lo sem lembrar que ele teve exemplarmente a coragem de ser oposição numa Assembleia hostil e submissa aos ditames do governo de então, soube condenar o personalismo em política, a politiquice, a corrupção, o carreirismo e personificar o brio patriótico e indignação perante as afrontas à independência e dignidade nacionais. José Estêvão é sobretudo um político cuja acção nos transmite o amor ao seu povo e ao seu País.

Pertinaz face aos fracassos, exílios e perseguições, ardente e generoso na defesa de causas nobres, José Estêvão soube ser inovador: bateu-se pela consagração do «direito de livre associação e de manifestação pública dos descontentes do Governo», denunciou o tráfico de escravos como «um escândalo à face do Mundo civilizado», defendeu a independência nacional sempre que ameaçada pelos compromissos do poder de então com a política dos impérios da época, erigiu em divisa das suas ideias económicas as palavras «moralizar, desacumular, repartir, produzir».

Da sua luta se pode dizer que foi travada com brilho em todas as frentes: na tribuna parlamentar, acutilante na palavra, no improviso, na réplica; de armas na mão, afastado da Assembleia, durante a ditadura de Cabral; nos jornais que fundou e dirigiu, com destaque para a *Revolução de Setembro* e *O Distrito de Aveiro*. José Estêvão nunca esqueceu os seus deveres para com o povo de Aveiro que o elegeu e como deputada deste distrito é-me particularmente grato recordá-lo e homenageá-lo hoje. A ele se deve designadamente o primeiro projecto de construção do caminho de ferro para o Norte, com passagem por Aveiro, e o requerimento para a construção do liceu com biblioteca pública.

É sem dúvida importante que tudo isto seja hoje recordado na Assembleia da República. E é particularmente útil que nos lembremos todos daqueles tempos em que — através de incontáveis fraudes e violências — uma ditadura manejava o poder legislativo, obtendo votações mecânicas favoráveis ao governo de Cabral, do qual dependiam economicamente mais de metade dos deputados. Foi nessa altura que José Estêvão escreveu algumas das mais brilhantes e lúcidas páginas de protesto e crítica política de história parlamentar portuguesa.

Significativamente, hoje, 10 anos depois do 25 de Abril, é José Estêvão que a Assembleia da República homenageia.

Ele foi um dos que ajudaram a Liberdade a entrar na história de Portugal. Do melhor do seu legado



Aveiro — Arcos e Rua dos Mercadores.
Casa onde nasceu José Estêvão.

serão dignos os que hoje a souberem defender. Esses o continuarão!

Eis o significado mais profundo da homenagem hoje prestada pela Assembleia da República.

► 4. — Dr. Horácio Alves Marçal (CDS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Enquanto o corcel do imperador Napoleão corria por cima dos ceptros dos reis da Europa e a sua espada implacável ceifava as repúblicas que anos antes tinha plantado, nascia em Aveiro, a 26 de Dezembro de 1809, José Estêvão Coelho de Magalhães, o homem que viria a ser, nos seus 25 anos de actividade pública, o político mais célebre dos oradores parlamentares portugueses de todos os tempos.

Escrevia Freitas de Oliveira: «o aveirense, geralmente, tem o sentimento da igualdade dos homens profundamente arreigado no coração; e por isso um pescador de Aveiro quando fala com o mais elevado funcionário do seu país trata-o com respeito, mas de igual a igual».

A terra em que nasceu, a época em que viveu, o

sentimento de família que professou sempre como uma religião, forjaram neste homem a cultura, o entusiasmo, a bondade, a coerência, a magnanimidade, o pundonor, o civismo, a gentileza, a simpatia, a honestidade, a sinceridade, a lealdade, a bravura, a fluência, a sedução e a candura idealista, que conduziram sempre a sua acção à pureza das suas generosas aspirações políticas.

Não foi pacífica a vida de José Estêvão desde os 12 anos em que se iniciou na arte de ler e escrever até aos seus 53 anos, idade em que aquele corpo hercúleo de lutador caiu para sempre no leito da morte.

Ainda menino e moço apaixonou-se pela carreira eclesiástica, para onde o chamava, a par do encanto enlevador do sonho cristão, o génio da eloquência, que já o dominava, e que na tribuna sagrada via o campo então mais adequado à acção das suas balbuciantes faculdades oratórias.

O pai, Dr. Luís Cipriano, dissuadiu-o e assim matricula-se em 1828, unicamente com 16 anos, na Universidade de Coimbra. Interrompeu o curso no 2.º ano para, com outros estudantes de ideias liberais, formar o Batalhão Académico de Voluntários, que no Porto deu luta aos absolutistas de D. Miguel.

Vencidos na luta, mas não no ideal, teve de emigrar a primeira vez para Inglaterra, donde a 14 de Fevereiro de 1829, embarcou com outros companheiros para os Açores a fim de organizar a expedição, que viria, sob o comando de D. Pedro IV, a desembarcar no Mindelo a 8 de Julho de 1832 e a fazer o cerco do Porto, onde foi agraciado com a Torre e Espada e promovido a segundo-tenente do Estado-Maior de Artilharia.

Tão saliente foi a acção do Batalhão Académico na serra do Pilar que o imperador decidiu atribuir uma condecoração, a tirar à sorte entre os combatentes. De tal modo se distinguiu José Estêvão nesta luta, e se impôs, que os seus cento e poucos colegas, sem emulações, sem invejas, sem despeitos, numa resolução unânime e em sublime movimento de camaradagem, colocaram no peito do intrépido aveirense a insígnia de que, aos olhos do comando em chefe, todos haviam sido julgados merecedores!

Ainda não pacificado o País e não aceites pelos fiéis e servidores da coroa os ideais que professava — o liberalismo —, colocou-se ao lado dos que em 25 de Maio de 1833, nas fortificações entre o Lordelo e a Foz do Douro, fizeram recuar na «flecha da morte», uma companhia miguelista.

Este acto de bravura e o seu exemplo fizeram com que o decreto imperial o promovesse de cavaleiro a oficial da Torre e Espada. E esta foi a sua única condecoração.

Com o Marechal Saldanha participa na Batalha de Almoester, carnificina entre liberais e absolutistas, que com a Convenção de Évora-Monte fez exilar D.

Miguel e entregar o trono a D. Pedro IV e à Rainha D. Maria.

Retomou os seus estudos, beneficiando do «perdão de acto» concedido aos vencedores, e matriculou-se em Coimbra no 3.º ano de Direito, curso que conclui em 18 de Novembro de 1836.

Depois da Revolta de 9 de Setembro de 1836, que impôs uma Constituição feita pela Nação, em vez da outorgada pelo Rei, logo em Março de 1837 José Estêvão é eleito pela primeira vez deputado por Aveiro às Constituintes, proferindo em 5 de Abril, na sua estreia parlamentar, o seu primeiro discurso conhecido por «Profissão de Fé», o qual deveria ser durante um quarto de século de actividade política intensa, a sua cartilha, da qual muito pouco ou nada se desviaria.

A política de José Estêvão foi uma única durante a sua vida pública — a felicidade, a prosperidade e o engrandecimento do seu País; a sua doutrina uma só — a máxima liberdade compatível com a instrução do povo e com a segurança social; o seu partido o mesmo de sempre — a democracia; a sua divisa — o progresso e a civilização.

O que dizia com a palavra respeitava-o com o exemplo.

Proclamava então o jovem e tão ouvido tribuno: «A minha convicção é forte e enérgica; e quando o espírito se enche de uma convicção destas, ainda que as ideias que as formam se possam chamar perigosas, ainda que pareça imprudência pronunciar-las, ainda que o silêncio seja um dever, esse dever cumprido deixa o remorso de uma falta cometida.»

«É preciso que cada um de nós respeite as opiniões dos outros, para que as suas sejam respeitadas; eu respeitá-las-ei todas, combatendo aquelas com que não concordo e espero que as minhas sejam respeitadas, sem deixar de ser combatidas.»

«Se, pois, nós reconhecemos e definimos o princípio da soberania popular; se nos sujeitarmos às suas consequências; e se exercermos, por delegação especial, essa soberania — inquestionavelmente estão reunidos em nossas mãos os poderes do Estado e temos direito a distribuí-los e dividi-los como melhor nos parecer.»

«Se considerarmos os fins e natureza das associações políticas, achamos que é indispensável que nelas haja julgados, execução e leis; isto é, poder legislativo, judicial e executivo.»

«Juiz só, a julgar só; um rei só, com ministros responsáveis a executar só; uma câmara só, a legislar só; eis a minha monarquia; eis o meu Governo representativo.»

«O Rei reina e não governa», dizia ainda José Estêvão.

E mais adiante dizia: «Eu empenho, pois, todos os poderes do céu e da terra, na profunda e grata convic-

ção de que o povo português há-de caminhar sempre na estrada do progresso e da liberdade, debaixo dos auspícios da ordem e da civilização.»

E continuava: «E com esta minha exposição talvez alguém diga que sou republicano; se o fosse havia de dizê-lo, porque o nome não tem fealdade; mas eu não sou republicano, nem esse nome é de apeterer no nosso país. Eu amo os tronos, porque vejo neles um princípio inocente na organização social e os danos que eles têm feito não vêm deles, mas do erro de os cercar de direitos terríveis que lhes são funestos.»

Estes foram os princípios gerais defendidos pelo homem a quem esta Assembleia hoje presta homenagem. O parlamentar que após a sua morte, pela primeira vez na Europa, teve a sua cadeira um mês coberta de crepes. Os inimigos combateram-no, mas depois da sua morte curvaram-se respeitosamente e homenagearam-no.

Não eram só os seus extraordinários dons naturais, a presença, o gesto, a voz e ainda a sinceridade e o tom convicto da sua palavra que as páginas dos *Diários das Câmaras* não traduziam, pois isso morre sempre com os oradores; o próprio texto era muitas vezes apenas uma reprodução deficiente, confusa, infiel e ininteligível das suas orações, porque ele nunca as revia. Todos os que o ouviam estavam presos e suspensos dos seus lábios e até os taquígrafos se surpreendiam a si próprios, escutando o grande orador e esquecendo-se das suas notas...!!

O seu génio tribunicio, o temperamento impetuoso, o seu feito combativo e o ardor da sua fé, arreigados ao seu sentimento patriótico, debitaram para o seu monumental espólio literário das melhores peças oratórias que até àquela data se ouviram nos parlamentos mundiais.

As intervenções mais notáveis foram: os discursos do «Porto Pireu» em 1840, em que José Estêvão respondendo ao discurso da coroa e ao seu émulo da oratória, Almeida Garrett, dizia: «Para bem descrever o País é preciso ser digno dele, e não tomar por ponto de perspectiva as rivalidades conterrâneas e as rixas da vizinhança; é preciso observá-lo pelas lutas da verdade e não pelo prisma das facções».

Quanto às campanhas parlamentares em favor das estradas e caminhos de ferro, como foi já aqui referido, o seu primeiro projecto foi rejeitado, mas a sua luta não teve tréguas e, na Legislatura de 1857, o grande orador deu mais um testemunho do estremo afecto que sempre o prendeu à cidade de Aveiro, porque às suas solicitações e ao seu incansável desvelo, e somente a ele, Portugal teve caminhos de ferro mais cedo e essa via entre Lisboa e Porto viria a passar junto da sua querida terra natal.

A questão do barco francês *Charles et George* apreendido ao serviço da escravatura em águas de Moçambique e que por inércia do Governo de Lisboa



Aveiro — Lápide que assinala a casa onde nasceu José Estêvão.

foi retirado do Tejo, foi outra das suas entusiásticas e patrióticas intervenções no Parlamento, como o foram os casos das Irmãs de Caridade Francesas e de Cavour, esta relativa à unificação de Itália, que foram intervenções polémicas mas crivadas de profundas convicções, não só religiosas, como políticas e patrióticas.

Aplaudido, respeitado, traído e exilado por três vezes, José Estêvão foi um lutador da palavra e da escrita.

Os seus artigos nos jornais *Revolução de Setembro*, *Liberdade*, *Atheleta* e *Distrito de Aveiro*, ficaram entre outros a atestar todo o seu engenho na arte de escrever, mormente quando os sectários onnipotentes lhe negaram o direito constitucional de viver no seu País e de ser eleito para o Parlamento.

A defesa do jornal legitimista *Portugal Velho*, em que se empenhou em 1848, demonstrou que a generosidade moral ombreava nele com esta liberdade levada ao sacrifício e dizia: «Não conheço a paixão do ódio — nem tive ódio a D. Miguel» — exclamava. Ao seu inimigo não recusava um benefício se fosse justo e lhe o pudesse fazer.

Com este espírito, José Estêvão defendeu aquele jornal em tribunal e o seu discurso é, como o seu acto, uma enérgica afirmação de tolerância política e de coerência liberal. Com o próprio exemplo ele encarece essa tolerância numa passagem de peroração, que é verdadeiramente empolgante e dominadora.

Para José Estêvão todas as circunstâncias eram cómodas e possíveis, se se tratava de servir a liberdade e dizia: «Nós não estamos nisto para virmos gozar comodidades, mas viemos com a resolução firme de nos expormos a grandes sacrifícios e de sofrermos

todos os incómodos e trabalhos, com o único fim de conservarmos a liberdade que tanto custou a plantar no nosso país».

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Era assim o espírito de José Estêvão impregnado de aveirismo, de nacionalismo e de liberdade.

Por isso os homens o choraram quando, com 53 anos, se despediu da vida terrena, a 4 de Novembro de 1864.

Por tudo isso, os aveirenses lhe erigiram a monumental estátua, que defronte dos Paços do Concelho atesta a gratidão e o respeito dos homens de Aveiro, estátua essa onde todos os governos deste País conservaram sempre as placas de homenagem que a contornam e por isso o País mandou colocar, em 4 de Maio de 1878, a estátua do tribuno defronte deste Palácio, que com a remodelação do edifício passou para o seu interior.

Hoje, por feliz decisão desta Assembleia da República, José Estêvão voltou para o exterior, para junto do povo anónimo, que tanto defendeu e tanto amou.

Bem haja, Sr. Presidente, pela sua decisão!

Para se completar o ciclo da admiração e da gratidão dos homens para com José Estêvão Coelho de Magalhães e para que se concentre todo o vasto material da sua curta vida terrena, mas activa vida política, falta congregar todo esse vasto repositório num museu por que tanto tem pugnado Vale Guimarães e outros admiradores do génio aveirense.

O «Palheiro da Costa Nova» — onde José Estêvão vivia nas férias e que ao casar-se, 5 anos antes de falecer, doou a sua esposa, dizendo-lhe que este era «o que mais estimava entre o pouco que possuía» — é o local ideal e mais adequado para a concretização de tão meritória decisão. Aqui fica este voto ao Governo, que sei plenamente aceite por todos do meu distrito, para quem José Estêvão foi o exemplo do parlamentar ímpar, do aveirense e do português íntegro.

5. — Dr. Manuel Maria Portugal da Fonseca (PSD)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, representantes de Aveiro nesta Câmara, onde estamos a prestar homenagem ao nosso ilustre, ao nosso enorme, ao nosso respeitado tribuno José Estêvão: Quando era criança habituei-me a ver aquela estátua em Aveiro em frente ao velho liceu, aquela estátua com a mão apontada para a Câmara Municipal de Aveiro. Habituei-me a vê-la e não sabia porquê. Não sabia porquê porque não tinha a noção da realidade da luta que aquele homem teve para conquistar a liberdade que eu hoje, já de cabelos brancos, admiro: José Estêvão, o aveirense que lutou, que se sacrificou, que sofreu, mas também o aveirense que venceu com o seu coração — coração bom, coração que falava talvez

mais do que a inteligência. Diz o seu próprio filho, que ele acreditava em todas as pessoas, até talvez fosse ingénuo. Mas era com essa bondade e com esse coração que ele transformou a ditadura em que viveu na liberdade que depois conquistámos.

Como aveirense, se ele aqui estivesse, se fosse tribuno neste Parlamento de 1984, que diria ele por Aveiro? Que diria ele por Portugal? Por Aveiro d'ria aquilo que nós, humildemente, também dizemos: somos um distrito vigoroso, somos um distrito de trabalho, somos um distrito de liberdade, somos um distrito de humanismo, somos um distrito que actualmente está esquecido pelo Governo.

Se ele aqui estivesse lutaria para que aquela rede viária do distrito de Aveiro não estivesse como está, lutaria para que a estrada Aveiro-Vilar Formoso tivesse rapidez de execução... lutaria para que a estrada Aveiro-Murtosa fosse uma realidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ele lutaria para que aquela maravilha daquela ria não se estivesse a tornar num charco que daqui a pouco a pérola enjoe. Ele diria isto!

Porém, ele também diria que não é só o económico que comanda. Quando ele aqui discutiu o Orçamento, dizia: «Não sei contas, só quero saber o que se deve, o que se tem e como se paga.»

Era assim José Estêvão!

A República, que depois se transformou em autoritarismo e que, após o 25 de Abril, se transformou em liberdade, prestou homenagem ao grande tribuno, ao grande José Estêvão.

Como aveirense, como social-democrata convicto, sinto-me orgulhoso daquele homem, sinto-me orgulhoso de ser de Aveiro.

A S. Ex.^a o Sr. Presidente da Assembleia da República e a todos os que com ele colaboraram, agradeço a magnífica ideia de tirar de dentro do Palácio de S. Bento a estátua de José Estêvão e colocá-la no Largo das Cortes para exemplo de todos os portugueses.

Bem haja, Sr. Presidente!

6. — Dr. António Frederico Vieira de Moura (PS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando pela primeira vez entrei no Palácio de S. Bento e, como aveirense que sou, parei, reverentemente, em frente do painel de Columbano, onde, ao lado da austeridade recolhida de Herculano, da elegância espartilhada de Garrett e da firmeza pragmática de Passos Manuel, avulta a figura inteiriça, impetuosa e tersa do meu conterrâneo José Estêvão Coelho de Magalhães, senti um pontinha de orgulho por ver o patrono cívico da cidade de Aveiro avultando, cercado de tão ilustre e significativa companhia.

Mas mal diria eu que, após este momento estimulante para o que em mim há de democrata e de aveirense, a desilusão de encontrar a estátua do tribuno envolta na penumbra de um desvão me viria arrefecer o entusiasmo com uma sensação de desalento e de revolta pelo exílio a que fora votada não apenas a estátua, mas a memória de alguém que — quer sob o fogo das batalhas, quer nas agressivas lutas parlamentares — foi dos maiores defensores da liberdade a que tão significativamente alargou as fronteiras.

Atónito se ficava quando sabendo-se o que se sabe sobre a vida intensa do lutador e de quanto a sua palavra fluente e corajosa enobrecera a tribuna parlamentar; e passados 10 anos sobre a revolução que restituiu a liberdade aos portugueses permitindo-lhes uma vivência democrática, ainda continuasse no seu exílio de penumbra e estátua que, por deliberação unânime do Parlamento e por vontade expressa do povo português, se erguera, à luz do sol, no velho Largo das Cortes.

A intolerância cega que, durante quase meio século, esmagou a liberdade de espírito e o direito de opinar, servindo-se de um pretexto sacado de uma mutação urbanística do Largo de S. Bento, removeu a estátua, não para outro local onde o sol pudesse continuar a iluminá-la e os olhares do povo contemplá-la, mas para um armazenamento sombrio que a segregasse da curiosidade pública que lhe poderia meditar sobre a exemplaridade paradigmática.

Naturalmente, porque o agudo faro da intolerância vigente nesse período nocturno farejou heresias políticas nos discursos do «Porto Pireu», da «Suspensão de Garantias» e das «Irmãs de Caridade», não se distraiu de agarrar sofregamente o pretexto para, sobre a memória deste campeão das liberdades públicas, deixar cair o anátema de uma excomunhão *post mortem* que só agora foi levantada.

As figuras históricas — como os factos históricos — para serem bem compreendidos têm de ser situadas, isto é, espacializadas e temporalizadas. E por isso, para se compreenderem com contornos de maior nitidez personalidades como a de José Estêvão, torna-se imperativo avaliar e pesar a circunstância que os envolveu, já que, como queria Ortega e Gasset, o «Homem é, em grande parte, a sua circunstância». E a «circunstância» de José Estêvão situa-se no âmago das lutas liberais, a começar, logo em 1828, com a revolução que, aliás, teve início na sua terra. E não será temerário afirmar que a sua determinação e a largueza das suas ideias o levaram muitas vezes, a ultrapassar a sua própria «circunstância», visando preencher, com medidas de justiça social, o espaço de liberdade que, quer com a espada, quer com o verbo, tão significativamente ajudou a dilatar.

Hesitei em fazer, nessa altura, uma intervenção

ao saber que a Assembleia da República tinha já iniciado passos decisivos para repor a justiça no seu lugar e desanuviar a memória do tribuno do anátema a que a tirania o não poupou.

E felicito-me por ter a alegria de, nas palavras que hoje pronuncio, poder transmutar o que era apelo em congratulação engalanada de alegria. Por isso não quero que, neste momento, possa existir a lacuna da minha falta de gratidão para os que se empenharam neste acto de justiça, particularmente para o afã que o Sr. Presidente da Assembleia da República colocou ao serviço desta reabilitação.

Como aveirense, quero que essa gratidão fique bem sublinhada nestas modestas palavras.

Mas, embora resignado a que esta intervenção seja apenas de congratulação e de agradecimento, não queria deixar de trazer um modesto contributo para que, 10 anos passados sobre a data que abriu aos vivos as portas das prisões, seja festejada a data em que se escancaram as portas da compreensão que permitiram desentulhar a memória dos grandes mortos da liberdade, do cascalho do rancor com que a tirania tentou soterrá-la.

Suponho que a Assembleia da República se honrou promovendo esta reposição à luz do sol, o que vem corroborar uma velha deliberação parlamentar tomada por unanimidade, que, após o falecimento do tribuno, fez erguer a sua estátua no velho Largo das Cortes.

Como deputado pelo círculo eleitoral de Aveiro não se poderá estranhar que intente trazer um ligeiro estímulo à retentativa dos contemporâneos, recordando alguns passos da trajectória biográfica do grande orador parlamentar.

Logo no fim da revolução de 1828, iniciada na sua Aveiro e que deu origem à macabra carnificina da Praça Nova do Porto, tão vivamente rememorada por Oliveira Martins e Marques Gomes, tendo apenas 18 anos de idade, José Estêvão alista-se no Batalhão Académico e, pouco depois, é forçado a seguir o caminho do exílio para a Galiza, de onde embarca no *Ferrol* com destino à Inglaterra, chegando a 24 de Agosto de 1828 a Plymouth, onde, por generosidade hospitaleira de um seu conterrâneo, pôde escapar aos sofrimentos do célebre «Barração». Aí teve como companheiro um outro grande combatente da sua terra, Mendes Leite, o homem que, pela primeira vez, ergueu nesta Casa a voz em favor da abolição da pena de morte para crimes políticos.

Só em 1832 volta a Portugal, após uma breve passagem pela Terceira e, logo nesse ano, e por proposta de Baldy, deixa o Batalhão Académico e é — pelos seus feitos — incorporado na arma de artilharia, com o posto de segundo-tenente.

A partir daí, a sua acção como combatente nas



José Estêvão com sua esposa, D. Rita de Magalhães, e seu filho, Luís de Magalhães.

lutas pelas liberdades não abre uma lacuna.

Essa é notabilíssima na defesa da serra do Pilar e na celeberrima «Flecha dos Mortos», onde, já sozinho, a defender a peça que lhe estava confiada, e quando se viu forçado a abandoná-la, ainda teve ganas para, num gesto irreverente, chamuscar com o morrão que ainda empunhava as barbas do comandante da força assaltante.

Duas vezes é condecorado com a Torre e Espada: a primeira, quando o imperador a atribuiu ao Batalhão Académico para ser sorteada entre todos os 100 elementos que o constituíam e que, por decisão unânime dos seus companheiros, lhe é atribuída sem sorteio; a segunda, é-lhe conferida a título pessoal, sendo promovido de cavaleiro a oficial da ordem para que «a intenção com que foi conferido aquele honroso distintivo não deixe de produzir os seus bem merecidos efeitos», como textualmente se exprime no decreto.

Mas é em 1837 que José Estêvão faz a sua estrela na Câmara dos Deputados, logo produzindo uma generalizada sensação de espanto.

Bulhão Pato, no seu livro de memórias *Sobre os Ciprestes*, refere o facto nos seguintes termos:

«Foi nas lutas grandiosas da Constituinte que José Estêvão soltou pela primeira vez a voz na Câmara dos Deputados.

Os pródromos daquela extraordinária eloquência eram, apenas, conhecidos dos seus companheiros de armas e de desterro: depois das bata-

lhas as conversações cintilantes do bivaque; entre os condiscípulos nas palestras académicas e nas lições proferidas nas aulas de Direito.»

E acrescenta:

«Foi de espanto o primeiro sentimento da Câmara em presença da figura, do gesto, da voz, da inspiração e da palavra do moço tribuno.

.....
José Estêvão, aos 27 anos, caiu de improviso no meio de grandes homens — para dominá-los e vencê-los, muitas vezes — para arrebatá-los sempre.»

Rebello da Silva, diz-nos:

«Os efeitos dos seus discursos não o reproduz, depois, nem a memória dos que o escutaram nem as páginas do livro oficial.»

Pinheiro Chagas, por sua vez, pronuncia-se desta forma:

«Leiam-se o pálido reflexo que nas notas taquígrafas ficou dos maravilhosos improvisos deste poeta da Tribuna, leia-se o extracto amortecido, incompleto, trunçado, dessas admiráveis orações, que nós todos ouvíamos num enlevo que, nunca mais, orador algum soube inspirar na tribuna portuguesa e avalie-se, por aí, um dos primeiros tribunos, não só de Portugal, mas dos tempos modernos.»

Nem por sombras se pretende, com esta extensão transcritiva, exhibir erudição ou pendor historicista mas, apenas e tão-somente, almofadar os textos que chegaram até nós, catados nas folhas amareladas do *Diário das Câmaras*, com o testemunho dos que ouviram o orador, dos que lhe seguiram, interessados, a eloquência torrencial e trouxeram para a posteridade o poder expressivo e as riquezas de argumentação do grande tribuno.

Quem hoje ler os seus discursos, que em colecção foram editados, não poderá sentir, na leitura, o poder aliciante, a firmeza de convicções, a fidelidade invulnerável às ideias, se não aferir a leitura com os testemunhos idóneos dos que lhe ouviram a palavra e souberam valorizar-lhe o conteúdo.

Com efeito, José Estêvão, pródigo como um «Senhor de Pendão e Caldeira», confiou toda a sua oratória ao improviso fluente, levando a sua prodigalidade a nem sequer rever as provas que os taquígrafos recolhiam e que a fluência do orador obrigava a lacunas nem sempre preenchidas com acerto.

Em várias legislaturas a sua voz se ergueu na Câmara, muitas vezes em lutas aguerridas com Garrett como, por exemplo, nos discursos do «Porto Pireu» e da «Suspensão de Garantias», e várias vezes os seus passos tiveram de se encaminhar para o exílio, o último dos quais a seguir à chamada «Revolução das Hidras», como lhe chamou Saldanha.

Foi após este último exílio que a sanha rábica da política leva a sua peçonha ao ponto de o destituir de capitão de artilharia e de o demitir de lente da Academia Politécnica.

E é então que, em 18 de Outubro de 1840, se ergue na Câmara de Deputados a voz de Passos Manuel, para assim se exprimir:

«Se eu não tomasse a peito a defesa de um homem tão ilustre talvez se entendesse que conservava algum ressentimento contra o eloquente orador da opposição de 1837. A Câmara sabe quanto aprecio as suas virtudes e os seus talentos. Não venho defender os mesquinhos interesses de uma patente ganha em cem combates a preço de sangue, nem os de uma cadeira de professor obtida em certame académico; venho defender os grandes interesses da sua reputação e da sua glória; inspira-me a amizade que lhe consagro, o esplendor desta tribuna que ele enobrecia e a felicidade da Nação por que ele sempre pugnou.

Desejo abrir-lhe as portas da Pátria. A Terra do exílio recebeu um grande orador, a Pátria acolherá, no seu regresso, um grande homem de Estado.»

É crível que momentos de desânimo lhe tenham surgido como fantasmas agoirentos e assaltado a sua grande determinação; é possível que a floresta de obstáculos se tenha interposto entre a pureza do seu idealismo sem mácula e o realismo grosseiro dos interesses, às vezes sujos, da politiquice dos corrilhos. E, talvez por isso, aquando do exílio voluntário de Herculano, ele lhe tenha recomendado, para Vale de Lobos, que «regasse as couves» e se «regalasse com as crónicas».

Ele, porém, não seguia o seu amigo e companheiro de lutas e deixava-se ficar, firmemente, ao parapeiro, na posição de luta de que só a morte, ocorrida em 4 de Novembro de 1862, o conseguiu separar.

O seu funeral foi das maiores manifestações de pesar a que Lisboa assistiu e onde o povo, pela voz de um popular, se dirige aos ministros que conduziram o féretro reclamando:

Até aqui VV. Ex.^{as}, agora, nós, o povo, de quem ele foi o mais leal e o mais valente defensor.»

E logo, na sessão de 5 de Novembro, a Câmara dos Deputados, por unanimidade, resolveu abrir uma subscrição pública para que fosse erguida a estátua do grande tribuno no Largo das Cortes — a estátua que o enxerto medieval realizado na nossa história, durante quase meio século, inumou num recanto sombrio do Palácio de S. Bento.

Uma comissão eventual constituída por Anselmo José Braancamp, conde de Casal Ribeiro, Mendes Leal, Lobo d'Ávila, Fontes Pereira de Melo, António

de Serpa Pimentel e António Luís de Seabra inicia, com afã intensivo, os trabalhos e em 8 de Junho de 1876 era lançada a primeira pedra do pedestal da estátua que viria a ser erguida e depois descerrada pelos presidentes das duas câmaras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Suponho que não poderei ser acusado de hiperbólico se disser que José Estêvão foi o maior parlamentar português de sempre.

Não terá sido por acaso que o insuspeito Oliveira Martins dele afirmasse «que foi o primeiro, talvez o único, dos tenores sinceros da liberdade portuguesa»; nem terá sido por louvaminha que Camilo escreveu ser ele «o mais brilhante orador parlamentar do seu tempo».

Certo que, com ele, se media Almeida Garrett que tratava, embora, com muito mais cuidado os seus discursos, não tinha o poder de improvisação, a fluência torrencial, a rapidez de argumentação, nem a fogosidade do parlamentar aveirense.

Do campo de batalha José Estêvão subiu à tribuna temperado na luta, com a mesma determinação com que se batia de armas na mão. E, ao mesmo

tempo que com a sua palavra defendia, sem colapsos, a liberdade dos cidadãos, era uma fonte inesgotável de tolerância.

Uma das raríssimas vezes em que envergou a sua toga de advogado foi para defender o órgão legitimista *O Portugal Velho*, acusado de crime de liberdade de imprensa.

Proclamava, acaloradamente, na Câmara que as liberdades configuradas na Carta eram para todos —

«para os vencedores e para os vencidos» e nunca no seu coração albergou a peçonha de um rancor; e nunca da sua conduta humana extraiu um gesto de vingança.

Suponho, pois, que esta Câmara se honrou, sobremaneira, ao promover a exumação da estátua do grande tribuno, do silêncio tumular a que a reação a tinha condenado; suponho que todos aqueles que considerem a componente parlamentar a verdadeira expressão da democracia, hão-de rejubilar com este acto de justiça que, embora tarde, a Assembleia da República promoveu e possibilitou.

Após a sessão parlamentar, na cerimónia do descerramento da estátua, nos jardins de S. Bento, o Dr. Manuel Alfredo Tito de Morais, Presidente da Assembleia da República, proferiu as seguintes palavras:

Sr. Representante do Sr. Primeiro-Ministro.

Sr. Representante do Sr. Vice-Primeiro-Ministro.

Srs. Representantes dos Órgãos de Soberania e Altas Autoridades do Estado.

Srs. Membros do Governo.

Srs. Deputados.

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Encontramo-nos hoje aqui reunidos para prestar homenagem a um grande vulto cívico do constitucionalismo monárquico. A um homem que se entregou com arrojo e energia nos campos de batalha, nas lides da imprensa e nas lutas parlamentares pela consolidação do liberalismo. A um homem que dedicou toda a sua longa vida parlamentar a defender um conjunto de valores fundamentais que têm, em Portugal, a sua raiz na Revolução de 1820 e se estendem até aos nossos dias com a tradição histórica de todos os democratas: a liberdade, o parlamentarismo, a justiça social, a independência do Estado de qualquer tipo de tutelas.

Pela liberdade não hesitou, sempre que a natureza do regime ou os seus valores fundamentais foram postos em causa, em arriscar a vida nas lutas que marcaram a consolidação do liberalismo.



Lisboa, 15 de Outubro de 1984.
Descerramento da estátua de José Estêvão.

Foi perseguido, sofreu o exílio: tudo sacrificou na defesa intransigente de uma linha política a que dedicou coerente e apaixonadamente toda uma vida.

Pela formação de uma consciência nacional para os problemas do País, entregou-se devotadamente a campanhas jornalísticas onde deixou expresso de forma inequívoca o seu pensamento político. Procurou novas alternativas que se apresentassem como solução aos desafios políticos que o desenvolvimento da sociedade portuguesa de Oitocentos colocava ao constitucionalismo monárquico. E, como tal, faz parte de um conjunto restrito de homens que pelo seu exemplo contribuíram para o desenvolvimento do ideário republicano em Portugal.

Com António Rodrigues Sampaio e Oliveira Marreoa faz parte do triunvirato republicano, organizado em 1848, para proclamar a República em Portugal.

Era a altura em que se proclamava a II República em França e estava-se na ressaca da Maria da fonte.

Mas José Estêvão ficou na história, acima de tudo, como um modelo de parlamentar. E é nessa qualidade que hoje aqui o evocamos.

Não apenas como grande orador, qualidade em que se distinguiu como um dos maiores tributos do seu tempo. Absorvendo a atenção da assembleia, que da esquerda à direita da Câmara o escutava com respeito e admiração.

Acima de tudo é pelo profundo sentido da missão de parlamentar que o queremos recordar. Não se poupou nunca a esforços para se preparar para os grandes debates nacionais, a sua voz nunca deixou de se escutar quando quis alterar os princípios fundamentais do regime, quando se quis desvirtuar o Parlamento descaracterizando-o ou instrumentalizando-o, quando era necessário ir mais longe na implementação de direitos, liberdades e garantias, ou quando se pretendia restringir ou deturpar os já existentes. À apresentação parlamentar dedicou grande parte da sua vida, numa acção assídua e combativa. Não procurou a posteridade mas a actuação directa sobre o seu tempo, e por isso descurou sempre a inclusão dos seus discursos e intervenções na folha oficial, recusando-se a rever as imperfeitas notas taquigráficas. Do génio da sua oratória resta apenas o testemunho de quantos o escutaram, com emoção, no momento em que como parlamentar lutava por aqueles que aqui representava e pelo desenvolvimento de Portugal.

Num momento em que parece existir uma campanha para desacreditar a Assembleia da República como instituição fundamental do regime democrático, evocar, ainda que de um modo simples

como este, a figura de José Estêvão é relembrar o papel decisivo que homens como ele tiveram no aperfeiçoamento do sistema parlamentar e simultaneamente o papel ímpar que este desempenhou na transformação do Estado absolutista em Estado liberal, no desenvolvimento económico, social e moral de Portugal. Foi a obra legislativa aqui realizada que consolidou liberdades e direitos, foi progressivamente aperfeiçoando os critérios de justiça social e alargando o critério de representação nacional, até à consolidação do sufrágio universal que hoje nos rege.

Nem todos os períodos da nossa história parlamentar são isentos de críticas e defeitos. Mas é a dedicação empenhada e assídua de homens como José Estêvão que repõe sucessivamente a tradição parlamentar. Ao assumirem plenamente o mandato indeclinável que receberam do eleitorado, colocam-se e colocam esta Assembleia na primeira linha do desenvolvimento económico, social e político do País, pela obra legislativa aqui produzida.

José Estêvão Coelho de Magalhães nasceu na cidade de Aveiro a 26 de Dezembro de 1809 e a presença nesta cerimónia das autoridades daquele distrito mostra, passados que são quase 2 séculos, como ainda se mantém viva na memória dos Aveirenses a figura insigne do parlamentar, do lutador pela liberdade e do pensador, cuja estátua — no País novamente livre que somos — voltamos a inaugurar à luz do dia, arrancando-a do esconderijo para onde, quase que envergonhado, o antigo regime a transferiria.

A realização desta cerimónia deve-se ao esforço conjugado de muitos deputados, entre os quais me permito destacar o deputado Raul Rego, pela sua perseverança, e ainda o deputado Menezes Falcão, que tornou possível esta inauguração no dia de hoje, resolvendo problemas de natureza material que pareciam insolúveis, e ao empenho demonstrado pelos vários serviços da Câmara Municipal de Lisboa.

A todos desejo apresentar os meus agradecimentos, que se dirigem também aos membros da família de José Estêvão aqui presentes e a todas VV. Ex.^{as}, que quiseram, com a vossa presença, abrilhantar esta homenagem.

A Câmara Municipal de Aveiro, em sua reunião de 16 de Outubro de 1984, deliberou, por unanimidade, exarar em acta um voto da mais profunda congratulação pela homenagem prestada pela Assembleia da República ao insigne aveirense e ilustre parlamentar.

INDÚSTRIA EXTRACTIVA DO DISTRITO DE AVEIRO

SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO NACIONAL

Por:

José Carlos Balacó Moreira (*)

INTRODUÇÃO

A indústria extractiva engloba recursos minerais provenientes das minas, extraídos das pedreiras, e as águas minerais e de mesa.

No distrito de Aveiro, que integra a Província da Beira Litoral, com a extensão de cerca de 80 kms e uma largura média de 40 kms, a que corresponde mais precisamente uma superfície de 2.760 km², repartida por 19 concelhos, ocorrem matérias-primas, dos três tipos de origens mencionadas.

No que respeita a *minas*, embora estejam concedidas diversas minas e coutos mineiros, conforme consta do quadro I, em anexo, apenas se encontram em actividade as minas de carvão do Pejão (Castelo de Paiva) e as minas de caulino do Outeiro (Ovar) e Devesa e Quinta do Covo n.º 1 (Oliveira de Azeméis).

Ainda que paralizados por razões de ordem variada, como se disse, existem também jazigos de volfrâmio e estanho na zona de Arouca, nas margens dos rios Paiva e Paivô; chumbo, zinco e prata, que foram explorados nas minas de Terramonte, em Castelo de Paiva; manganés, na região de Anadia; caulino na Vila da Feira; chumbo (galena), na Branca, Albergaria-a-Velha, além de antimónio, cobre e arsénio.

No que se refere a *pedreiras*, muito embora a actividade tenha sofrido uma redução substancial nos últimos anos, exploram-se ainda areia refractária, areia comum, argila refractária, granito, quartzito, saibro e argila comum para fabrico de barro vermelho.

Em relação às *águas minerais e de mesa*, o distrito dispõe de quatro nascentes de águas minerais, respectivamente na Curia (sulfatada); no Luso (hipossalina, radioactiva); nas Caldas de S. Jorge (sulfúrea sódica) e no Vale da Mó (bicarbonatada sódica). As águas de mesa são apenas exploradas no Cruzeiro.

Em anexo, figuram quadros estatísticos, com os dados mais recentes de que foi possível dispor, relativos às produções globais do distrito das diversas substâncias; especificam-se também, as produções das diversas substâncias em cada concelho e, final-

mente, a produção de águas minerais e de mesa, inscrições termais e tratamentos (aplicações). Em todos estes quadros se estabelecem as percentagens, quer de volumes, quer de valores, das produções distritais, em relação à globalidade do país, evidenciando assim o peso do distrito no contexto nacional.

Finalmente, uma relação da bibliografia disponível respeitante ao distrito permitirá aos mais interessados pormenorizar ou aprofundar os seus conhecimentos referentes a este importante sector em análise.

1 — BREVE REFERÊNCIA À GEOLOGIA GERAL

O distrito de Aveiro, geologicamente, inclui formações que vão desde o Pré-Câmbrico (isto é, desde há cerca de 600 milhões de anos), até ao Quaternário, que engloba as formações actuais. A sua distribuição é a que sinteticamente a seguir se expõe e que está patente no esboço geológico que adiante se insere.

Limitada pela orla marítima e pela linha que une sensivelmente Espinho à Mealhada, dispõe-se uma faixa de formações de idade quaternária. O extremo sul desta engloba também formações de Cretácico e do Jurássico.

A faixa central, limitada a oeste pela faixa anterior e, a nascente, pelo grande alinhamento que desde o limite norte do distrito passa nas proximidades de S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Albergaria-a-Velha, inflectindo nas zonas de Águeda e Anadia e prolongando-se até ao contorno sul do distrito, corresponde a formações cujas idades se situam no Pré-Câmbrico, Permo-Carbónico, Jurássico, Cretácico e Pliocénico.

A área mais oriental, situada entre a anterior e o limite do distrito a poente, compreende afloramentos do Pré-Câmbrico, Permo-Carbónico e rochas eruptivas hercínicas.

(*) Geólogo da Direcção Geral de Geologia e Minas

A descrição do pormenor das formações geológicas, a que acabamos de nos referir, pode ser obtida na vasta bibliografia que adiante se indica, pelo que nos dispensamos de considerações complementares em relação a este assunto.

2 — ACTIVIDADE MINEIRA

2.1 — INDÚSTRIA EXTRACTIVA

Como antes se referiu, das diversas concessões existentes na área do distrito, englobando várias substâncias, apenas as explorações de carvão e de caulino se encontram em actividade.

2.1.1 — Carvão

Esta substância vem sendo explorada no Couto Mineiro do Pejão, pela Empresa Carbonífera do Douro. A mina situa-se nas freguesias de Raiva, Pedrido e Paraíso, do concelho de Castelo de Paiva, sendo ainda hoje a mais importante mina de carvão do continente.

O carvão explorado é do tipo antracite, mas infelizmente de qualidade abaixo do desejável, dado o elevado teor em cinzas.

Estão sendo desenvolvidos estudos conducentes a uma melhor definição do jazigo, visando o aumento das reservas.

Com efeito, trata-se da única mina de antracite em actividade no país, pelo que, conforme se pode verificar nos quadros II e III, a sua produção coincide com a nacional.

2.1.2 — Caulino

No distrito de Aveiro, existem várias ocorrências de caulino, considerado em geral de boa qualidade e cujas reservas são bastante elevadas.

Actualmente, só existem três explorações em actividade: a mina do Outeiro, situada na freguesia de S. Vicente da Pereira Juzã, Ovar, explorada por VIALPO-Artigos de Utilidade e Comércio Geral, Ld.^a, no concelho de Oliveira de Azeméis; a mina da Divesa, situada na freguesia de Macieira de Sarnes, explorada por Coelho e Filho, Ld.^a; e a mina da Quinta do Covo n.º 1, localizada na freguesia de Vila Chã de S. Roque, que tem como explorador a SOMICAL-Sociedade Mineira de Caulinos, Ld.^a.

De acordo com o quadro III verifica-se que o peso da produção destas três minas, em termos nacionais, representou 16% e 23% (1981) e 18% e 26% (1982), respectivamente no que se refere a volumes extraídos e valor correspondente.

2.2 — INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

Directamente ligada à indústria extractiva do sector mineiro, existe na freguesia da Branca, do concelho de Albergaria-a-Velha, no local das antigas minas do Palhal, hoje paralizadas, uma unidade transformadora — Minas e Metalurgia, SARL — dedicada à produção de peças de metal duro à base de tungsténio, destinadas a trabalhos de corte, desgaste e perfuração, particularmente utilizadas na indústria mineira.

A produção tem-se revelado promissora, destinando-se quer ao abastecimento do mercado interno, quer à exportação.

3 — ACTIVIDADE DAS PEDREIRAS

3.1 — INDÚSTRIA EXTRACTIVA

O distrito de Aveiro desempenha um papel assinalável no contexto nacional, no âmbito das substâncias minerais não-metálicas (Vide quadros II e III).

Muito embora o número de explorações em actividade tenha decrescido nos últimos anos, é ainda apreciável a sua importância. Das substâncias extraídas, salientam-se:

3.1.1 — Areia comum

Em geral utilizada em construção civil e obras públicas, vem sendo extraída, quer em areiros situados em diversos locais, nos concelhos de Águeda, Ovar e Vagos, quer no leito do rio Vouga, nos concelhos de Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga, quer ainda na orla marítima, actualmente restringidos à área de S. Jacinto, no concelho de Aveiro.

A exploração faz-se em geral com pás carregadoras.

Esta actividade representou respectivamente 17% e 16% (1981) e 17% e 14% do cômputo nacional no que se refere a toneladas extraídas e valores correspondentes.

3.1.2 — Areia refractária

As explorações desta matéria-prima situam-se no concelho de Águeda, na zona de Agueira.

Trata-se de um tipo de areia que, não sendo de qualidade excepcional, satisfaz perfeitamente a indústria de moldagem de fundição que abastece desde Braga, Famalicão, Trofa, Gondomar e Porto, além de várias unidades no distrito de Aveiro.

Em Ovar, a areia das dunas abastece uma unidade de produção de garrafaria, no distrito do Porto.

A exploração desenvolve-se com o auxílio de pás carregadoras.

Dado que a exploração é reduzida o seu peso no âmbito nacional não é significativo.

3.1.3. — Argila comum

Em geral designada por barro vermelho, abastece o invulgar número de unidades de cerâmica de construção pesada, isto é, de telha e tijolo, além de, em parte, a indústria de pavimentos e grés.

As explorações, em termos de volume, têm maior expressão nos concelhos de Oliveira do Bairro, Mealhada, Anadia e Ílhavo, sendo também representativas nos concelhos de Vagos, Águeda e Aveiro.

A matéria-prima visa o abastecimento das numerosas unidades existentes no distrito.

A extracção processa-se com pás carregadoras.

Comparativamente ao contexto nacional, em 1981 representou 16% da tonelage extraída, a que corresponderam 11% em valor, enquanto que em 1982 ambos os parâmetros se quedaram pelos 13%.

3.1.4 — Argila refractária

As explorações de argila refractária, situam-se no limite que separa os concelhos de Águeda e Anadia, respectivamente, nas freguesias de Aguada de Cima e Avelãs de Caminho, na área das Almas da Areosa.

Este tipo de argila constitui uma das substâncias que entram na composição das pastas cerâmicas para a produção de porcelana, faiança, grés e refractários.

Esta matéria-prima abastece unidades cerâmicas situadas desde Barcelos até sul de Lisboa.

Na exploração utilizam-se quer martelos pneumáticos, quer escavadoras do tipo rectro.

Em termos nacionais a extracção correspondeu em 1981 a 43% da tonelage extraída, o que em valor representou 19%; em 1982 aqueles índices foram de, respectivamente, 51 e 16%.

3.1.5 — Granito

O granito, cujos produtos se destinam à construção civil e obras públicas, é explorado nos concelhos de Vila da Feira, Vale de Cambra, Arouca, Oliveira de Azeméis, Sever do Vouga e Castelo de Paiva.

São fabricados diversos tipos de produtos, tais como a alvenaria, a brita, o perpianho, o rachão e o rústico.

A exploração faz-se com o auxílio de explosivos.

A alvenaria e o rachão são, conforme as dimensões, os materiais obtidos após o abate da frente da exploração com os explosivos, dispostos de forma adequada para esse efeito, e resultam igualmente como sub-produtos da preparação do perpianho e o

rústico em que se utilizam apenas ferramentas manuais.

O produto mais representativo é a brita, para cuja obtenção, com excepção do concelho de Arouca em apreciável número de pedreiras dos concelhos mencionados, existem instalações de britagem, algumas delas de elevada capacidade e bastante modernas.

Os produtos destinam-se apenas a abastecer as indústrias do distrito.

A tonelage extraída em 1981 correspondeu a 12% do que se produziu no país, e 6% em valores, enquanto que, em 1982, se verificou um acréscimo significativo, respectivamente, para 21% e 14%.

3.1.6 — Quartzito

Esta matéria-prima é explorada no limite dos concelhos de Albergaria-a-Velha e Águeda, respectivamente nas freguesias de Valmaior e Macinhata do Vouga, especialmente no lugar de Mouquim.

O quartzito é empregue em construção civil e obras públicas, particularmente sob a forma de brita e rachão, apesar de o seu emprego na construção de estradas apresentar alguns problemas em virtude de fraca aderência do alcatrão à brita, em virtude da formação de uma película argilosa sobre este produto, que só em parte é removida por lavagem.

A exploração é feita utilizando explosivos, sendo o material obtido sujeito a operações de britagem em importantes instalações existentes nas diversas pedreiras. Os produtos apenas dão satisfação às necessidades do distrito.

A sua incidência, em termos nacionais, foi de 96% no que se refere a tonelage e 93% em valor, em 1981, tendo-se mantido sensivelmente o mesmo peso em 1982, respectivamente, 95% e 94%.

3.1.7 — Saibro

Utilizado exclusivamente na construção de estradas, o saibro é explorado nos concelhos de Estarreja, Aveiro, Águeda e, em quantidades reduzidas, em Vagos e Vila da Feira, abastecendo áreas vizinhas dos concelhos referidos.

A exploração é feita com recurso de pás carregadoras.

Em relação à produção global do país, em 1981 correspondeu a 15% da tonelage e 10% do valor; em 1982 qualquer dos dois parâmetros considerados subiu para 25%.

3.1.8 — Calcário

Actualmente paralizadas, as explorações de calcário situavam-se em Anadia, sendo utilizadas

essencialmente no abastecimento de fornos de cal, de carácter francamente artesanal.

3.2 — INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

Inteiramente dependentes dos produtos obtidos na exploração das pedreiras, existem no distrito de Aveiro importantes indústrias transformadoras de que se destacam:

3.2.1 — Cerâmicas de telha e tijolo

Distribuem-se pelos concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Mealhada, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Vila da Feira e Vagos.

3.2.2 — Cerâmicas de porcelana, faiança e grés

Estão implantadas nos concelhos de Águeda e Anadia (faiança e grés), Aveiro (faiança), Ílhavo (porcelana), Oliveira de Azeméis (grés) e Vila da Feira (azulejos).

3.2.3 — Serrações e oficinas de transformação de rochas ornamentais

Utilizando matéria-prima proveniente de regiões exteriores ao distrito, existem nos concelhos de Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, S. João da Madeira e Vila da Feira.

3.2.4 — Fornos de cal

Consumindo matéria-prima com origem fora do distrito, situam-se no concelho de Anadia.

Das indústrias referidas, a mais importante é, sem dúvida, a da cerâmica da qual existem mais de 60 unidades para produção de telha e tijolo, sendo o número dos produtores de porcelana, faiança e grés, superior a 35 unidades.

4 — ÁGUAS MINERAIS E DE MESA

No distrito de Aveiro, existem quatro nascentes de águas minerais e uma de água de mesa, que passamos a referir.

O movimento termal e a produção de engarrafamento de águas constam do quadro IV, em anexo.

4.1 — Curia

A estância termal da Curia situa-se na freguesia de Tamengos, no concelho de Anadia, datando a sua concessão de 16-1-1903.

A água é do tipo sulfatada cálcica, mesossalina, fria, sendo o caudal disponível da ordem dos 43 m³/hora.

São particularmente indicadas no tratamento de doenças dos aparelhos respiratório e urinário, reumatismo e sistema nervoso.

É sem dúvida a estância termal mais importante do distrito.

4.2 — Luso

A nascente do Luso situa-se na freguesia do mesmo nome, no concelho da Mealhada, tendo a sua exploração sido concedida em 19-5-1894.

A água mineral do Luso é hipossalina radioactiva, captada a uma temperatura de 27° C; o seu caudal atinge cerca de 60 m³/hora, no conjunto da nascente Luso e de uma captação por furo.

As qualidades terapêuticas visam problemas dos aparelhos circulatório, digestivo e urinário, além de eficiente acção em dermatoses, ginecologia, doenças de nutrição, reumatismo, sistema nervoso, aparelho respiratório, alergias e doenças das glândulas endócrinas.

Além das estruturas próprias de uma estância termal moderna, dispõe, também, de uma oficina de engarrafamento, cuja produção é a maior do País, sendo a segunda do distrito em movimento termal.

4.3 — Caldas de S. Jorge

As termas de S. Jorge situam-se na freguesia de S. Jorge, no concelho da Feira, estando autorizada a sua exploração desde 25-5-1885.

A sua água é do tipo sulfúrea sódica, brotando a temperaturas da ordem dos 20° C, a um caudal de cerca de 36 m³/hora.

As propriedades curativas dirigem-se ao tratamento de deficiências circulatórias, dermatoses, sistema nervoso e sistema respiratório.

É a terceira estância termal do distrito.

4.4 — Vale da Mó

Concedidas para exploração desde 13-11-1920, as termas do Vale da Mó, situam-se na freguesia da Moita, no concelho de Anadia.

A água é do tipo bicarbonatada sódica, apresentando um caudal muito modesto de 4 m³/24 horas à temperatura de 15,3° C.

As características terapêuticas são particularmente utilizadas no tratamento do aparelho digestivo, do linfatismo e de anemias.

Como instalações para tratamento, dispõe somente de uma «buvette» e de um consultório médico, que lhe conferem o lugar de a mais modesta estância do distrito.

4.5 — Cruzeiro

Trata-se, neste caso, de uma água de mesa que vem sendo explorada desde 8-12-1938, no lugar do Cruzeiro, da freguesia da Vacariça, no concelho da Mealhada.

É uma água bicarbonatada cálcica e magnésiana, fria, explorada para engarrafamento.

As captações por furo são duas, correspondendo-lhes um caudal conjunto de cerca de 20 m³/hora.

Na sua categoria correspondeu, respectivamente, em 1981 e 1982, a 6 e 4% do total do país, quer em volume de água engarrafada, quer no valor da mesma.

► 5 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do expendido verifica-se que o distrito de Aveiro tem, em consonância com a sua categoria de terceiro distrito do País, uma indústria extractiva que o honra, contribuindo de forma acentuada para o seu desenvolvimento sócio-económico, sempre crescente.

Os quadros anexos permitem uma análise mais detalhada dos volumes extraídos e dos valores correspondentes em 1981 e 1982, anos estes que constituem os elementos mais recentes. De igual modo permitem avaliar o contributo do distrito no contexto da indústria extractiva nacional.

Com efeito, produz a totalidade do antracito de que o país dispõe e de 16 a 18% em tonelagem e 23

a 26% em valor (1981-82) e do caulino total nacional.

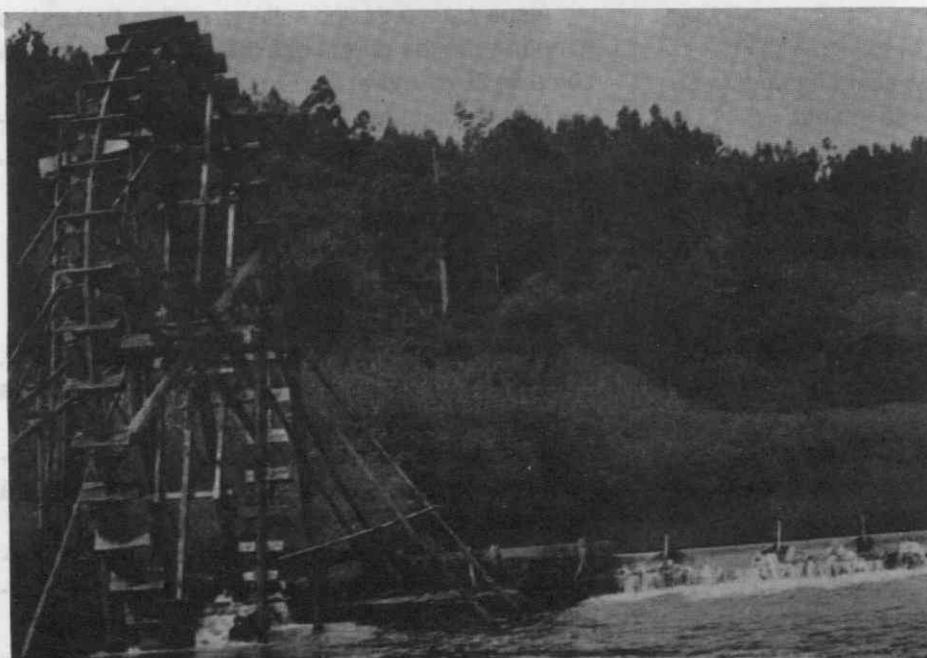
No que se refere ao conjunto das substâncias minerais não-metálicas, contribuiu com cerca de 33% da tonelagem e 25% do valor em 1981, crescendo estes valores em 1982, respectivamente, para 37 e 29%.

As águas minerais e de mesa, respectivamente em 1981 e 1982, contribuíram com 14% das inscrições, a que correspondem 16 a 17% em valor, com 14% no valor dos tratamentos realizados nos dois anos considerados, e 44% e 47% do volume de litros de águas minerais engarrafadas, cujos valores representam, respectivamente, 25 e 29%. É apenas menos significativo o peso das águas de mesa, com 6 e 4%, em litros produzidos, sendo equivalente a percentagem de valores.

► AGRADECIMENTO

O autor expressa o seu mais sincero agradecimento à Dr.^a Maria Luísa Romão pela preciosa colaboração prestada no fornecimento de todos os elementos estatísticos que acompanham e muito valorizam esta nota; e aos Drs. António Martins Nunes e Carlos Calado pela pertinente ajuda prestada no respeitante ao sector de águas minerais e de mesa.

Aveiro, 15 de Dezembro de 1984



Curiosidades bucólicas aveienses — Interessante motivo em Águeda: uma nora no rio.

QUADRO I

MINAS E COUTOS MINEIROS EXISTENTES EM 31-12-82

(Distrito de Aveiro)

DESIGNAÇÃO	MINAS		COUTOS MINEIROS		
	Nº	Área (ha-a)	Nº	Nº Minas	Área (ha-a)
<u>CARVÃO</u>	1	46-13	1	6	505-32
- Antracito	1	46-13	1	6	505-32
<u>MINÉRIOS METÁLICOS NÃO FERROSOS</u>	68	3 281-37	1	15	703-91
- Antimónio	1	24-00	-	-	-
- Chumbo	3	149-90	-	-	-
- Chumbo e cobre	1	41-00	-	-	-
- Cobre e chumbo	2	100-00	-	-	-
- Cobre	2	71-10	-	-	-
- Estanho e volfrâmio	9	462-31	1	15	703-91
- Manganés	20	1 078-01	-	-	-
- Volfrâmio	28	1 265-03	-	-	-
- Volfrâmio e estanho	2	92-02	-	-	-
<u>MINERAIS NÃO METÁLICOS PARA INDÚSTRIA QUÍMICA, ETC.</u>	5	262-81	-	-	-
- Arsénio	4	190-50	-	-	-
- Arsénio e volfrâmio	1	72-31	-	-	-
<u>PEDRA, ARGILA E AREIA</u>	17	1 377-07	1	13	1 190-71
- Caulino	17	1 377-07	1	13	1 190-71
TOTAL:	91		3		

Fonte: D. G. G. M.; Boletim de Minas, Vol. 20, nº 1, 1983.

QUADRO II

DISTRITO DE AVEIRO - PRODUÇÃO DE MINAS E PEDREIRAS

(Por substâncias)

SUBSTÂNCIAS	1981		1982		- 1982 - % em relação ao total do País		1981	1982
	Ton	Contos	Ton	Contos	Ton	Contos	Número de explor. em actividade	
<u>MINAS</u>	193 145	539 672	187 352	666 921	-	-	4	4
<u>CARVÃO</u>								
- Antracito	183 760	520 045	178 540	644 285	100	100	1	1
<u>CAULINO</u>	9 385	19 627	8 812	22 636	18	26	3	3
- Lavado	7 691	17 933	6 940	19 828	11	10	3	3
- Não lavado	1 694	1 694	1 872	2 808	7	16	(a)-	(a)-
<u>PEDREIRAS</u>	3 108 799	307 195	3 348 978	427 265	37	29	107	101
<u>PEDRA, ARGILA E AREIA</u>								
- Areia comum	973 839	73 639	748 772	63 412	17	14	15	13
- Areia especial	650	178	400	100	0	0	2	1
- Argila comum	659 962	29 204	459 597	32 579	13	13	30	26
- Argila refractária	111 904	21 707	161 221	19 173	51	16	5	5
- Granito	738 671	79 581	1 196 912	167 878	21	14	46	48
- Quartzito	560 145	99 263	581 252	138 989	95	94	2	3
- Saibro	63 608	3 623	100 412	5 134	25	25	7	5

(a) Produzido nas mesmas explorações.

Fonte: Estatística da Direcção Geral de Geologia e Minas (Vide bibliografia nº 19).

QUADRO III.
DISTRITO DE AVEIRO
PRODUÇÃO DE MINAS E PEDREIRAS
(Por concelhos)

SUBSTÂNCIA CONCELHO	1981		1982		N.º DE EXPLORAÇÃO EM ACTIVIDADE	
	Ton.	Contos	Ton.	Contos	1981	1982
MINAS	193 145	539 672	187 352	666 921	4	4
ANTRACITO						
- Castelo de Paiva	183 760 (100%)	520 045 (100%)	178 540 (100%)	644 285 (100%)	1	1
CAULINO LAVADO	7 691 (10%)	17 933 (10%)	6 940 (11%)	19 828 (10%)	3	3
- Oliveira de Azeméis	4 965	8 741	4 343	9 687	2	2
- Ovar	2 726	9 192	2 597	10 141	1	1
CAULINO NÃO-LAVADO						
- Oliveira de Azeméis	1 694 (6%)	1 694 (13%)	1 872 (7%)	2 808 (16%)	1	1
PEDREIRAS	3 108 799 (33%)	307 195 (25%)	3 348 978 (37%)	427 265 (29%)	107	101
AREIA COMUM	973 839 (17%)	73 639 (16%)	748 772 (17%)	63 412 (14%)	15	13
- Águeda	100	15	100	20	1	1
- Albergaria-a-Velha	74 513	1 863	-	-	1	-
- Aveiro	702 424	56 726	584 864	44 030	9	8
- Ovar	134 402	12 695	101 308	15 475	2	2
- Vagos	62 400	2 340	62 500	3 887	2	2
AREIA ESPECIAL						
- Águeda	650	178	400	100	2	1
ARGILA PARA BARRO VERMELHO	659 962 (16%)	29 204 (11%)	459 597 (13%)	32 579 (13%)	30	26
- Águeda	134 119	5 747	-	-	(a)-	(a) -
- Anadia	73 303	2 656	48 172	4 436	8	5
- Aveiro	20 696	1 647	59 882	5 742	2	3
- Ilhavo	110 000	4 950	40 000	3 000	1	1
- Mealhada	60 105	2 837	74 696	4 358	4	4
- Oliveira do Bairro	215 089	9 401	194 497	11 754	12	10
- Vagos	46 650	1 966	42 350	3 289	3	3
ARGILA REFRACTÁRIA	111 904 (4%)	21 707 (19%)	161 221 (51%)	19 173 (16%)	5	5
- Águeda	70 510	17 568	140 438	12 430	4	4
- Anadia	41 394	4 139	20 783	6 743	1	1
GRANITO	738 671 (12%)	79 581 (6%)	1196 912 (21%)	167 878 (14%)	46	48
- Arouca	30 114	12 064	33 710	10 327	21	20
- Castelo de Paiva	177	35	-	-	1	-
- Oliveira de Azeméis	7 400	770	4 300	1 381	4	3
- Sever do Vouga	2 065	176	18 195	4 338	10	12
- Vale de Cambra	279 663	41 949	279 882	77 370	1	1
- Vila da Feira	419 252	24 587	860 825	74 462	9	12
QUARTZITO	560 145 (96%)	99 263 (93%)	581 252 (95%)	138 989 (94%)	2	3
- Albergaria-a-Velha	560 145	99 263	546 744	132 247	2	2
- Águeda	-	-	34 508	6 742	-	1
SAIBRO	63 608 (15%)	3 623 (10%)	100 412 (10%)	5 134 (25%)	7	5
- Águeda	20 800	1 248	1 500	90	2	1
- Aveiro	26 208	1 573	30 912	278	1	1
- Estarreja	11 600	602	53 000	2 966	3	2
- Vila da Feira	5 000	200	-	-	1	-
- Vagos	-	-	15 000	1 800	-	1

(a) Proveniente da exploração das camadas superiores da argila refractária.

NOTA - As percentagens indicadas entre parentésis representam o índice de produção dessa substância no distrito em relação ao total de País.

Fonte: Estatística da Direcção Geral de Geologia e Minas

QUADRO IV

DISTRITO DE AVEIRO

ÁGUAS MINERAIS E DE MESA

(Por nascentes)

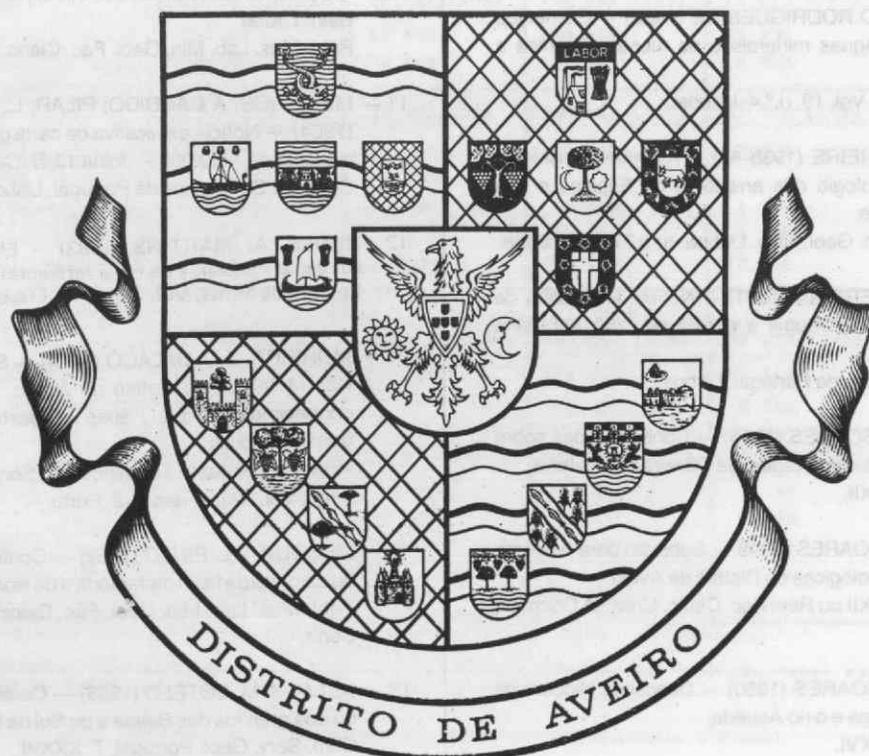
DESIGNAÇÃO	INSCRIÇÕES				APLICAÇÕES		PRODUÇÃO DAS OFICINAS DE ENGARRAFAMENTO							
	Número		Valor (contos)		Valor (contos)		DE ÁGUAS MINERAIS				DE ÁGUAS DE MESA			
							1.000 l		Valor (c)		1.000 l		Valor (c)	
	1981	1982	1981	1982	1981	1982	1981	1982	1981	1982	1981	1982	1981	1982
- Luso	3 135	3 247	1 443	1 896	4 671	6 541	84 725	93 125	238 719	321 433	-	-	-	-
- Curia	7 257	6 835	3 968	4 767	8 909	11 806	5	4	124	107	-	-	-	-
- S. Jorge	2 206	2 137	873	1 178	2 701	3 393	-	-	-	-	-	-	-	-
- Vale da Mó ..	161	132	74	77	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Cruzeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 091	1 086	14 110	16 156
TOTAL DO DISTRITO	12 759	12 351	6 358	7 918	16 281	21 740	84 730	93 129	238 843	321 540	1 091	1 086	14 110	16 156
TOTAL DO PAÍS	90 760	88 064	39 826	47 397	115 344	155 375	190 751	196 158	958 684	1 125 322	17 370	28 087	234 681	331 732
% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PAÍS	14	14	16	17	14	14	44	47	25	29	6	4	6	5

Fonte: Estatística da Direcção Geral de Geologia e Minas (Vid. bibliografia nº 2 e 12).

BIBLIOGRAFIA

- 1 — ALMEIDA, F. MOITINHO & G. ZBYSZEWSKI (1947) — Contribuição para o conhecimento dos terrenos quaternários da região de Estarreja. Com. Serv. Geol. Port., T. XXVIII e XXIX.
- 2 — ALMEIDA, MÁRIO RODRIGUES DE (1982) — Elementos estatísticos das águas minerais e de mesa referentes a 1981. Boletim de Minas, Vol. 19, n.º 4. Lisboa.
- 3 — ANDRADE, C. FREIRE (1938-40) — Algumas considerações sobre a geologia dos arredores de Espinho e das Caldas de S. Jorge. Bol. Mus. Lab. Min. Geol. Univ. Lisboa, n.ºs 7 e 8, 3.ª Série.
- 4 — BARBOSA, B. PEREIRA (1981) — Notícia explicativa de carta geológica de Portugal à escala de 1/50.000, folha 16-C (Vagos). Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- 5 — CARVALHO, G. SOARES (1946) — Considerações sobre dois perfis geológicos da região de Oliveira de Azeméis. Arq. Dist. Aveiro, XII.
- 6 — CARVALHO, G. SOARES (1946) — Subsídio para o estudo das formações geológicas do Distrito de Aveiro. Arq. Dist. Aveiro, XII ou Rev. Fac. Cienc. Univ. de Coimbra, Vol. XV.
- 7 — CARVALHO, G. SOARES (1950) — Depósitos pliocénicos de entre o rio Vouga e o rio Águeda. Arq. Dist. Aveiro, XVI.
- 8 — CARVALHO, G. SOARES (1951) — Os depósitos detríticos e a morfologia da região de Aveiro. Mem. e Not. — Publ. Mus. Lab. Univ. Coimbra, n.º 31.
- 9 — CERVEIRA, A. MORAIS (1963) — Reconhecimento dos jazigos de manganés da região de Anadia. Estudos, Notas e Trabalhos, Vol. XVI (1-2), pp. 13-72.
- 10 — COSTA, J. CARRINGTON (1937) — O Neocretácico da Beira Litoral. Publ. Mus. Lab. Min. Geol. Fac. Cienc. Porto, Vol. V.
- 11 — MEDEIROS, A. CÂNDIDO; PILAR, L.; FERNANDES, A.P. (1964) — Notícia explicativa da carta geológica de Portugal à escala de 1/50.000 — folha 13-B (Castelo de Paiva). Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- 12 — NUNES, A. MARTINS (1983) — Elementos estatísticos das águas minerais e de mesa referentes a 1982. Boletim de Minas, Vol. 20, n.º 3, Lisboa.
- 13 — MOREIRA, J. C. BALACÓ (1974) — Substâncias Minerais Não-Metálicas do distrito de Aveiro. Contribuição para o conhecimento das suas indústrias extractiva e transformadora. «Estudos, Notas e Trabalhos» do Serviço de Fomento Mineiro, Vol. XXIII, Fasc. 1-2. Porto.
- 14 — MESQUITA, L. PINTO (1952) — Contribuição para o estudo da parte da faixa metamórfica do litoral, a sul de Espinho. Publ. Mus. Lab. Min. Geol. Fac. Cienc. Porto, n.º LXIII, 3.ª Série.
- 15 — NEIVA, J. M. COTELO (1955) — Contribuição para o estudo dos granitos das Beiras e do Sul da Beira Litoral. Com. Serv. Geol. Portugal, T. XXXVI.

- 16 — PEREIRA, EURICO; GONÇALVES, L. SEVERO e MOREIRA, ARMANDO F.D. (1980) — Notícia explicativa da carta geológica de Portugal à escala de $1/50.000$, folha 13-D (Oliveira de Azeméis).
Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.
- 17 — RIBEIRO, C. (1853) — Estudos geológicos do Buçaco. O «Instituto». Vol. I.
- 18 — RIBEIRO C. e outros (s/data) — Acerca das formações carbonífero-silurianas nas vizinhanças do Fuçaco, em Portugal.
9 folhas manuscritas.
- 19 — ROMÃO, MARIA LUÍSA (1983) — Elementos estatísticos sobre a indústria extractiva de Portugal. Produções, importações e exportações em 1981.
Boletim de Minas, Vol. 20, n.º 2. Lisboa.
- 20 — SCHERMERHORN, L.J.G. (1980) — Notícia explicativa da carta geológica de Portugal à escala de $1/50.000$ — folha 14-C (Castro Daire).
Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.
- 21 — SILVA, G. HENRIQUES (1951) — Formações detríticas dos arredores de Aveiro.
Mem. e Not. — Publ. Mus. Lab. Min. Geol. Univ. Coimbra, n.º 31.
- 22 — SHARPE, D. (1853) — Estudos geológicos do Buçaco. O «Instituto», Vol. I.
- 23 — SOUSA BRANDÃO, V. (1915-16) — Contribuição para a petrografia do distrito de Aveiro.
Com. Serv. Geol. Port., T. XI.
- 24 — SOUTO, A. (1936) — Geologia das Beiras. Os afloramentos ante-mesozóicos do rebordo da Meseta Ibérica no distrito de Aveiro.
Arq. Dist. Aveiro, II.
- 25 — SOUTO, A. (1939) — Geologia do distrito de Aveiro. Orla sedimentar meso-cenozóica. I Triássico.
Arq. Dist. Aveiro, V.
- 26 — TEIXEIRA, C. (1940) — Subsídios para o estudo da geologia do distrito de Aveiro.
Arq. Dist. Aveiro, V.
- 27 — TEIXEIRA, C.; PERDIGÃO, J.; ASSUNÇÃO, C. TORRE (1962) — Notícia explicativa da carta geológica de Portugal, à escala de $1/50.000$, folha 13-A (Espinho).
Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.
- 28 — TEIXEIRA, C. & ASSUNÇÃO, C. TORRE (1963) — Notícia explicativa da carta geológica de Portugal, à escala de $1/50.000$, folha 13-C (Ovar) serviços geológicos de Portugal, Lisboa.
- 29 — TEIXEIRA, C.; MEDEIROS, A. CÂNDIDO; FERNANDES, A. PEINADOR (1969) — Notícia explicativa da carta geológica de Portugal à escala de $1/50.000$, folha 14-A (Lamego).
Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- 30 — TEIXEIRA, C. & ZBYZEWSKI, G. (1976) — Notícia explicativa da carta geológica de Portugal à escala de $1/50.000$, folha 16-A (Aveiro)
Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.
- 31 — ZBYZEWSKI, G. & ALMEIDA, J.M. COSTA (1964) — Jazidas de gesso em Portugal.
Boletim de Minas, Vol. I, nº 3. Lisboa.



TOPONÍMIA DE AVEIRO EM 1895

O documento que se divulga, datado do ano de 1895, consta de um trabalho realizado por Joaquim de Melo Freitas e António Carlos da Silva Melo Guimarães, a quem a Edilidade incumbiu de procederem ao levantamento de todas as ruas da cidade com os respectivos nomes, ficando eles com a liberdade de indicarem as alterações e substituições que julgassem convenientes.

Nesta deliberação, que se encontra devidamente fundamentada em acta da reunião de 13 de Fevereiro de 1895, pode ler-se que a razão de tal incumbência era feita não só para dar cumprimento

às disposições da Postura de 22 de Novembro de 1894, que mandava numerar todos os prédios da cidade, como também para dar definitivo nome a todas as ruas.

Apresentado o relatório, a Vereação apreciou-o em sessão de 22 de Maio daquele ano, tendo o mesmo sido aprovado «sem a mais leve modificação».

Passo à sua divulgação, ressaltando o facto de que o mesmo, para melhor leitura e compreensão, é apresentado de uma maneira mais esquemática.

BAIRROS ANTIGOS COM AS SUAS DESIGNAÇÕES POPULARES E BAIRROS NOVOS COM AS DENOMINAÇÕES QUE LHE FORAM IMPOSTAS PELA CÂMARA MUNICIPAL

FREGUESIAS	BAIRROS	RUAS QUE COMPREENDEM
Glória	AIRES BARBOSA	Rua Aires Barbosa, Rua de Ilhavo e Travessa da Fonte dos Amores
	CIMO DE VILA	Ruas de S. Sebastião, Travessa de S. Sebastião e Rua de S. Martinho
	OLARIAS	Rua das Olarias e Travessa das Olarias
	FONTE NOVA	Largo da Fonte Nova e Rua da Fonte Nova
	ALBOI	Rua das Barcas, Rua da Alfandega desde o Lago do Magalhães até à Rua José Luciano, Rua de Santo António desde a T. das Arribas ou Beatas até à casa de Maria Teresa, Rua da Arrochela e Beco do Pocinho.
	DO DESEMBARGADOR QUEIRÓS	Rua dos Santos Martires, Rua de José Luciano, Rua 16 de Maio, Rua Clemente Morais, Rua Clemente de Melo, Esteiro dos Moliceiros.
Vera-Cruz	SÁ	Rua de Sá, Largo Snr.ª Alegria, Beco da Alegria, Viela da Folsa, Viela do Canto, Ilha do Vagueiro, Travessa de Sá, Quelha de Sá, Beco das Galinheiras e Rua das Arnelas.
	PESCADEIRAS OU BEIRA-MAR	Rua Visconde da Granja, R. do Vento, R. do Norte, Prainha do Junco, Praia do Vento, Praia da Cruz, T. do Esteiro, Rua do Arco, R. das Salineiras, R. de S. Roque, Praça do Peixe, T. de S. Gonçalinho e Cais dos Botirões.
	JOÃO AFONSO	R. do Lavadouro, T. do Lavadouro, R. Bernardino Machado, R. Abel Ribeiro, Cais das Falcoeiros, T. das Falcoeiros, R. Domingos Carrancho, R. dos Arrais, R. das Tricaninhas, R. das Velas e Rua João Afonso.
Glória e Vera-Cruz	COJO	R. da Fábrica, Avenida Bento de Moura, Praça de D. Amélia (ou Largo do Cojo, como propomos).

Nomes das ruas da cidade de Aveiro	Limites de cada uma delas
Rua Aires Barbosa	Desde a casa Joaquim de Deus da Loura até ao passo de nível da linha Norte
Rua de Ílhavo ⁽¹⁾	Desde a casa de Joaquim de Deus da Loura até às últimas casas na cidade, na estrada de Arada
Trav. Fonte dos Amores ⁽²⁾	Desde a casa de José Polónia até à Rua de Ílhavo
Rua de S. Sebastião	Desde as casas dos falecidos P ^o . Manuel Maio da Encarnação e Bernardo de Magalhães até ao Bairro Aires Barbosa
Travessa de S. Sebastião	Desde a casa de Luís Pereira à de Alfredo Henriques
Rua de S. Martinho	Desde a casa do falecido P ^o . Manuel Maio da Encarnação ao resto da cidade pelo lado do caminho de Vilar
Trav. do Espírito Santo	Da casa do Sr. Tavares Avelino até ao jardim
Largo do Espírito Santo	O espaço compreendido entre a casa grande do falecido P ^o . Manuel Maio da Encarnação quintal e casa de António Carlos de Melo Guimarães, casa da Rita Salgueira, casas de Tavares Avelino até à do Exm.º Prior António da Cruz Vieira
Rua do Espírito Santo	Desde a casa de Francisco Pais até à casa do Prior António da Cruz Vieira.
Rua das Olarias	Desde a Rua de S. Martinho até à rua do Rato
Travessa das Olarias	Desde a esquina do grupo de casas baixas de Inácio Marques da Cunha até à quinta das Agrads, arrendada por João Vieira da Violante.
Largo da Fonte Nova	Desde a casa de Manuel Lopes Valente de Sepins e Fábrica da Fonte Nova até à casa de João Rodrigues da Rocha e fecho da Travessa das Olarias, área que é justamente a antiga
Rua da Fonte Nova	Desde a casa de João Rodrigues da Rocha até ao termino da Rua das Olarias, esquina da casa onde está instalado o Asilo de José Estêvão.
Rua do Rato	Desde a casa de José Rodrigues Coelho até à Rua Direita, casa de Manuel José de Matos
Rua de Jesus	Desde a casa de David da Silva Melo Guimarães até ao Adro de S. Domingos
Rua da Corredoura	Desde a casa de José Rodrigues Coelho até à casa do Sr. Visconde da Silva Melo
Vielã da Nora	Desde o Convento de Jesus até à Travessa da Corredoura
Travessa do Passeio	Desde a casa do Dr. José Tavares de Almeida Lebre até à casa grande de António dos Santos Gamelas e à de Joana Oliveira
Rua do Passeio	Desde a casa do Dr. José Tavares de Almeida Lebre até ao Jardim Público

(1) Porque à semelhança das terras do Alentejo nos parece conveniente designar assim aquela artéria que vira à importantíssima povoação daquele nome.

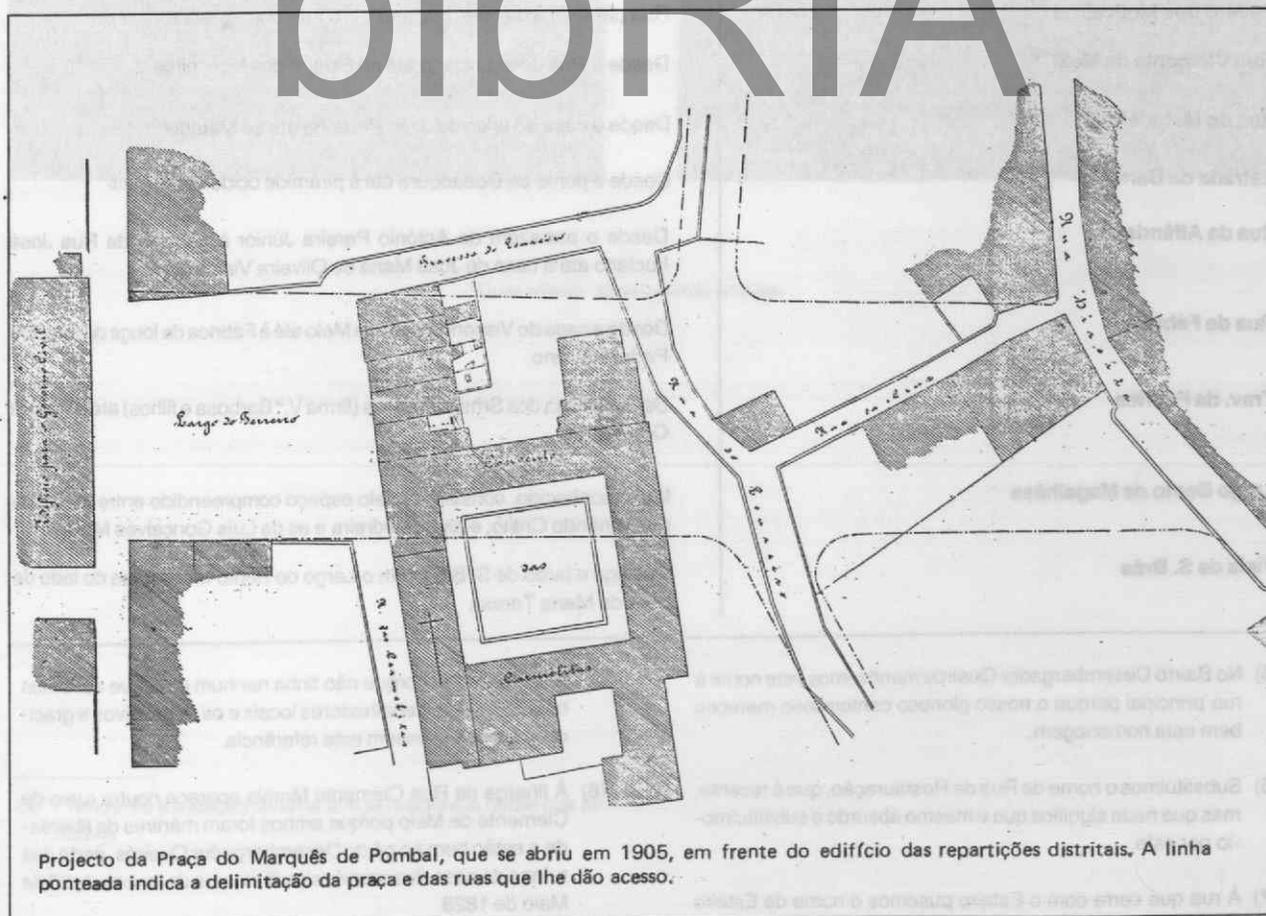
(2) Esta Travessa carecia de denominação e a que indicamos se estriba na que tinha aquele local antes das edificações.

Avenida Araújo e Silva	Desde a esquina do Norte à do Sul do Jardim Público
Rua do Loureiro	Desde a casa e quinta do falecido P ^o . Manuel Maio da Encarnação até à casa de António Santo Tirso, fronteira ao Teatro Aveirense
Rua da Cruz	Desde a casa de José Marques de Azevedo na Rua Direita à Rua do Loureiro
Rua Direita	Desde do Dr. José Tavares de Almeida Lebre na rua do Passeio até aos Paços do Concelho
Rua das Beatas (Sé) ⁽³⁾	Desde a casa de António dos Santos Gamelas até à do Sr. João dos Santos Silva
Largo do Terreiro	Limitado pelo edifício novo do Governo Civil casa do Sr. Visconde de Lagos, casas do Sr. Luís Mesquita, casas do Sr. P ^o Bento Rodrigues até à porta do Convento das Carmelitas
Trav. de Artur Ravara ⁽⁴⁾	Compreendida entre o edifício novo do Governo Civil e a casa do Sr. João Antunes de Azevedo
Rua das Carmelitas	Desde a esquina do quintal do Sr. Visconde de Lagos até à Travessa do Passeio
Rua de Santa Catarina	Desde a casa do Sr. João dos Santos Silva até ao Teatro Aveirense
Rua Trás da Cadeia	Desde a casa de Joaquim Santo Tirso à da viúva de José Pinto inclusivé

(3) Restabelecemos a antiga denominação de Rua da Sé ou das Beatas (preferimos esta) porque há ali o velho convento onde só depois aquela se estabeleceu.

(4) Demos à travessa, que nenhum nome tinha, fronteira à casa

de Artur Ravara o nome deste ilustre patricio e tivemos assim em atenção os serviços que prestou à terra, e para não falar de outros, relembramos apenas que foi ele quem obteve do Governo a cedência da Igreja do Carmo para a Irmandade dos Passos.



Projecto da Praça do Marquês de Pombal, que se abriu em 1905, em frente do edifício das repartições distritais. A linha pontuada indica a delimitação da praça e das ruas que lhe dão acesso.

Rua da Costeira	Desde a Igreja da Misericórdia à casa de José Pereira Júnior.
Trav. da Corredoura	Desde a casa da Sr. ^a Viscondessa de Santo António à Rua da Corredoura
Trav. da Rua Direita	Desde a casa de Fernando Saporta na Rua Direita à do mesmo senhorio na Rua do Loureiro
Vielas do Roxo	Desde a casa do António Santo Tirso à esquina do antigo convento das Beatas
Rua de Santo António	Desde a casa de Ponce Leão Barbosa até à casa de Maria Teresa no Albó
Trav. das Beatas ou das Arribas	No sítio do chamado torreão desde casa de Custódio Cacau até à Rua das Beatas
Rua da Arrochela	Desde a casa de Francisco Rebocho até à de Maria Biaia
Rua das Barcas	Desde o Hotel Boavista até à casa da Exm. ^a Senhora Júlia Pereira
Beco do Pocinho	Desde a casa de Guilhermina Vilareira até ao fundo da casa de António Máximo Henriques
Trav. do Hospital	Desde a casa nova de António Cardoso, na Rua da Corredoura, até à de D. Henriqueta Benedita Melicio da Silva Santiago
Rua dos Santos Mártires	Desde a casa de António A. da Sousa Maia até à malhada dos Santos Mártires
Rua de José Luciano (5)	Desde a casa de António A. Sousa Maia até à ponte da Dobadoura
Rua 16 de Maio	Desde a casa de Margarida Chamingas até ao cais sempre no mesmo alinhamento
Rua de Clemente Morais (6)	Desde a casa de José Pinheiro Nobre até ao Esteiro dos Moliceiros
Esteiro dos Moliceiros (7)	Rua paralela à de José Luciano e a correr com o esteiro
Rua Clemente de Melo (8)	Desde a Rua José Luciano até ao Esteiro dos Moliceiros
Rua do Matadeiro	Desde a casa do falecido João Peixinho até ao Matadeiro
Estrada da Barra	Desde a ponte da Dobadoura até à pirâmide ocidental do cais
Rua da Alfândega	Desde o armazém de António Pereira Júnior à esquina da Rua José Luciano até à casa de José Maria de Oliveira Vinagre
Rua da Fábrica	Desde a casa do Visconde da Silva Melo até à Fábrica da louça do falecido Pedro Serrano
Trav. da Fábrica	Desde a casa dos Srns. Barbosas (firma V. ^a Barbosa e filhos) até à Rua da Corredoura
Largo Bento de Magalhães	Muito conhecido, constituído pelo espaço compreendido entre as casas de Fernando Cristo, e as do Pedreira e as de Luís Gonçalves Moreira
Vielas de S. Brás	Que liga o lardo de S. Brás com o Largo de Bento Magalhães do lado da casa de Maria Teresa

(5) No Bairro Desembargador Queirós mantivemos este nome à rua principal porque o nosso glorioso conterrâneo mereceu bem esta homenagem.

(6) Substituímos o nome de Rua de Restauração, que é recente, mas que nada significa que é mesmo absurdo e substituímo-lo por este.

(7) À rua que corre com o Esteiro pusemos o nome de Esteiro

dos Moliceiros porque não tinha nenhum e porque achamos belo que estes trabalhadores locais e os respectivos e graciosos barcos tivessem esta referência.

(8) À Ilhargá da Rua Clemente Morais aparece noutra rua o de Clemente de Melo porque ambos foram mártires da liberdade e estão bem ao pé do Desembargador Queirós, perto das ruínas da casa das reuniões preliminares da revolta de 26 de Maio de 1828.

Largo de S. Brás	Desde a casa do Sr. Manuel Ferreira Correia de Sousa até à da Maria Teresa
Vieira do Correio	Que liga a Praça Municipal com a Rua dos Tavares pela ilharga do edifício do correio
Praça Municipal	Muito conhecida não se confronta
Rua dos Tavares ⁽⁹⁾	Desde o pátio do sr. Amadeu Faria de Magalhães até à casa do Sr. Moreira Vinagre
Praça Luís Cipriano	Antiga Praça da Fruta, cujas confrontações são conhecidas



Das placas toponímicas antigas.

(9) Prende-se a tradição de uma antiga residência nobre que ali houve.

Nomes das ruas da cidade de Aveiro	Limites de cada uma delas
Viela das Barrocas	Vai desde a fonte do Sr. das Barrocas até à estrada de Esgueira, ainda Rua de Sá
Largo do Senhor das Barrocas	Em frente da capela dessa invocação
Rua de Sá	Desde a casa de Maria Pereira Borges ao passo de nível de Esgueira
Largo da Senhora da Alegria	Em frente da capela dessa invocação
Beco da Alegria	Grupo de poucas casas fronteiras ao Largo da Sr. ^a da Alegria, do lado da ria
Viela da Folsa	Perto da casa antiga de David Marques Vieira
Viela do Canto ⁽¹⁰⁾	Fronteira à Viela da Folsa. Principia junto do prédio de Francisco António de Moura e vai sair à Rua da Estação na casa de Manuel Velho
Ilha do Vagueiro ⁽¹¹⁾	Beco que abre no começo da chamada Viela do Canto
Travessa de Sá	Desde a casa de João António Alves até à Rua da Estação
Quelha de Sá ⁽¹²⁾	Travessa que comunica a Travessa de Sá com a Viela do Canto numa extensão aproximada de 80 metros
Beco das Galinheiras ⁽¹³⁾	Entronca na Viela do Canto fronteiro a um caminho que conduz ao Senhor das Barrocas
Estrada do Americano	Desde a capela da Senhora da Boa Viagem ao Cojo
Largo da Estação	Muito conhecido e por isso não se confronta
Rua de João de Moura ⁽¹⁴⁾	É o ramal que liga o Largo da Estação com a Estrada de Esgueira
Rua de Arnelas	Desde o paço do Exm. ^o Bispo Conde ao passo nível de Arnelas
Rua do Carmo	Desde a casa de Maria Pereira Borges (Maria do Catarino) exclusivé à Rua do Carril
Rua do Carril	Desde a casa de António Teixeira, defronte do Asilo Escola Distrital até S. Roque
Rua do Gravito	Desde a Rua do Carril até à casa de Francisco António Marques de Moura
Rua do Seixal	Desde o Chafariz da Vera-Cruz até estrada do Americano
Granja	Vereda onde está a casa habitada pelo Sr. Tenente Vieira de Campos
Avenida Bento de Moura ⁽¹⁵⁾	Desde a casa da Exm. ^a Viúva Leite Ribeiro até à fonte da Praça do Comércio

(10) Esta rua estreita, que pelo grupo de casas que tem é já importante e para a designarmos procurámos o nome que o povo lhe dá — Viela do Canto.

(11) Encontrámos no caminho a Ilha do Vagueiro, pátio fechado com habitações e moradores distintos.

(12) O motivo da denominação de Quelha de Sá é óbvio.

(13) É inteiramente novo o pequeno Beco das Galinheiras, e este nome é por nós apresentado tendo em vista que as

Galinheiras da Murtosa ocupam ali casas e exercem aqui com proveito da cidade o seu laborioso tráfico.

(14) Ao ramal que liga a Estação dos Caminhos de Ferro com o passo nível de Esgueira demos o nome de João de Moura porque à iniciativa deste cavalheiro é devido.

(15) À grande rua que liga a Vera-Cruz com o Cojo até à Praça do Comércio demos o nome de Avenida Bento de Moura, visto ser este nosso patricio o promotor deste magnifico melhoramento público.

Rua do Campeão das Províncias	Desde a casa de Joana Casaca até à casa do Conselheiro Manuel Firmino de Almeida Maia
Largo da Vera-Cruz	Muito conhecido, onde está edificada a escola
Rua da Vera-Cruz	Desde a casa do Silvestre de Oliveira ao Largo da Apresentação
Viela do Rolão	À esquina da farmácia de Francisco António Moura até ao Cojo
Viela Estreita	À esquina da Casa do Exm.º Conselheiro José Ferreira da Cunha e Sousa até ao Cojo
Rua de José Estêvão	Desde a casa de Joana Casaca até à dos Snrs. Barbosas (Viúva Barbosa e Filhos)
Rua de Mendes Leite	Desde a casa de Domingos Guimarães até à de Ana Braga
Largo da Apresentação	Desde a Rua do Sol até à Igreja da Apresentação
Trav. da Caixa Económica (16)	Liga a Rua de José Estêvão com o Cojo pelo lado das casas do Dr. Manuel Gonçalves
Rua dos Mercadores	Desde a casa de Fontes Pereira de Melo até à Rua do Sol
Viela do Cavaco	Liga a Rua José Estêvão com o Largo da Apresentação pela casa de Bernardo da Graça em frente da Rua do Campeão das Províncias
Rua Visconde da Granja (17)	É a da capela de S. Bartolomeu, desde a Rua do Vento até ao Largo da Vera-Cruz

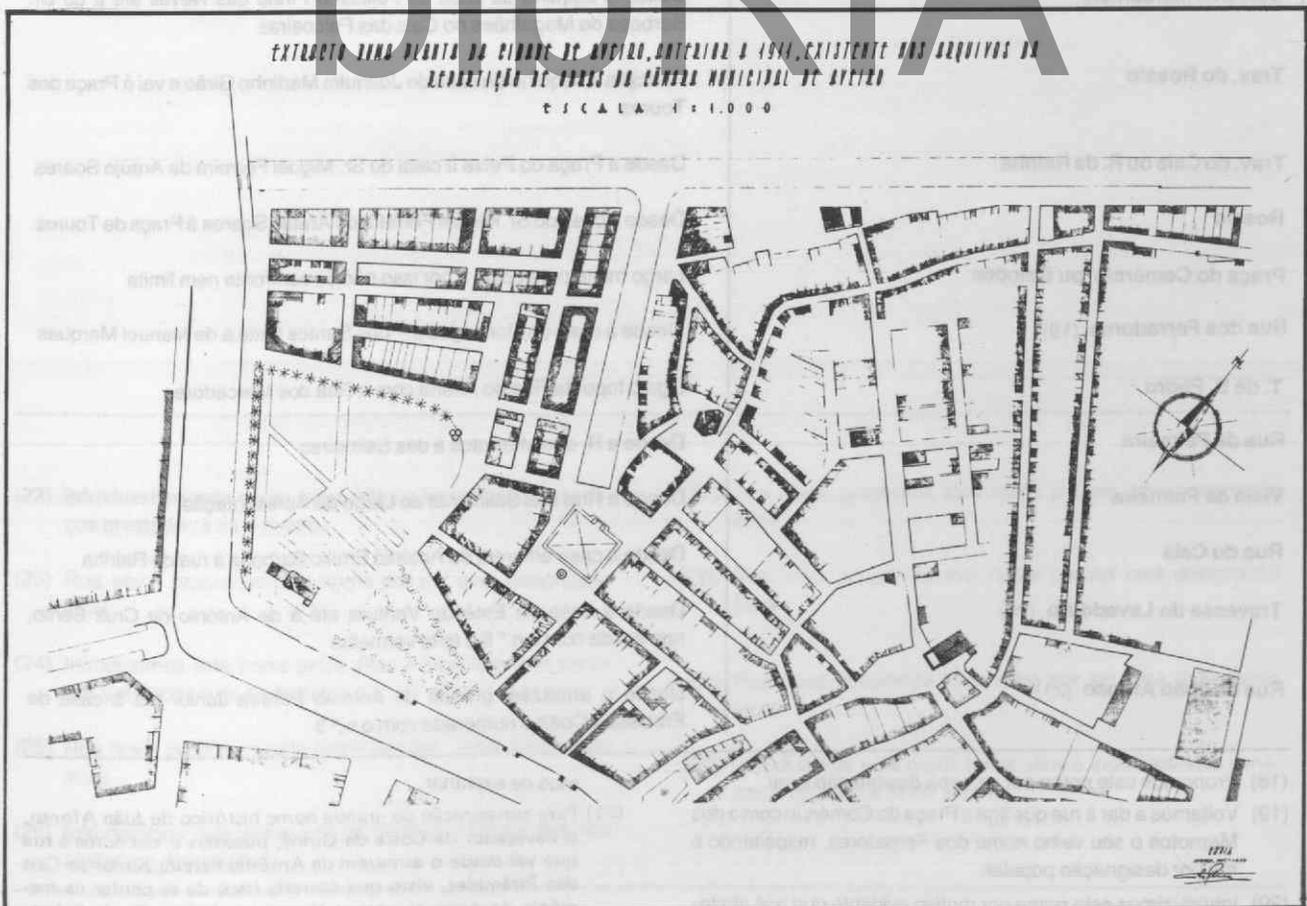
(16) Demos este nome porque não o tendo era justo consagrar com este pequenino tributo de gratidão os serviços daquele estabelecimento de crédito.

Visconde da Granja, já porque aquele terreno pertencia à casa do antigo ministro do Estado já porque ali tem a capela de S. Bartolomeu que é da respectiva família, já porque aquele senhor prestou relevantes serviços à Liberdade.

(17) Aparece no topo das ruas do Vento e do Norte a Rua do

EXTRACTO DUMA PLANTA DA CIDADE DE AVEIRO, ANTERIOR A 1951, EXISTENTE NOS ARQUIVOS DA REPARTIÇÃO DE PÓRTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

ESCALA 1:1.000



Rua do Vento	Principia no alto da Rua de José Estêvão desde a casa do Exm.º Par do Reino Casimiro Barreto até à Rua de S. Roque
Rua do Norte	Principia na casa de Ana Rameroga e termina na Rua de S. Roque
Prainha do Junco	Largo abordable entre as casas de Custódio José de Sousa e à de Agostinho e Deus da Loura
Praia do Vento	Logo a seguir à rua do Vento
Praia da Cruz	No sítio onde está a casa de João de Pinho das Neves, lado esquerdo desse espraído
Travessa do Esteiro	A contar a casa de Maria José Leitosa até à casa de José Dias Lima
Rua do Arco	Desde a casa dos herdeiros da Escabeche até à Rua das Salineiras
Largo de S. Gonçalvesinho	Muito conhecido e por isso não se confronta
Rua das Salineiras	Igualmente conhecida
Rua do Sol	Idem, Idem
Rua de S. Roque	Desde a capela dessa invocação até à Praça do Peixe
Praça do Peixe	Local muito conhecido e bem limitado
Rua dos Marnotos	Desde a Praça do Peixe casa dos herdeiros de João de Melo Freitas até...
Trav. de S. Gonçalvesinho	Desde a casa de Firmino dos Santos Caráu até à de Samuel da Maia Romão
Rua do Alfena	Desde a casa dos herdeiros de João de Melo Freitas até à João Pedro Mendonça Barreto (antigo Hotel Aveirense)
Cais dos Botirões (18)	Rua fronteira ao Cais dos Mercantéis no esteiro da Praça do Peixe
Viela do Alfena	Desde a casa da V.ª de José Ferreira Fandango até à Rua do Alfena
Cais dos Mercantéis	Desde a esquina da casa de Feliciano Pinho das Neves até à do Dr. Barbosa de Magalhães no Cais das Falcoeiras
Trav. do Rossio	Principia à esquina da casa de Joaquim Martinho Girão e vai à Praça dos Touros
Trav. do Cais ou R. da Rainha	Desde a Praça do Peixe à casa do Sr. Miguel Ferreira de Araújo Soares
Rossio	Desde a casa do Sr. Miguel Ferreira de Araújo Soarea à Praça de Touros
Praça do Comércio ou Balcões	Largo muito conhecido e por isso não se confronta nem limita
Rua dos Ferradores (19)	Desde a casa de Domingos J.º dos Santos Leite à de Manuel Marques
T. de S. Pedro	Liga o topo da Rua do Alfena com a Rua dos Mercadores
Rua da Palmeira	Desde a R. dos Marnotos à das Salineiras
Viela da Palmeira	Desde a Rua das Salineiras ao Largo da Apresentação
Rua do Cais	Desde a casa amarela de António Emílio Barbosa à rua da Rainha
Travessa do Lavadouro (20)	Desde a casa de Estêvão Ventura até à de António da Cruz Bento, numerada com o n.º 6 a tinta vermelha
Rua de João Afonso (21)	Desde o armazém grande de António Pereira Júnior até à casa de Francisco Coelho numerada com o n.º 3

(18) Propomos este nome por ser uma designação local.

(19) Voltamos a dar à rua que liga a Praça do Comércio com a dos Marnotos o seu velho nome dos Ferradores, respeitando a melhor designação popular.

(20) Introduzimos este nome por motivo evidente que nos abste-

mos de explicar.

(21) Para consagração do grande nome histórico de João Afonso, o navegador da Costa da Guiné, pusemos o seu nome à rua que vai desde o armazém de António Pereira Júnior ao Cais das Pirâmides, visto que correria risco de se perder na memória do povo se apenas tivesse na designação de Bairro.

Rua de Abel Ribeiro (22)	Desde a casa de Serafim de Deus da Loura até à de Tobias Pereira, numerada com o n.º 2
Cais das Falcoeirias (23)	Desde a casa de Ricardo da Maia Romão hoje de Barbosa de Magalhães até à ponte da Dobadoura, numerada com o n.º 1
Rua de Domingos Carrancho (24)	Desde o quintal da casa de Barbosa de Magalhães até à do mestre Estêvão Ventura, numerada com o n.º 4
Rua dos Arrais (25)	Desde a casa de Joaquim Pinho Vinagre até à de Leonardo da Cruz Bento, numerada sob n.º 5
Rua do Lavadouro (26)	Desde o armazém do Sr. Manuel António Loureiro Mesquita até ao quintal de Feliciano Pinho das Neves, numerada sob n.º 7
Trav. das Falcoeirias (27)	Desde a casa de Júlio Rocha ao cais das Falcoeirias, numerada sob n.º 8
Rua das Tricaninhas (28)	Desde a casa de António Gamelas até à de Eduardo Simões Amaro numerada sob n.º 9
Rua das Velas (29)	Desde a casa de António de Sousa até ao armazém do Sr. José António Pereira da Cruz, numerada sob n.º 10
Rua de Bernardino Machado (30)	Desde o armazém de Manuel dos Reis até à casa de Francisco Coelho, numerada sob n.º 11
Praça do Cojo	No antigo largo do Cojo e no Ilhote

bibRIA

Emanuel Cunha

-
- | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|
| (22) Introduzimos este nome pelos altos e incontestáveis serviços prestados à ria e Aveiro. | (27) Rua nova, propomos este nome por ser uma designação local. |
| (23) Rua nova, propomos este nome por ser uma designação local. | (28) Rua nova, propomos este nome por ser uma designação local. |
| (24) Introduzimos este nome pelos altos e incontestáveis serviços prestados à ria de Aveiro. | (29) Rua nova, propomos este nome por ser uma designação local. |
| (25) Rua nova, propomos este nome por ser uma designação local. | (30) Introduzimos este nome pelos altos e incontestáveis serviços prestados à ria de Aveiro. |
| (26) Introduzimos este nome por um motivo evidente que nos abstermos de explicar. | |
-

EDIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

- MARQUES GOMES — Aveiro, Berço da Liberdade. A Revolução de 16 de Maio de 1828 (1928).
- COMISSÃO MUNICIPAL DE TURISMO — Aveiro. Roteiro da Cidade (1945).
- JAIME DE MAGALHÃES LIMA — Divagações de um Terceiro (1957).
- Discurso do Presidente da Câmara Municipal Dr. Alberto Souto no acto solene da sua posse em 11 de Maio de 1957 (1957).
- ANTÓNIO CRISTO — Efemérides Aveirenses. Vol. I (1959).
- ROCHA MADAÍL — Colectânea de Documentos Históricos. Vol. I (1959).
- COMISSÃO DO CENTENÁRIO DE JOSÉ ESTÊVÃO — José Estêvão. Estudo e Colectânea (1962).
- D. JOÃO EVANGELISTA DE LIMA VIDAL — O Meu Diário de Viagem (1967).
- ROCHA MADAÍL — Colectânea de Documentos Históricos. Vol. II (1968).
- FRANCISCO FERREIRA NEVES — Livro de Acordos da Câmara de Aveiro de 1580 (1971).
- DIAMANTINO DIAS — Moliceiros (1971).
- FERNANDO REBELO/ÂNGELA QUARESMA — Aveiro e sua Região (1979).
- JOÃO GONÇALVES GASPAS — A Freguesia de São Bernardo (1980).
- JOÃO GONÇALVES GASPAS — A Princesa Santa Joana e a sua Época. 1452-1490 (1981).
- COMISSÃO MUNICIPAL DE TURISMO — Roteiro de Aveiro (1983).
- JOSÉ ESTÊVÃO — Discursos Parlamentares (1983 - Reimpressão fac-similada da 1.ª edição).
- JOÃO GONÇALVES GASPAS — Aveiro. Notas Históricas (1983).
- BARTOLOMEU CONDE (COORDENADOR) — Cacia e o Baixo-Vouga. Apontamentos Históricos e Etnográficos (1984).
- SERVIÇOS DE CULTURA DA CÂMARA MUNICIPAL — Aveiro Antigo. Catálogo da Exposição de António Graça (1985).
- Boletim Municipal de Aveiro (em publicação semestral desde Março de 1982).

Em 1982, logo após o lançamento do livro «A Princesa Santa Joana e a sua Época (1452-1490)», foram mandadas executar e postas à venda duas estatuetas de Santa Joana: uma série limitada, em biscuit; e outra série, sem limite, em barro vermelho.

A QUINTA DE S. FRANCISCO, EM EIXO

Foi-me dito, aquando da apresentação do livro «Cacia e o Bairro Vouga», valiosa obra de recolha etnográfica desta região — apresentação singela, mas digna, efectuada num restaurante de Cacia pelos responsáveis da nossa municipalidade — que no n.º 3 deste «Boletim Municipal de Aveiro» tinham sido publicados trabalhos de muito interesse para a historiografia de Eixo. Porque, embora possuindo já os números 1, 2 e 4, não me apercebera da falta do n.º 3, logo que me foi possível corri a comprá-lo.

Exercendo, desde fins de 1983, a minha actividade profissional na Quinta de S. Francisco e pelo tipo de trabalho de que aí sou responsável, interessou-me muito parcialmente o escrito com o título «JARDIM BOTÂNICO/CONCEITOS MODERNOS». — Eis a razão da minha presença neste boletim.

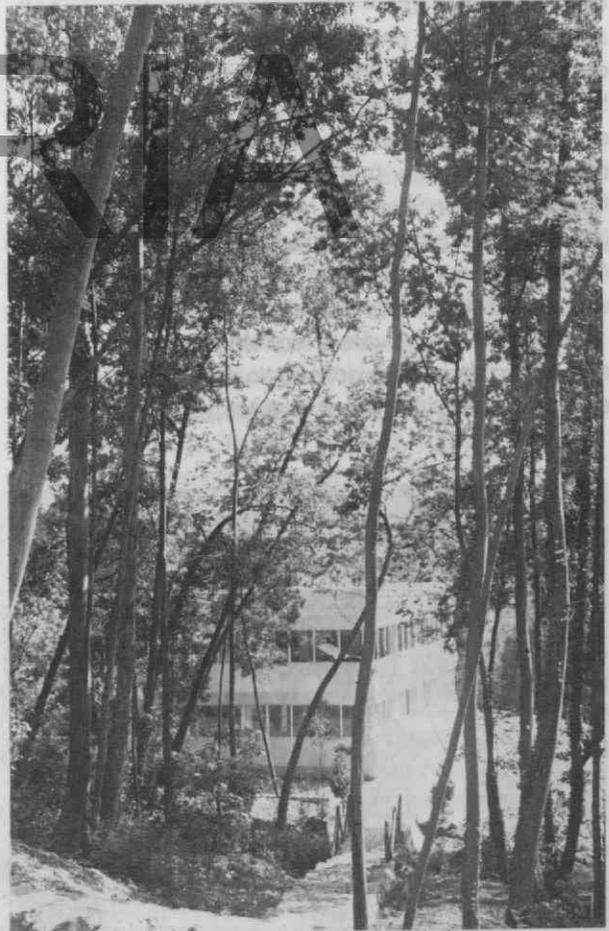
A Quinta de S. Francisco, em Eixo, é propriedade da PORTUCEL — Empresa de Celulose e Papel de Portugal (E.P.) desde 15 de Setembro de 1982. Com gradeamento de madeira — aliás transparente — ladeando uma das estradas asfaltadas da vila, com fiadas de arame em todo o seu restante perímetro e guardada, para acautelar os valores aí existentes e que são património de todos nós, é um espaço franqueado à Comunidade de Eixo e Municipal Aveirense — porque assim foi gravado, esculpido, no Livro de Actas dos responsáveis máximos da Empresa.

Logo que reunidas condições mínimas de trabalho, aí se começaram a instalar e se iniciaram, já em meados de 1983, as três funções de apoio, coordenação e desenvolvimento empresarial (a): a *coordenação e optimização produtiva* de todas as suas unidades, o *projecto de engenharia básica* com vista ao melhoramento dos sistemas de equipamentos existentes e aos novos investimentos materiais e à *investigação e desenvolvimento*. Constitui globalmente este núcleo a função a que foi decidido chamar Direcção Técnica da Empresa (por vezes também Centro

(a) A PORTUCEL compreende os Centros Fabris de Viana, Cacia, Setúbal e Ródão; as Unidades Fabris de Mourão e as unidades fabris transformadoras de Guilhabreu, Leiria e Albarraque.

de Investigação, tendo em conta esta última componente de investigação aplicada). Núcleo este, diria, que se pretende venha a ser como que o ponto de convergência de dados para apoio à Gestão da Empresa e de estudo e também para apoio a decisões da Empresa no domínio técnico e de desenvolvimento estratégico (de processo e operacional) do parque fabril da PORTUCEL.

Centremos a nossa atenção em aspectos da I & D — investigação e desenvolvimento — a que, na PORTUCEL, foi dado o nome de Investigação Tecnológica.



Centro de Investigação da PORTUCEL, instalado na Quinta de S. Francisco - Eixo.

No esquema junto explica-se a filosofia que vem a presidir actualmente a esta actividade da I & D, cujo equipamento basilar começou a entrar em serviço em princípios do corrente ano, outro estando em vias de montar e entrar em serviço durante o próximo ano de 1985.

a) — No interior do pentágono está assinalado o «centro de documentação» (obviamente necessário e indispensável), isto é, uma biblioteca no sentido mais dinâmico do termo — como ferramenta de trabalho do desenvolvimento criativo. Com livros, revistas, ficheiros, equipamento informático — irá entrar em funcionamento durante 1985. Será o núcleo central das bibliotecas das fábricas da PORTUCEL (algumas das quais já muito ricas no ramo das ciências e das técnicas de produção de pasta e de papel) e terá uma ligação telefónica, fazendo parte do conjunto informatizado, ao I.P.C. — Instituto de Química do Papel, em Wisconsin — Estados Unidos da América. Este «centro de documentação» servirá, obviamente, as instalações em Eixo e todas as instalações fabris e não fabris da PORTUCEL.

b) — No grande círculo do lado esquerdo inferior do esquema figura-se a Direcção Florestal com o seu departamento GIA — Gabinete de Investigação Aplicada — a sediar proximamente, também, na Quinta de S. Francisco — departamento este que, em simbiose com a Investigação Tecnológica, irá ocupar um dos vértices do pentágono «área florestal». A fonte de matéria-prima do fabrico de pasta e papel é a floresta — bem vivente e, portanto, renovável — cujo cultivo e exploração tem de otimizar parâmetros (qualitativos e quantitativos) de produtividade lenhosa e de produtividade industrial.

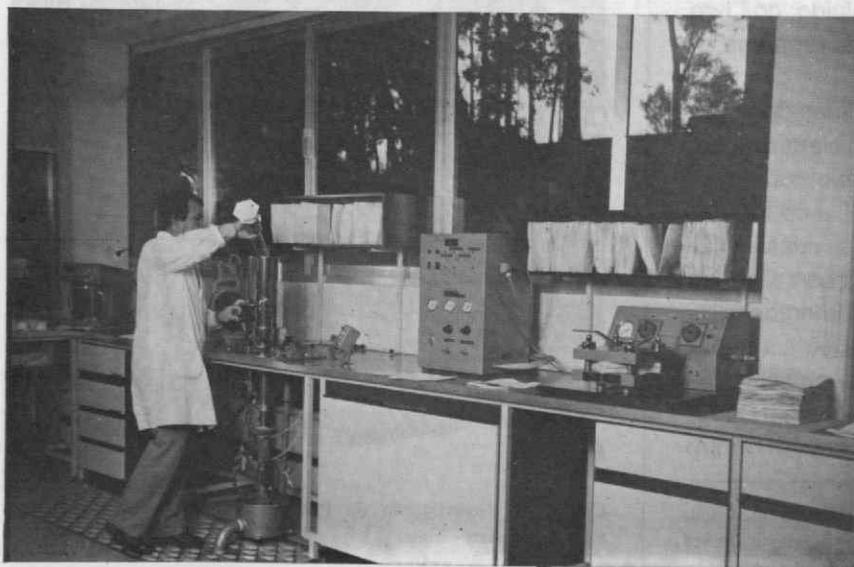
c) — O vértice «área tecnológica» representa a actividade da nossa vocação de produtores de pasta e papel e de alguns transformados, em que pretende-

remos investir no que julgamos ser o melhor e mais moderno.

d) — Os vértices «área ambiente» e «área biotecnológica» encontram-se também entre as nossas preocupações. A Ecologia e a Biologia são dois ramos científicos de altíssima relevância, no presente e no futuro. As respectivas tecnologias, verdadeiramente novas e de potencialidades ainda não correctamente avaliadas no mundo, mas para cujo desenvolvimento se espera, em termos futurológicos (já na corrente década de 80) uma verdadeira explosão, estão na primeira infância. Se, como tecnólogos de pasta e papel, temos uma certa e sectorial noção da primeira, da segunda — a Biotecnologia — vemos uma núvem de contornos decepcionantemente difusos. Para além da micrografia, biometria, identificação de contaminantes orgânicos e inorgânicos e de algo mais, não nos sentimos minimamente habilitados a concretizar, em termos de probidade científica, alguns enunciados que internamente, no seio da PORTUCEL, vimos enunciando. Para além da biotecnologia aplicada ao fabrico de pasta e papel, de dois vectores nos julgamos aperceber no horizonte, com incidências no Vegetal e no Animal. — Ideia que precisamos de clarificar, decantar e amadurecer.

e) — O vértice «área química» define-se por si. A Química é, como se sabe, a ciência experimental de apoio indispensável à interpretação criativa da problemática conjunta tecnológico-florestal/ecológica/biotecnológica. Aqui iremos investir «pouco» em meios materiais.

f) — A circunferência envolvente «Centros Fabris: Viana, Cacia, Setúbal, Ródão, Mourão, «Embalagem» significaria o empenho dos departamentos laboratoriais das fábricas, onde existe, acumulado, um cabedal valioso de experiência e saber aplicado e que, com Eixo, constituirá a «Investigação & Desenvolvimento PORTUCEL».



A acção de investigação tecnológica: normalização.

g) — A ligação às Universidades e Centros Científicos — privilegiando, em «posição de contribuições iguais», a Universidade de Aveiro e o Instituto Universitário Beira Interior (Curso de Engenharia do Papel) — Covilhã, e tendo em mente um são critério de descentralização do desenvolvimento tecnológico a nível nacional — é uma finosofia que preside, desde início, aos nossos trabalhos. Somos um país pequeno em que — pensamos — economizar em meios materiais, nomeadamente equipamento, se impõe. Se na área da nossa vocação industrial de produtor de material lenhoso, de pasta e de papel não hesitaremos em investir, como já enunciado na alínea c), obviamente sempre procurando ter presente uma correcta medida das proporções e de limitações e condicionalismos que a experiência nos diz surgirem quando menos se espera, já a nossa posição nas áreas de Química, Ecologia e Biotecnologia será diversa. — Exemplifique-se com esta interrogação: — Se num raio de cerca de 70 quilómetros com centro nestas instalações, em Eixo, existem modernos - meios técnicos e instrumentais para investigação aplicada e básica, com especialistas de reconhecida competência científica, tais como em microscopia electrónica, em cromatografia e outros, justificar-se-á que nos laboratórios da Quinta de S. Francisco se dupliquem tais meios? Julgando que a resposta é negativa, a nossa preocupação tem sido a de, a pouco e pouco, «lançar» tecnólogos jovens e dialogantes, que nessas instituições e representando a I & D da PORTUCEL, em serviços e em linhas de investigação participada, estas já a nível científico, se identifiquem e interpretem problemas com incidência prática. Pensamos que esta será a via de diálogo mais frutuosa.

O rectângulo alongado figurado à direita no esquema não é mais que a notação gráfica desta política. E falando claro, talvez com rudeza, uma condição *sine qua non* se impõe em nosso entender: que o homem de fábrica, que nós somos, normalmente de discurso menos fácil, perca o seu complexo e, convergentemente, o Universitário desça da sua cátedra para o tablado dos problemas práticos. Tudo o mais virá por acréscimo.

Nós, os tecnólogos da Quinta de S. Francisco, já fizemos aproximações, motivados pelo que se acaba de dizer quanto a economia de meios num país de pequena área e porque temos a certeza de que isolados muito pouco poderemos construir.

Sem querer alongar-me, não queria deixar de registar aqui duas anotações que me parecem relevantes.

A recuperação e as obras que iniciámos na Quinta de S. Francisco obedecem ao seguinte critério: não cortar uma única árvore significativa dos seus preciosos arboretos, não tocar (no sentido negativo, obvia-



Uma beleza da floresta.

mente) na velha casa que foi da Família Magalhães Lima e deixar áreas livres para expansão dos seus arboretos. — O único local possível foi, consequentemente, uma das antigas vertentes de pomar, vinha e algo de terreno agrícola. Assim se criou o patamar onde está instalado o moderno edifício de dois pisos que lá se vê hoje. O contraste de um edifício moderno e de tipo pré-fabricado e a velha casa, arquitectonicamente típica do proprietário, lavrador abastado e intelectual desta nossa região — como o autor destas linhas lhe costuma chamar — será até, eventualmente, interessante.

Em segundo e último lugar, afirmar que a carga cultural que paira sobre a Quinta de S. Francisco — valorizando o científico e religioso e... o «ecuménico» (quando penso no amor fraterno de Jaime e de Sebastião, militando em polos opostos do pensamento e da acção) — esta carga cultural, repito, é obrigação que todos nós, tecnólogos actualmente aí a labutar, nos impusemos desde início preservar e valorizar, tanto quanto o nosso crer e querer o permita. — Tarefa — pesada e árdua...

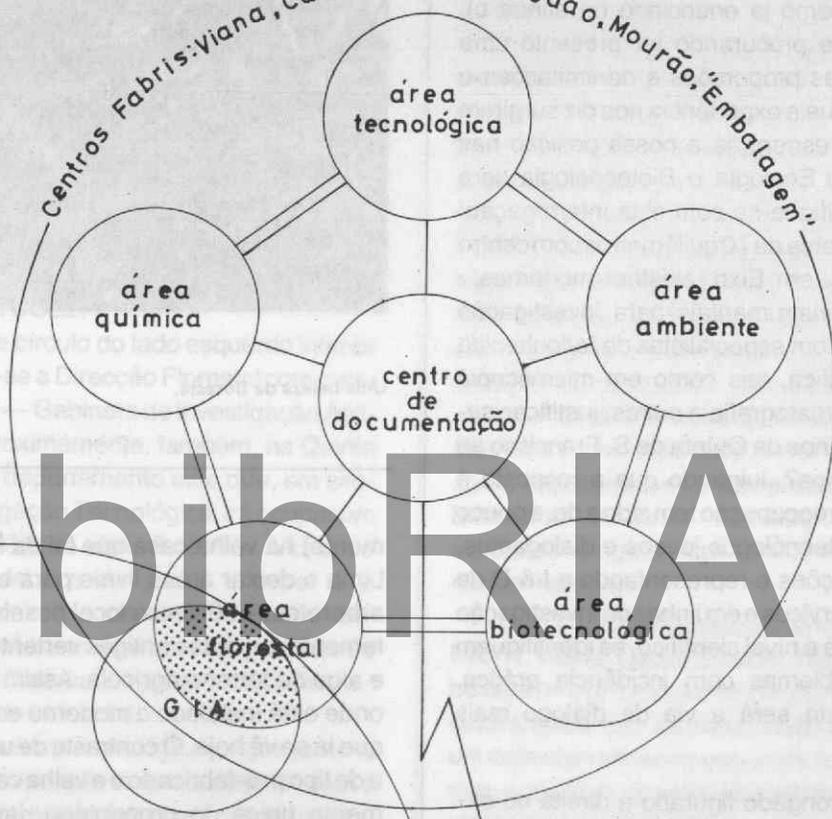
Eixo, Dezembro de 1984

CARLOS ALVES VALENTE

PORTUCEL
 INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

Quinta de S. Francisco, em Eixo

Centros Fabris: Viana, Cacia, Setúbal, Ródão, Mourão, "Embalagem"



DIRECÇÃO
 FLORESTAL
 DA
 PORTUCEL

I.P.C.
 Instituto de Química
 do Papel - Wisconsin
 U.S.A.

Utilizadores de pastas e papel nacionais e estrangeiros
U. A. Universidade de Aveiro
I. U. B. I. Instituto Universitário da Beira Interior
Outras instituições tecnológicas e científicas
D-G.Q. Direcção-Geral de Qualidade CT-6
Consultores em outros ramos tecnológicos e científicos

UM POETA DE AVEIRO IGNORADO

Francisco Joaquim Bingre — «O Cisne do Vouga»

1. — INTRODUÇÃO

Foi sempre o elemento líquido um dos temas da inspiração poética universal. Os rios oferecem um atractivo muito forte aos amantes do bucolismo, quer literário quer pictórico; a tranquilidade das suas águas, as margens de arvoredo idílico, o ambiente de paz e nostalgia levam a imaginação humana para o campo do sonho e da fantasia. Não admira que os apaixonados escolham esses recantos, e muito menos que os Poetas, os eternos enamorados, os cantem em seus versos.

O Vouga não foi excepção, embora não tenha tido um cantor com a fama de Bernardes, a voz do Lima. Fama que significa, apenas, projecção social e literária fora da sua época, e não valor artístico e humano — como é o caso do nosso árcade de «Francélio Vouguense», sócio fundador da «Nova Arcádia», companheiro e amigo de Bocage, de que foi partidário nas lutas deste com José Agostinho de Macedo.

Aliás, são do «Elmano Sadino» as seguintes palavras sobre o poeta Bingre:



FRANCISCO JOSÉ BINGRE
Segundo a revista "Archivo Pittorresco", Vol. IV, de 1861.

«Ferve no audaz Francélio, e rompe os astros
sacro delírio, destemida insânia» (1)

Outro poeta de nomeada, seu coevo, dirige-se-lhe numa epístola, nos seguintes termos:

«De ti (Bingre) cujo cantar admirei sempre
Por seu estilo original e a força
tão viva de expressão à graça unida:

/.../.../

Mas tu, nobre Cantor, que ao pátrio Vouga
Dás ufanía, dás brasão, dás honra...» (2)

O próprio Camilo Castelo-Branco foi um dos seus admiradores fiéis, chegando a recitar versos do poeta numa festa realizada no Teatro de S. João do Porto, em 11 de Dezembro de 1852, sarau cultural que redundou num êxito enorme, segundo o depoimento dum contemporâneo do Poeta. (3) São deste grande escritor romântico, dedicados a Francisco Joaquim Bingre, estes versos onde perpassam a emoção e o respeito pelo Artista e pelo Homem:

«Dá-nos as páginas d'ouro
Que não te pertencem só:
A tua alma está nelas
Que o teu cadáver é pó!
Imprime, Bingre, os teus versos
Onde tranluzam dispersos
Os teus dias que lá vão:
Lega à pátria, onde sofreste,
Quantas lágrimas verteste
Vitimado à ingratidão.»

E finaliza:

«Irei, Poeta, irei ao teu sepulcro
uma rosa desfolhar...» (4)

Pobre poeta Bingre, tão pobre e infeliz na vida quanto na morte! Por aquilo que já se escreveu sobre

(1) Arquivo do Distrito de Aveiro — Volume XXIX — 1963

(2) Ibidem.

(3) Ibidem.

(4) Ibidem.

a sua vida e obra, não creio que se tenham desfolhado muitas rosas sobre a sua campa rasa em Mira! Amante da Liberdade, foi vítima das vicissitudes políticas que o país atravessava então. Passou fome; viu morrer os seus sem lhes ter dado a vida que para eles sonhara; ficou ignorado entre um período clássico, que findava, e um outro, romântico, em que não cabia; a sua sepultura permaneceu desconhecida e abandonada; a sua obra, dispersa e em parte inédita.

Neste país, ao longo da sua História, os poetas morrem pobres e ignorados; são por vezes reabilitados, mas normalmente são-lhes recusadas «as rosas» do reconhecimento e da gratidão. Francisco Joaquim Bingre, o árcaico «Francélio Vouguense», o «Cisne do Vouga», é exemplo desta minha afirmação.

2. — POEMAS INÉDITOS NA BIBLIOTECA MUNICIPAL?

Não irei fazer uma biografia do Poeta, preferindo remeter o meu possível leitor para vários trabalhos saídos a lume no «Arquivo do Distrito de Aveiro» e assinados por pessoas mais abalizadas do que eu para o fazer — tais como José Pereira Tavares e Rocha Madail. Aliás, e deste último o artigo em que me baseei para estas considerações e para o qual remeto a vossa curiosidade, já que pelo seu conteúdo e pela exatidão do tratamento do mesmo merece essa leitura.

Também não irei fazer qualquer crítica literária, para o que não estou «credenciada», embora lastimando esse facto pelo muito que haveria a estudar e a dar a conhecer sobre uma obra tão vasta como é a de Bingre — mais de mil sonetos e muitos outros poemas (cómicos, dramáticos, canções, elegias, odes, epístolas, epigramas, madrigais, etc., etc.), segundo o seu biógrafo e amigo Calisto Luís de Abreu, professor de Latim no Liceu de Aveiro (5). Espero que alguém abalizado para tal empreendimento se resolva a fazê-lo, reparando deste modo uma falta secular de ingratidão e desleixo.

O que me trouxe a estas páginas foi apenas o interesse em revelar ao público aveirense a existência, na Biblioteca Municipal, de alguns poemas do Poeta Bingre, todos eles manuscritos — possivelmente pelo Poeta —, e todos inéditos (excepto a «Proclamação do Douro aos Portuenses», de 1820, e que consta do índice da sua obra já editada) (6). São três sonetos, dois sem título, e um «Ao nome Português» — escrito no verso da primeira folha da

(5) Ibidem.

(6) Ibidem.

ESTRO DE BINGRE

POESIAS

DE

FRANCISCO JOAQUIM BINGRE

FUNDADOR DA SEGUNDA ARCADIA, CONHECIDO PELO NOME
DE FRANCÉLIO VOUGUENSE

COLLIGIDAS

POR

CALISTO LUIZ DE ABREU

Quatro bellos volumes, contendo sonetos, Odes, Epistolas, Madrigaes, Cantatas, Elogias, Elogios dramaticos, Satyras, Epigrammas, Fabulas; e outros diversos poemetos.

PORTO
IMPRENSA PORTUGUEZA
1869

Uma publicação de um livro de poesias, colligidas por Calisto Luís de Abreu.

«Proclamação»; um epigrama e um «Elogio recitado na abertura do Teatro da Pascoela em Aveiro. Estou plenamente convencida tratar-se de «inéditos», pois apesar dos esforços feitos lendo tudo o que já se publicou sobre o Poeta e a sua Obra — «Arquivo do Distrito de Aveiro» e «Violetas», de Melo Freitas —, estas poesias não constam nem do índice da sua obra nem dos artigos biográficos referidos. A sua proveniência é também desconhecida, fazendo parte do espólio da Biblioteca Municipal há muitos anos, talvez desde a sua fundação. Guardados todos estes anos numa caixa, talvez esperassem pelo aparecimento dum Boletim Cultural da Câmara de Aveiro para surgirem à luz do dia e criarem ao público leitor um interesse sadio pela vida e obra deste Grande Poeta da «Nova Arcádia», talvez o maior de todos os tempos do Distrito de Aveiro. Resta-nos aguardar uma resposta dos críticos literários, que se deseja de reabilitação e reconhecimento. O «Cisne do Vouga merece-o, sem dúvida.

Honorinda Maria Cerveira da Costa

Soneto

Lícia, risca teu nome n'áurea História
Dos Impérios a que ufana pertenceste,
Nela o primeiro lugar já tiveste,
Hoje a lembrança tua é irrisória!

A vinte e quatro de Agosto, da Memória
No Templo, a frente avante ergueste;
Curva-te hoje, porém, que já perdeste
Do ano vinte a adquirida Glória!

Do Báratro, onde as fúrias têm morada,
Surgiu de Junho infausto o quarto dia
Da Era vinte e três sempre odiada...

Ó insano poder da Hipocrisia,
Que afouta imperas na raça deslustrada!
Quem fará terminar tua ousadia?!

NOTAS — 24 de Agosto de 1820 — Data da primeira revolução liberal, que, eclodindo no Porto, logo alastrou pelo País.

4 de Junho de 1823 — Aclamação de D. João VI como rei absoluto, após o pronunciamento militar, que teve à frente o Infante D. Miguel, qual ficou conhecido por «Vilafrancada».

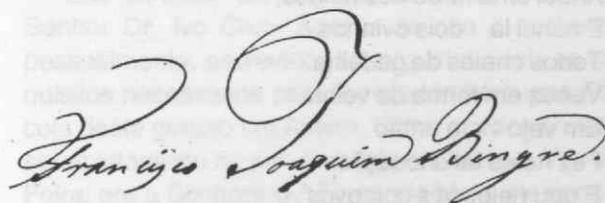
Ao Nome Português

Nome excelso, que imenso espaço abranges
Do polo ocidental ao disco ardente;
Tocha acesa na luz do rico oriente,
Senhor das palmas, que produz o Ganges;

Tu, que fizeste os púnicos Alfanges
Largar com susto o Malabar ingente,
E cem vezes em África patente
Espantar as horríficas Falanges;

Tu, que vives no céu, no mar, na terra,
Impresso nos padrões da heroicidade,
A tenaz opressão de nós desterra.

Este canto, que sagro à Liberdade,
Excelso Nome Português encerra
Contigo no salão da Eternidade.



Assinatura do "Cisne do Vouga"

Soneto

Treze anos, Senhor, se têm passado
Em triste estado, em mísera orfandade,
Vítimas do desprezo e da saudade
No mais cruel e lastimoso estado.

Por valor nobre aos Portugueses dado
Tomando por escudo a lealdade,
Arrancaram dos braços da maldade
Para nós o depósito sagrado.

Vinde, ó Reis, vinde ouvir seus votos puros,
Todos os corações cultos vos rendem,
E ditosos fareis dias futuros.

Recobrar seus direitos só pretendem
Se da vossa justiça estão seguros
Em pedir o que é seu não vos ofendem.

NOTA — Por causa das invasões francesas, a Família Real tinha retirado para o Brasil, deixando Lisboa em 29 de Novembro de 1807; regressaria ao Reino em Abril de 1821.

Elogio recitado em Aveiro na abertura do Teatro da Pascoela

— Elogio —

Se é morta Esparta, se não vive Atenas,
Almas heróicas inda Jove cria,
Inda das limpas regiões serenas
Baixa a virtude, a iluminar o dia.
Inda do coro de imortais comenos
Melpómene gentil a nós envia
O Génio nacional, o semi-divo
Que ao Vouga faz calçar coturno Argivo.

Se a insípida Borleta, alçando a frente,
Da fofa estupidez apadrinhada,
Leva sempre após si, em grossa enchente
Imensos vivos da Nação castrada:
Se o monótono som tem só pendente
O ouvido espectador, na acção contada,
Hoje, Aveiro vai pôr na cena lusa
A dar choque às paixões trágica Musa.

Inês, a linda Inês, que um Fado escuro
Fez vítima infeliz de seus amores;
Que tendo um fim mesquinho, um grão futuro
Teve nas líras de imortais cantores,
Dessa amante fiel o peito puro
Que apunhalado foi por vis traidores:
É o trágico assunto, que hoje em cena
Põe Junior imortal com douta pena.

Os dois fins da tragédia, os dois preceitos,
Terror e compaixão desempenhados
Vereis por hábil mão, vereis sujeitos
Dois fidos corações, tão bem ligados,
Pela fé conjugal, de amor aleitos,
Que, sendo pela negra inveja olhados,
Fez a destra arvorar da vil intriga,
Que, dum golpe, de Pedro Inês desliga.

Neste quadro imortal, nesta pintura
Desenhados vereis, com vivas cores,
Os eléctricos choques da ternura
E o vivo gás de conjugais amores.
Vereis raiva e furor, ódio e brandura,
O remorso, o dever, ânsias, temores,
Contrapostas paixões da Natureza
Debuxadas com arte e com viveza.

Entre sustos Inês, sempre amorosa,
Pedro amante fiel, sempre fogoso;
Do inflexível Afonso, alma timbrosa
De Sancho aio ancião, caracte honroso:
A política falsa e cavilosa
Dos cruéis conselheiros; o mavioso
Génio brando de Elvira, e os mais agentes
Os vossos corações terão pendentes.

Ilustres cidadãos, caros patrícios,
Rectos, sábios, prudentes magistrados,
Que Aveiro enobreceis, prestai propícios
As vossas atenções aos doces brados
Do génio nacional, qu'aponta os vícios,
As tremendas paixões, feitos honrados;
Qu'em regulares dramas majestosos
Abre a escola moral de heróis famosos.

Se temos pátria lei, que determina
Alto esplendor aos teatrais inventos
Onde a pura moral civil se ensina,
Grandes feitos, heróicos sentimentos:
Se em cena regular pura doutrina
Anivela as paixões e os pensamentos,
E os costumes gerais, qual já viu Grécia:
Em vão vozeia a estúpida inércia.

Excitar as paixões de heróicos feitos
É nosso intento só: eis a Tragédia.
Rir c'os vícios dos públicos defeitos
Instruindo igualmente: eis a Comédia.
Estes foram os fins e os são proveitos
De Sófocles gentil, na Idade Média,
De Eurípedes, Menandro, Plauto, Afrâmio,
De Terêncio imortal, cómico Arcânio.

Se Aveiro comercial já viu seus filhos
Por incógnitos mares, nunca arados,
Ir além do Equador, deixar seus trilhos
E seus nomes eternos, decantados;
Se o grande Afonso assinalou seus brilhos, ►

Nauta, descobridor de áfricos lados,
Que, rompendo por hórridas procelas,
A grande Águia de Aveiro ornou de estrelas.

Se já viu noutro tempo assaz vaidoso
O Vouga, em sua foz, mil naus arpendo,
Dando a Aveiro gentil um nome honroso,
De seu pego saindo e nele entrando;
Se o comércio salino o fez famoso
E entre os rios de Lísia o foi alçando,
Restaurada por vós sua antiga glória,
Hoje, outra vez será na lusa história.

Por vós, ilustres cidadãos, guarida
As Artes hão-de ter, a vós se abrigam.
O génio nacional por vós tem vida.
Vossos patrícios dons as almas ligam.
Tem força, tem vigor virtude unida,
Em vão os Aristarcos vis a intrigam;
Ela, sempre sem susto, os ares fende;
Ela brilha nos céus, na terra esplende.

Actores magistras , por uso feitos;
Por natureza e arte abalizados
Nós, senhores, não somos: nos preceitos
E regras teatrais nenhuns versados.
Vós deveis desculpar nossos defeitos,
Cientes de que nós associados
Por amor nacional, por dar-vos gosto;
Este prazer moral temos disposto.

Por vanglória não é, não por int'resse
Este nosso teatral ajuntamento;
Qualquer de nós somente o qu'apetece
É dar-vos um moral divertimento.
A concórdia desta arte se enobrece:
Divertir instruindo é nosso intento.
Felizes nós, se, desterrando os vícios,
Virmos à glória alçar nossos patrícios.

E vós, Ninfas gentis, alvas Napeias,
Filhas do pátrio Vouga graciosas,
Fugi d'amor às bárbaras cadeias
Qu'uma cega paixão cobre de rosas.
Pois gira um nobre sangue em vossas veias,
Sede amantes fiéis, segui briosas
As austeras antigas lusitanas,
Virtuosas rivais das espartanas.

Epigrama

No zimbório da sé velha
Andei uma tarde aos ninhos,
E achei lá dois ovinhos
Todos cheios de gadelha.
Venus em forma de velha
Em vejo vir, e então
Fez neles tal chocação
E deu neles tais corcovos
Que fez sair dos tais ovos
A maior cornulação.

«CONSERVATÓRIO REGIONAL DE AVEIRO — CALOUSTE GULBENKIAN»

Bodas de Prata

Já tinha aflorado ao nosso pensamento a ideia de lembrar que esta Escola Artística existe desde há 25 anos.

Seria um modo de prestar a minha homenagem a todos os que ajudaram a criar esta obra e aos que lhe têm prestado a sua colaboração e vivido as horas — boas e más — por que ela tem passado.

Os nascimentos ocorrem geralmente com momentos perspectivantes em recônditos compartimentos das maternidades. Ao contrário, o do «Conservatório de Aveiro» deu-se à luz do dia em sessão soleníssima realizada no Ginásio do Liceu Nacional de Aveiro, presidida por um Membro do Governo — o Dr. Baltasar Rebelo de Sousa — e com prestimosa colaboração musical da «Academia de Música de Vila da Feira», em Outubro de 1960.

Vai senão quando, vejo memorada a efeméride no número 4 do Boletim Municipal de Aveiro e isso acicatou mais (se possível) o meu acrisolado desejo de assinalar o evento, o que desejo fazer neste descolorido esforço.

Pretendeu-se sempre que esta Escola fosse cheia de vida, animosa e prestante, ao serviço da juventude aveirense, do distrito e do País. Cheia de vida! Um ser vivo portanto, com etapas comparáveis àquelas por que passa uma criança, desde que nasce até se tornar em adulto. Assim, há a considerar, antes do nascimento, a gestação.

Gestação — Durou pouco mais de um ano, desde Agosto de 1959, a nomeação de juris formados por professores do Conservatório de Música de Lisboa para irem examinar alunos de várias Escolas, entre as quais figurava a de Vila da Feira.

Era Director do Conservatório de Lisboa o Senhor Dr. Ivo Cruz. Apesar de não o conhecer pessoalmente, escrevi-lhe a perguntar quais os requisitos necessários para termos também uma Escola deste género em Aveiro. Como um dos professores integrado no júri, que viria em breve à Vila da Feira, era a Senhora D.^a Fernanda Melo, ele encarregou-a de vir a Aveiro esclarecer-me e comunicou-me o facto. No dia apazado veio esta Senhora

Professora e, mostrando-se entusiasmada com a ideia, informou-me devidamente e falou-me da Senhora D.^a Gilberta Xavier de Paiva, directora da «Academia» de Vila da Feira em termos tão encomiásticos que eu logo formulei o propósito de a visitar, o que realmente aconteceu. Assim teve boas raízes a árvore das nossas relações que vieram a traduzir-se numa magnífica e valiosa colaboração desta Senhora na elaboração dos Estatutos da nova Escola e, até mais tarde, durante o 1.^o ano, na sua direcção.

Entretanto organizara-se em Aveiro uma Comissão da qual faziam parte o Governador Civil, Dr. Jaime Ferreira da Silva, o Presidente da Junta Distrital, Dr. António Rodrigues, o Presidente da Câmara de Aveiro, Dr. Alberto Souto, além de várias outras individualidades ligadas aos problemas da Educação.

Em Coimbra foi apresentado o problema ao Professor de Direito, Doutor António Ferrer Correia, Administrador da Fundação C. Gulbenkian, que resolveu de imediato apadrinhar a ideia, interessando-se pela mesma.

Deste modo, o entusiasmo foi crescendo e as diligências foram-se somando, quer junto da Fundação C. Gulbenkian, quer junto do ministério da Educação Nacional, ouvindo-se em todos os sectores palavras de encorajamento a que foram correspondendo actos de ajudas práticas, sem as quais nada se poderia fazer.

Criaram-se duas Instituições com o mesmo nome: «Conservatório Regional de Aveiro».

a) *Uma Sociedade Cultural* de carácter particular com sede em Aveiro e dois objectivos fundamentais:

- Criar uma Escola aonde se ministrasse o ensino das disciplinas que fazem parte do plano oficial dos Cursos Gerais e Superiores do Conservatório Nacional;
- Promover, fomentar ou patrocinar a divulgação artística no distrito de Aveiro através de concertos, audições escolares e palestras

versando assuntos literários, artes plásticas, história da música, etc.

b) *Uma Escola* que realizasse as actividades atrás mencionadas.

Constituída e legalizada a Sociedade Cultural, esta requereu ao Ministério da Educação Nacional a necessária autorização para instalar o previsto estabelecimento de ensino com a mesma designação de «Conservatório Regional de Aveiro». «A pretensão foi convenientemente apreciada e, depois de tudo visto e estudado, o requerimento foi 'deferido' passando-se o Alvará N.º 1613, de 15 de Novembro de 1960, que permitia a abertura da Escola requerida, ao mesmo tempo que se autorizava que ela funcionasse no edifício do Liceu Nacional de Aveiro, sem prejuízo para os serviços liceais e enquanto não dispusesse de instalações próprias».

A benemérita Fundação Calouste Gulbenkian adquirira, para serviço do Conservatório, 10 pianos, alguns violinos, flautas e outros instrumentos, e ofereceu ainda valioso subsídio em dinheiro que se somou aos subsídios concedidos pela Junta Distrital e Câmara Municipal de Aveiro.

Salvaguardada a legalização da Escola, estavam reunidas as condições necessárias para o início desta nova «vida» em Aveiro.

Nascimento — Foi assim que no dia 8 de Outubro de 1960 se realizou o felicíssimo nascimento desta Escola, em tarde cultural que a prestigiosa Revista «Labor», de carácter pedagógico classificou justamente de *memorável*.

— Este acontecimento decorreu com a presença e sob a presidência de S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. Baltasar Rebelo de Sousa, assistindo também S. Ex.^a Rev.^{ma} o Bispo de Aveiro, D. Domingos da Apresentação Fernandes, o Governador Civil de Aveiro, autoridades e muitas outras pessoas entre as quais os já contratados professores da nova Escola e os respectivos alunos.

Usaram da palavra o autor desta notícia que fez as saudações apropriadas ao Governo, à Fundação Gulbenkian, autoridades e demais entidades presentes, e ainda a Senhora Directora da Academia da Música de Santa Maria, de Vila da Feira, Senhora D.^a Gilberta Gouveia Xavier de Paiva, que proferiu a Oração de circunstância sobre o valor educativo e humano da cultura musical.

Seguiu-se uma sessão cultural com execução de vários números musicais e de bailado, inteiramente a cargo de alunos da Academia de Vila da Feira e que foi demonstração exuberante da elevada categoria do ensino ministrado naquela Academia. A assistência apreciou devidamente todas as exhibições com as quais ficou decididamente encantada.

Visto que a mesma Senhora Dona Gilberta Paiva seria a Directora desta Escola nascente, isso era bom augúrio para quem tão bem nascia.

Baptizado — Todavia, uma sombra pairava no espírito dos promotores desta festa de inauguração e nascimento: a ausência do Presidente da Fundação Gulbenkian e de sua esposa, os dois grandes auxiliares do Conservatório. Isto era devido à ausência de Suas Excelências no estrangeiro, cumprindo compromissos assumidos que eram desconhecidos em Aveiro na altura do planeamento.

Resultou daqui a necessidade da realização de uma «Tarde Cultural» de gratidão e homenagem à Fundação Gulbenkian, que teve lugar em 27 de Junho de 1961. Foi presidida pelo Governador Civil, Dr. Jaime Ferreira da Silva, que se encontrava ladeado pelos senhores Doutor Azeredo Perdigão, sua esposa, Presidente da Junta Distrital, Dr. António Rodrigues, Presidente da Câmara de Aveiro, ao tempo Engenheiro Henrique Mascarenhas, Directora do Conservatório, D.^a Gilberta Paiva, Presidente da Assembleia Geral do Conservatório, Dr. Álvaro Sampaio, Presidente do Conselho Administrativo do Conservatório e Comandante da Legião Portuguesa, Coronel Diamantino Amaral.

Usaram da palavra a Directora do Conservatório e o Presidente do Conselho Administrativo que teve a feliz inspiração de chamar a esta «Tarde Cultural» a «Festa do Baptizado» da jovem escola e anunciou a decisão de o Conservatório e nomear a Fundação seu «Sócio Protector». O encerramento desta primeira parte coube ao Governador Civil que exaltou a obra da Fundação e felicitou o Conservatório pelos serviços já prestados.

Seguidamente, os alunos do Conservatório, orientados pelos seus professores, executaram os bem seleccionados números de música e bailado que constavam do programa previsto, a todos agradando e entusiasmando.

Do que foi a vida do Conservatório, dos seus sócios, professores, alunos, empregados de Secretaria e auxiliares, tudo consta de relatórios anuais primorosamente elaborados e elegantemente escritos pelo que durante vários anos exerceu as funções de Secretário do Conselho Administrativo, Monseñor Aníbal de Oliveira Marques Ramos. Esses relatórios grangearam muito prestígio perante o Governo, a Fundação, as Autoridades e a própria Sociedade Aveirense e bastantes benefícios se colheram desse facto. Todavia, assinalaremos aqui, por capítulos, os factos julgados mais relevantes, principalmente durante os primeiros tempos de vida.

Conselho Geral — Durante largos anos (talvez 12) exerceu as funções de Presidente o prestigioso

Dr. Álvaro da Silva Sampaio, nome bem assinalado nos fastos aveirenses e bem merecedor da nossa homenagem; mais recentemente, o cargo têm vindo a ser exercido pelo Dr. João Rodrigues Gamboa, professor na Escola do Ciclo Preparatório de Aveiro.

Conselho Administrativo — Foram seus presidentes:

De Out.º de 1960 a Julho de 1969 - Orlando de Oliveira;

De Out.º de 1969 a Dezembro de 1974 - Pedro Grangeon R. Lopes;

De Dez.º de 1974 a Julho de 1975 (nunca exerceu). Dr. Costa e Melo;

De Julho a Dezembro de 1975 - Eng. Adolfo da Cunha Amaral;

De Dez.º de 1975 a Dezembro de 1976 — Afonso Henrique Pereira;

De Dez.º de 1976 a Dezembro de 1980 (?) — Dr. Ilídio Duarte Rodrigues;

De Jan.º de 1983 para cá — Dr. Rogério Leitão.

Director Artístico e Pedagógico — Foram seus orientadores:

De Out.º de 1960 a Julho de 1961 - D.ª Gilberta Xavier de Paiva;

De Out.º de 1961 a Julho de 1971 - D.ª M.ª Leonor Teixeira Pulido Almeida;

De Out.º de 1971 a Julho de 1975 - Jorge M. Carneiro;

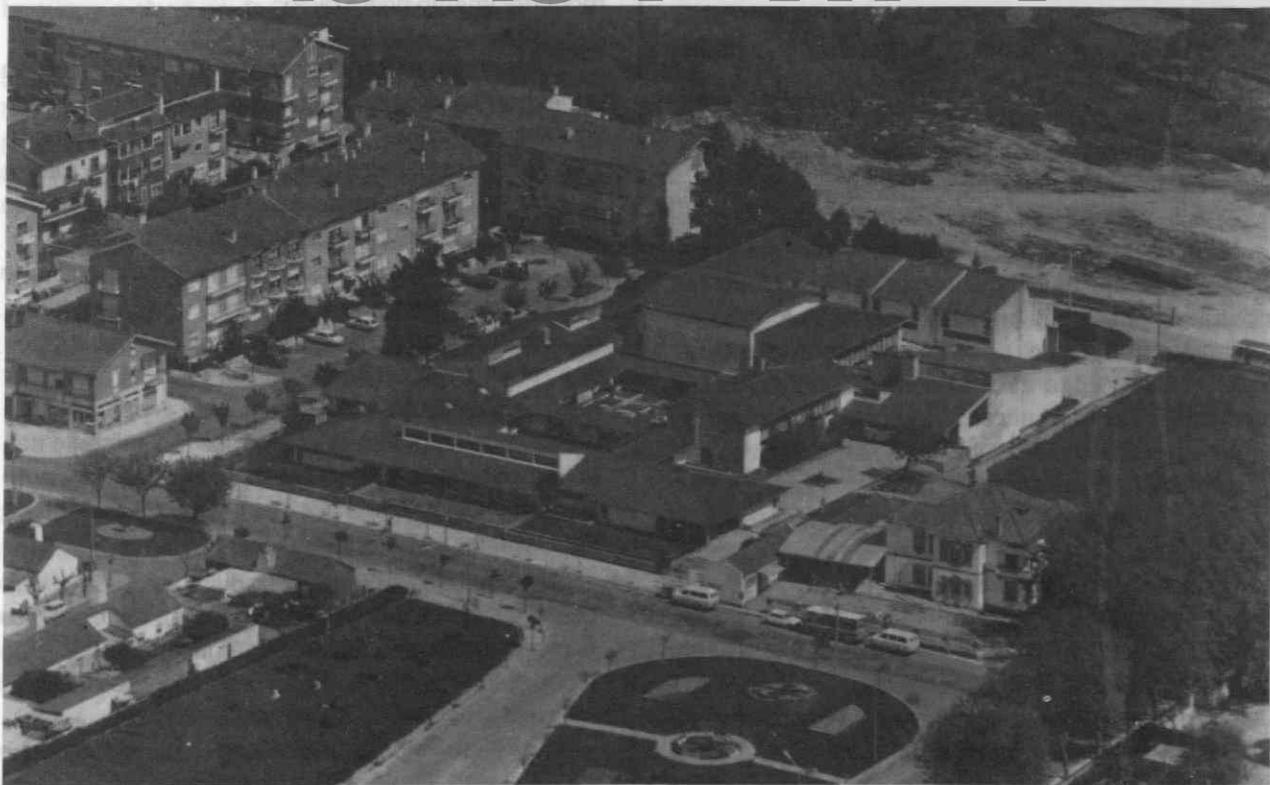
De Out.º de 1975 a Julho de 1976 - Afonso Henrique Pereira;

De Out.º de 1976 a Julho de 1978 - D.ª M.ª Leonor T.P. Almeida;

De Out.º de 1978 até agora - Fernando Jorge Ferreira M. de Azevedo.

Alunos notáveis — Ao abordarmos este tema, começaremos por duas palavras: uma de regozijo por a boa estrela do Conservatório nos ter proporcionado o pleno aproveitamento de alguns alunos altamente dotados; outra de desgosto por sabermos que alguns deles, nos «curricula» apresentados por eles próprios, nas suas actividades artísticas, se esqueceram lamentavelmente da Escola de Aveiro que carinhosamente os atendeu e desveladamente ajudou quando e enquanto dela precisaram. Desses alunos, os que mais se distinguiram foram:

- 1 — Maria Teresa Gouveia Xavier de Paiva — piano;
- 2 — Mário Mateus — canto;
- 3 — Adelino Ferreira Martins — clarinete;
- 4 — Armando Dias da Silva Vidal — piano;
- 5 — Manuel Teixeira Ferreira — violino;
- 6 — P.º Arménio Alves da Costa J.º — composição e hist.ª da música;
- 7 — P.º M.º da Rocha Creoulo — canto;
- 8 — M.ª Isabel Vieira do Casal — piano;



Vista aérea do edifício do Conservatório Regional de Aveiro.

- 9 — Fernando Morais Sarmiento — solfejo;
- 10 — Flávio dos Santos — solfejo;
- 11 — José das Neves Limas — solfejo;
- 12 — Severino dos Anjos Vieira — solfejo;
- 13 — P.^e Valdemar Alves da Costa — solfejo;
- 14 — António José Simões Vieira — solfejo;
- 15 — João Vieira Grave — solfejo;
- 16 — M.^a Adelaide Gonçalves C. Borges — solfejo;
- 17 — M.^{el} Domingos Novo — solfejo;
- 18 — José Martins Júnior — canto;
- 19 — Fernando Artur Rainho — clarinete;
- 20 — M.^a Paula da Silva Paulo — piano;
- 21 — Rui Alberto S. Branco Lopes — solfejo;
- 22 — Inês Maria Tavares A. Henriques — solfejo;
- 23 — Armanda Moreira de Figueiredo
— canto de concerto;
- 24 — M.^a de Lourdes Ferreira Simões Vieira
— piano;
- 25 — Fausto José de Carvalho — solfejo;
- 26 — M.^a Isabel Caldeira de Sousa — solfejo;
- 27 — Marília Mano — educação musical;
- 28 — M.^a Luísa Viterbo — acústica e hist.^a da
música;
- 29 — Viriato Marques — educação musical.

Esta quase trintena de alunos apurados entre os muitos que frequentaram o Conservatório até 1974, mostra claramente o muito interesse da população aveirense e a alta qualidade do ensino ministrado. Todos tiraram classificação de 17, 18 e 19 valores perante júris formados e presididos por professores do Conservatório Nacional de Lisboa e alguns deles são hoje figuras gradas no panorama musical português.

A observação destes factos leva-nos a concluir que... se mais escolas houvesse... melhor seria a cultura musical. Valeu a pena!!!

Cursos de línguas estrangeiras — Nos seus propósitos de difusor de cultura, o Conservatório fez contratos com os Institutos francês, inglês, alemão e italiano para ensino das respectivas línguas nas suas instalações, o que aconteceu ao longo de vários anos. Foram muitos os alunos que fizeram as suas aprendizagens nestes cursos e realizaram as respectivas provas de apuramento.

Era consolador visitar o Conservatório a qualquer hora do dia e assistir à movimentação de verdadeiro formigueiro humano à cata do saber.

Cursos pré-primários — Instalados desde 1964, na Casa da Rua dos Combatentes, têm funcionado ininterruptamente estes cursos com encantadores e minúsculos alunos que muito têm contribuído para difundir com simpatia a acção e o nome do Conservatório pela cidade de Aveiro e sua região.

Sócios do Conservatório — Em número superior a uma centena, muito têm contribuído, com as suas quotas monetárias e com a sua presença nas actividades, para estímulo dos dirigentes, dos professores e dos alunos no prosseguimento dos seus trabalhos.

Pessoal administrativo e auxiliar — No princípio, por questão de economia, recorreu-se a pessoal do Liceu que, com pequenas gratificações, ia prestando a sua valiosa colaboração. É justo destacar no entanto o Senhor Manuel Maurício, ao tempo Chefe de Secretaria do Liceu que durante alguns anos, quer ainda no Liceu, quer no edifício da Rua dos Combatentes, sempre ajudou quase desinteressadamente com toda a sua serena proficiência e eficiência a ter em ordem toda a vida administrativa da Instituição.

Há que destacar ainda o espírito de servir com abnegação com que todos os empregados têm prestado os seus serviços, quer nas horas boas como principalmente nas horas desagradáveis que têm batido à porta da Escola com certa frequência. Este registo será o reconhecimento da gratidão que a todos é devida.

Professores — Dinamizados desde a primeira hora pela batuta firme da Senhora Dona Gilberta Paiva, todos souberam implantar na Escola as normas de serviço sério e digno que sempre adejou sobre o Conservatório. Os alunos e Aveiro em geral muito lhes estão devendo e é de inteira justiça o reconhecimento deste facto.

Dirigentes — Para ocupar os 3 lugares do Conselho Geral como também as 5 vagas de Conselho Administrativo, todos sem qualquer remuneração, passaram pelas respectivas cadeiras muitas pessoas das mais ilustres que Aveiro contou e conta nas camadas mais elevadas da sua população.

Nos Relatórios, regularmente publicados, até 1980, podem ler-se os seus nomes que assim foram registados e constarão para serem lidos pelos olhos dos que um dia se interessarem pela história completa o Conservatório Regional de Aveiro. Não é nosso propósito fazê-lo agora mas tão somente nos anima com este trabalho o tocar o sino grande do nosso contentamento por o mesmo Conservatório estar a fazer os seus 25 anos de idade.

Instalações — Como já se disse, graças a munificência do Ministério da Educação Nacional, o Conservatório viveu instalado em algumas salas do Liceu Nacional de Aveiro durante dois anos lectivos: 1960-61 e 1961-62.

Entretanto inaugurou-se o novo Palácio da Justiça de Aveiro e nele se instalaram os correspondentes serviços, entre os quais a Conservatória do Re-

gisto Civil, até então acomodada em edifício particular sito na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, N.º 2.

Poucas e deficientes eram as condições desse edifício para instalação de uma escola. Mas não havia por onde escolher e houve que arrostar com os inconvenientes que, mesmo assim, sempre eram menores do que a permanência no Liceu.

Por isso foi com alegria que lá nos instalámos e por lá permanecemos desde Outubro de 1962 até 1970, isto é, durante 8 anos.

Até que em 1970 passámos para as magníficas comodidades de um novo e bonito edifício mandado construir pela benemérita Fundação Calouste Gulbenkian.

Vale a pena relatar e merecem ser contados para a posteridade os pormenores que antecederam esta maravilhosa hora de 1970.

Em 17 de Junho de 1964 abriu nos salões do Museu de Aveiro uma Exposição de Pintura organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian, com obras da mesma Fundação. Como era previsível, deslocou-se a Aveiro o Senhor Doutor José de Azeredo Perdigão, ilustre Presidente daquela Instituição, e então preparou-se uma recepção no Conservatório, planeando-se tudo de acordo com o Presidente da Câmara, que então era o Senhor Engenheiro Henrique Mascarenhas.

Formulado no Museu o convite para o Doutor Perdigão visitar o Conservatório, S. Ex.^a benevolmente o aceitou, realizando-se essa visita logo que terminou a abertura da Exposição.

Visitado o Conservatório, reunimo-nos numa das salas e tivemos o privilégio de viver uma hora alta quando assistimos ao diálogo travado entre os Presidentes da Fundação e da Câmara:

- Senhor Presidente da Câmara, já se lembrou que a Fundação, o Estado e a Câmara poderiam construir um edifício para instalar em Aveiro uma Escola de Artes na qual caberia o Conservatório?
- Não, Senhor Presidente da Fundação Gulbenkian, nunca pensámos nisso, mas uma palavra de Vossa Excelência é uma ordem e a Câmara vai debruçar-se sobre o assunto e colaborar quanto puder.

Sem perda de um momento, tudo se preparou e logo no dia 25 de Junho, passada portanto apenas uma semana, fomos a Lisboa, à Fundação, o Presidente da Câmara, o Senhor Carlos Aleluia, prestigioso aveirense e prestantíssimo membro do Conselho Administrativo do Conservatório desde a primeira hora; mais o signatário desta notícia.

Levámos plantas de vários locais citadinos aonde se poderia localizar o previsto edifício. Coube a escolha à Fundação que veio a dar preferência ao local onde hoje se encontra.

Logo em reunião de 29 de Junho, o Conselho Plenário da Fundação Gulbenkian atribuiu uma verba de 5000 contos para o efeito e mais tarde, em 9 de Março de 1965, o mesmo Conselho Plenário elevava aquela verba para 6500 contos, sendo 1200 para o terreno, 4800 para a construção e mais 500 para imprevistos.

Mas já em 9 de Fevereiro de 1965 o Conservatório fizera reunir em Sessão Extraordinária o seu Conselho Administrativo para tomar conhecimento do ofício N.º 788 da Fundação Gulbenkian, datado de 2 de Fevereiro, a comunicar a resolução de adquirir o terreno, fazendo-se a escritura dessa aquisição em 31 de Outubro de 1966.

Deligenciara-se entretanto junto do Arquitecto José Carlos Loureiro, do Porto, para pensar na elaboração do projecto, tendo ele encarregado da respectiva elaboração a sua adjunta, Arquitecta Noémia Coutinho, natural de Vale de Cambra e antiga aluna do Liceu de Aveiro. Estas diligências permitiram a maior rapidez dos acontecimentos e foi assim que se fez mais uma viagem a Lisboa para entregar na Fundação o volumoso projecto no dia 12 de Outubro de 1966. Quer dizer: quando a Fundação fez a escritura para aquisição do terreno já tinha na sua mão o projecto do edifício. A mesma Fundação aprovou o projecto nos princípios de 1967, realizou o necessário concurso e em 22 de Novembro desse mesmo ano iniciaram-se as obras da construção que decorreram normalmente.

Deste modo foi possível inaugurar o novo edifício em 30 de Março de 1971 com a presença honrosíssima do Chefe de Estado, Almirante Américo Tomaz, do Ministro da Educação Nacional, Professor Veiga Simão, e do Presidente da Fundação Gulbenkian, Doutor Azeredo Perdigão, todos acompanhados de suas esposas, e ainda do Senhor Bispo de Aveiro.

Os momentos altos vividos nesse dia em Aveiro estão devida e relevantemente registados no anuário do Conservatório, do ano de 1970/71, pelo que nos dispensamos de mais pormenores. No entanto realçemos devidamente a harmonização e sincronização de todos os actos praticados para que se conseguisse uma tão grande realização em tão curto lapso de tempo.

Mais ainda: às palavras pronunciadas no diálogo referido entre os Presidentes da Fundação e da Câmara de Aveiro sucederam-se os actos com benevolência. Fez-se a construção apenas à custa da Fundação, sem participação nem do Estado nem da Câmara; os 5 mil contos inicialmente previstos foram largamente ultrapassados, gastando-se 16 340 contos, sem contar os auxílios anteriormente prestados com a compra de instrumentos.

Nos dias de hoje, o edifício e o seu recheio terá um valor de cerca de 200 mil contos.

Tudo isto, lembre-se mais uma vez, foi e é devido à Fundação Calouste Gulbenkian que colocou tudo, em regime de comodato, à disposição do Conservatório.

Nova Vida — «Nova Casa, vida nova». Porque se tinham passado 10 anos após o nascimento do Conservatório, havia normas velhas a rectificar e normas novas a implantar, uma das quais a de assinalar de forma indelével a gratidão para com a Fundação C. Gulbenkian. Estas foram razões mais que suficientes para se pensar na remodelação dos Estatutos desta nova Escola aveirense.

Assim se elaboraram novas «bases para a organização do Conservatório Regional de Aveiro nas suas novas instalações».

Elaboradas estas Bases, delas foi dado conhecimento aos Ex.^{mos} Presidentes da Junta Distrital e da Câmara Municipal de Aveiro, que as aprovaram incondicionalmente e até «com aplauso», na palavra do Senhor Presidente da Câmara. Apenas estas informações, foi o processo enviado ao Ex.^{mo} Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian que sobre ele fez recair um longo e detalhado despacho, de que se transcreve o número I do seu articulado:

«O Conservatório Regional de Aveiro é um estabelecimento de ensino prestigiado e prestigioso, juridicamente organizado.

Por consequência, o facto de passar a dispor de novas instalações não deverá, só por si, determinar uma alteração da sua personalidade e profundas modificações na sua estrutura, a principiar pelo nome, que deverá continuar a ser o mesmo — “Conservatório Regional de Aveiro”, com um único aditamento — “Calouste Gulbenkian”.»

Este honroso e desvanecedor despacho, de Julho de 1969, continua a explanar-se com diversas considerações, para depois em seu artigo VIII, continuar:

«O comodato é, como se diz no N.º 2, em princípio, um regime experimental.

O destino definitivo do edifício e seus equipamentos é, de momento, incerto e imprevisível: — tanto pode ser a sua integração no património da Sociedade Regional de Aveiro como no património do Estado ou da Câmara Municipal de Aveiro; tudo depende de variadas circunstâncias. Porém, o destino que a Fundação vier a dar-lhe será, sem dúvida, o que se revele melhor para a realização dos seus fins, pois outras não são as intenções e as preocupações da Fundação».

Faz agora 25 anos que foi criado o Conservatório e concordemos que foi uma magnífica prenda que a cidade recebeu. É de desejar que também a cidade rejubile e demonstre estar à altura do acontecimento e promova actividades condizentes.

Têm prosseguido ininterruptamente as actividades deste Estabelecimento de Ensino Artístico e devemos assinalar, pelo seu valor e a retumbância que têm encontrado, a publicação do jornal escolar «Allegro» e a acção notável dos «Serões Musicais» das sextas-feiras.

Uma obra desta envergadura não é nem pode ser de uma só pessoa; é de muitas e todos merecem uma palavra de apreço.

Mas, como disse o Poeta... «O homem sonhou, Deus quis, a obra nasceu».

Orlando de Oliveira

Nota da Redacção — Há tanto tempo prometida, ainda nitidamente não se vislumbra a oficialização deste estabelecimento particular de ensino artístico.

Com o minucioso artigo que publicamos, subscrito por um dos seus principais pioneiros, a Redacção do Boletim Municipal formula um voto: que em Outubro próximo o Conservatório Regional de Aveiro seja uma escola pública de ensino artístico.

ANTIGOS PAÇOS DO EXTINTO CONCELHO DE ESGUEIRA

Com a finalidade de recuperar, preservar, consolidar e valorizar o edifício setecentista que foi sede da Câmara do extinto concelho de Esgueira, pensaram os responsáveis municipais em lançar ombros às obras necessárias para tal efeito, conscientes de que, com tal deliberação, atenderiam ao rico passado histórico desta freguesia citadina, corresponderiam ao seu progressivo desenvolvimento actual e iriam ao encontro dos anseios dos seus habitantes. Encarregou-se do estudo do respectivo projecto de recuperação do edifício o Arqt.º José Maria Lopo Prata, que contou com o trabalho dos seus colaboradores Arqt.º Ângelo Centeno, Dr. Rui Tavares (levantamento e apoio histórico), Eng.º Joaquim Alves Pereira (engenheiro civil), Eng.º Valente (engenharia electrónica), Carlos José Valente e Áureo Pericão Ramos (desenho geral e especialidades).

Efectivamente, na sequência da deliberação tomada na reunião de 10 de Setembro de 1984, e depois de prolongada troca de impressões, foi decidido, por unanimidade, em nova reunião municipal de 1 de Outubro seguinte, aprovar o respectivo projecto definitivo. Na mesma ocasião, foi também deliberado aprovar, em princípio, a colocação de um painel cerâmico no interior do edifício, em lugar a definir oportunamente.

Da «Memória descritiva e justificativa» recortamos o seguinte, por julgarmos de interesse ser publicamente conhecido para esclarecimento de todos:

«Muitas são as dúvidas que se nos levantam, sobre a originalidade do traçado do actual edifício, nomeadamente o das plantas, e, nos alçados, o posterior. O edifício para além de apresentar traçado confuso, é de uma pobreza espacial assinalável. Estes aspectos, ponderados entre o programa dado e aquilo que pensamos ser património, ou uma teoria de intervenção sobre o mesmo, levaram-nos a aproveitar do actual edifício, tão somente, parte da sua «casca» e duas paredes centrais. Fica ainda sujeita a intervenção uma antiga cave ou cisterna, por desentulhar, dependendo isso da sua capacidade de recuperação e adaptação. São conservados ainda pequenos vestígios de outras paredes mais ou menos escamoteadas, como contrafortes à estrutura que se pretende preservar.

O programa aprovado está resumido no organograma representado em baixo, e representa a plataforma de acordo, proposta por nós, entre a dignidade do edifício e o que se pretende.

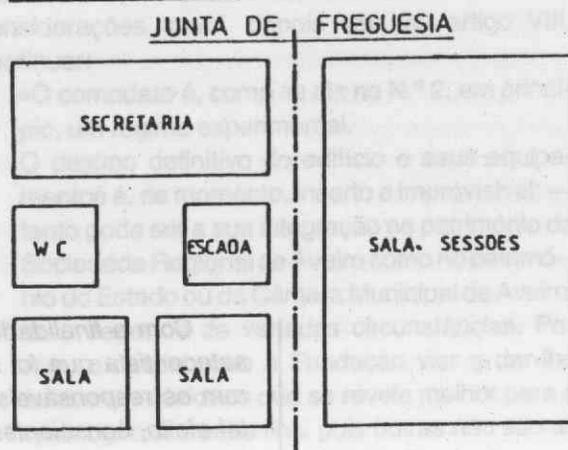
Houve ainda a preocupação de fazer ressaltar outros pequenos aspectos, nomeadamente os que se enquadravam na antiga traça, como por exemplo usar a torre sineira como circulação alternativa, reabrindo uma porta actualmente fechada, recuperar dois arcos que se abriram (?) sobre a escadaria, recuperar ainda através de cuidado estudo sobre a caixilharia certos efeitos de luz, e outros aspectos de menos importância.

Cabe ainda referir que a existência de pilares redondos ao longo da periferia do edifício e da sua parte central é uma opção estrutural e formal. Achámos que não deveríamos carregar as lajes sobre as paredes existentes; por um lado, por um desconhecimento da sua construção e conservação, que no entanto se prevê sejam pobres, por outro, porque, aproveitando todas as paredes nos dois pisos, corríamos riscos de desabamento das paredes ao nível superior. Ainda neste capítulo, para a execução do remate do beiral, pensámos ser preferível a solução apresentada, de que ao lado apresentamos esquema.

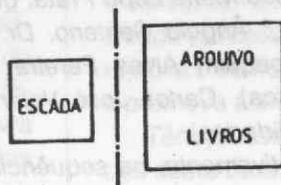
PISO TÉRREO



PISO NOBRE



SÓTÃO



Cabe ainda referir que, dentro do princípio de base de procurar soluções no espírito e da sua inicial construção, achámos fundamental acabar com o recorte na cobertura, transformando-a num simples e sossegado de quatro águas, através da criação de uma sacada, no prolongamento do que chamámos a Sala de Sessões, sendo unicamente perturbada por uma janela que ilumina o sótão, ao qual é dado novo uso.

Achámos a solução muito mais de acordo com o espírito barroco, mais limpa e na lógica do tal eixo de simetria, bem marcado no exterior pela torre sineira.

Nesse sentido, sentimo-nos na obrigação de conferir este mesmo aspecto ao alçado posterior, tão incomummente mal traçado — prova clara de anomalias e falta de posses, na altura da construção.

Pensamos que deve ser alargado o lote da Junta de Freguesia, suprimidas as instalações sanitárias implantadas na ocupação escolar e arranjado o jardim.

Por último, o projecto de execução traz, como alteração, detalhes que vão desde o desenho das caixilharias, passam pelo sistema de iluminação natural do sótão e acabam na «guarda» da nova varanda.

Quanto à abertura do novo vão no telhado, ela resulta de se assumir, a necessidade da luz para o

sótão, por um lado, e por outro executá-lo com clareza, assumindo essa alteração ao traçado existente.

Quanto à varanda que se acrescentou — e é correcto tê-lo feito, pelas razões atrás apontadas — colocou-se desde sempre a necessidade de diferenciá-la, como intervenção, do edifício existente, o que não estava até agora totalmente conseguido. Assim, optou-se por uma sobreposição de um pano de alvenaria, de desenho trabalhado, colocado no plano do topo da varanda.

Resulta numa guarda com um leve efeito de parede, memória de uma parede que nunca existiu!), mas com a transparência suficiente para se perceber com clareza tudo o que se passa por detrás, e portanto o seu real significado e valor relativo.

Por último, o remate superior da varanda é acabado com uma estrutura tubular, singela guarda que volta a repor o valor simples das coisas.

Aspectos construtivos

No seguimento posto na definição das grandes linhas de intervenção do projecto, havia que desenvolver, com igual cuidado e pormenor, todos os

aspectos ligados a processos construtivos adequados e tipos de acabamentos.

Havia que ter o conhecimento do que se fazia neste campo à data do início da construção do edifício, do como e do porquê, mas havia também que não procurar minimizar tal e qual esse conhecimento, assumindo claramente a responsabilidade de uma intervenção feita nos nossos dias, com evidente necessidade de viver no futuro.

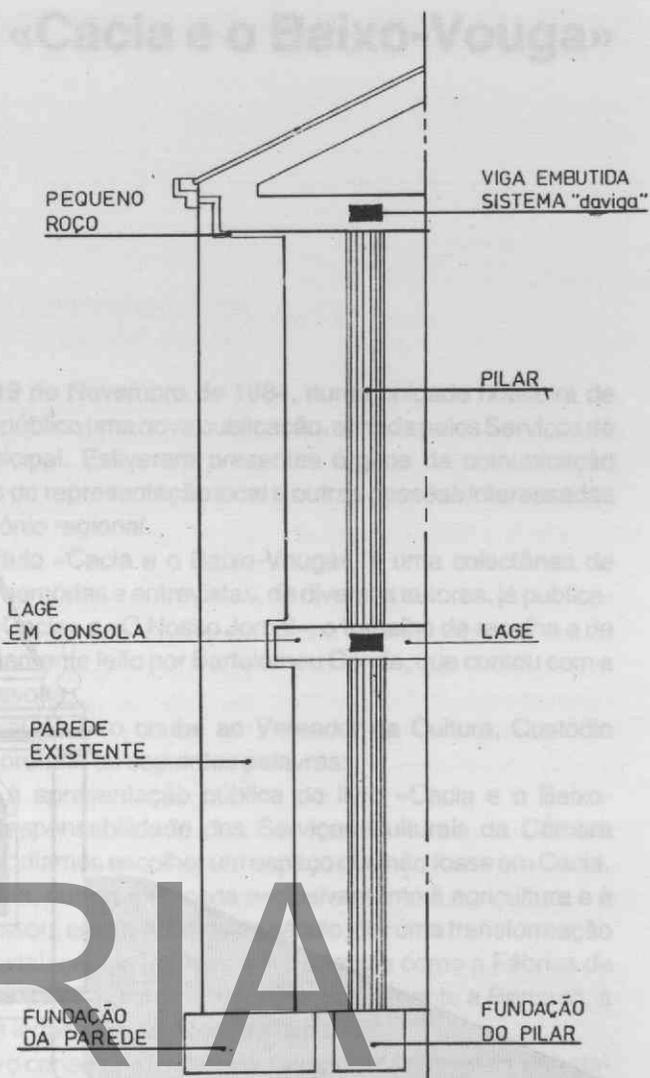
Havia ainda de conjugar a dignidade própria indispensável a este edifício, bem como com os custos dessa mesma dignidade; neste aspecto (custos), fomos obrigados a reduções drásticas.

Assim, acabaram por se definir materiais de menor nobreza, utilizando-os com sistematização, embora com cuidado de os reduzir a proporções compatíveis. É por exemplo o caso dos lambrís, agora de moca-creme, propostos em três espaços com pequena altura, embora a suficiente para preservar o bom aspecto e a durabilidade de um uso intenso que estes edifícios têm.

A utilização de trabalhada caixilharia de madeira será aplicada sob a direcção de conceitos e princípios setecentistas, embora com claro dese-



Paços do extinto Concelho de Esgueira.



nho de hoje, e a utilização de envidraçados entre espaços dá ou reforça a luminosidade dentro do edifício, enriquecendo o seu espaço interior.

As pinturas interiores, acima dos lambrís, são em tinta de água, de cor clara, propondo-se a colocação de uma calha para suspensão de quadros ou objectos, junto à sanca do tecto. Os pavimentos são em mosaico cerâmico, cor de tijolo. A escada central é em moca-creme, igual às dos lambrís, bem como a reconstrução dos aros de cantaria do alçado posterior. Todas as paredes, que se conservam do velho edifício, deverão ser picadas até a alvenaria de pedra ficar bem visível, perifericamente e até à profundidade de 5 cm, descarnadas para estanhar interiormente, e rebocar a areia fina exteriormente, com o cerzimento consequente.

O acabamento exterior em todos os alçados é de tinta de água branca, que deve ser aplicada com bastante cuidado, de modo a não sujar as cantarias existentes, que aliás se prevê serem protegidas logo desde o início da obra».

EXPOSIÇÃO «AVEIRO ANO» «Cacia e o Baixo-Vouga»

Ao fim da tarde de 19 de Novembro de 1984, numa unidade hoteleira de Cacia, foi apresentado ao público uma nova publicação, editada pelos Serviços de Cultura da Câmara Municipal. Estiveram presentes órgãos da comunicação social, diversas entidades de representação local e outras pessoas interessadas pela cultura e pelo património regional.

O livro, que tem o título «Cacia e o Baixo-Vouga», é uma colectânea de estudos, considerações, memórias e entrevistas, de diversos autores, já publicados nos jornais «Ecos de Cacia» e «O Nosso Jornal»; o trabalho de recolha e de coordenação foi cuidadosamente feito por Bartolomeu Conde, que contou com a colaboração de várias pessoas.

A apresentação oficial do livro coube ao Vereador da Cultura, Custódio Ramos, que, na ocasião, proferiu as seguintes palavras:

«Para procedermos à apresentação pública do livro «Cacia e o Baixo-Vouga», editado sob a responsabilidade dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Aveiro, não podíamos escolher um espaço que não fosse em Cacia.

Povoação antiquíssima, outrora dedicada exclusivamente à agricultura e à criação de gado, Cacia passou, em meados deste século, por uma transformação profunda em virtude da instalação de indústrias importantes como a Fábrica de Celulose (Portucel), a Fábrica de Automóveis (FAP e actualmente a Renault), a par de inúmeras unidades industriais de diferente dimensão.

Este surto industrial e o conseqüente desenvolvimento do comércio, arrastaram para Cacia grandes contingentes de pessoas vindas de outras terras, que



Bartolomeu Conde no uso da palavra.

aqui se radicaram, alterando a fisionomia desta até então pacata localidade, com naturais reflexos no modo de viver, nos costumes ancestrais, e até na alimentação.

A irreversibilidade desta histórica evolução terá sido a causa que moveu alguns filhos de Cacia a registarem oportunamente nos órgãos locais de comunicação — ECOS DE CACIA e O NOSSO JORNAL — através de crónicas e entrevistas, os velhos costumes da população traduzindo o seu modo de viver e de estar no Mundo, antes da industrialização que descaracterizou a comunidade originária.

Pretendia-se, assim, em defesa da cultura popular caciense, deixar à posteridade um «retrato» de Cacia do princípio do século dos trajes usados pelo povo, das suas crendices e mezinhas, do esforçado trabalho agrícola, da educação familiar, das normas do namoro, do casamento e das festas e romarias, dos seus cantares, enfim, de tudo quanto a evolução havia alterado, transformado ou simplesmente feito desaparecer.

Um dos cacienses que mais se esforçaram por concretizar tal objectivo foi sem dúvida António Pinto Perfeito, cujo nome ficará ligado à actividade artística, designadamente no campo da música e das danças populares, do teatro amador, dos grupos folclóricos, figurando por isso e com justiça na toponímia local.

Face ao valor histórico daquelas crónicas, a Câmara Municipal de Aveiro aceitou sugestão de publicar um livro que reunisse os trabalhos daquele autor, a que se juntou escritos de outras pessoas que trataram temas sobre Cacia, nomeadamente um valioso estudo sobre os achados arqueológicos, da autoria do saudoso arqueólogo aveirense Dr. Alberto Souto, considerações sobre esses achados expandidas pelo ilustre aveirense Dr. David Cristo, um trabalho de João Sarabando sobre o Rio Novo do Príncipe, e ainda descrições de outros autores cacienses sobre as artes tradicionais da pesca do Baixo-Vouga, muitas delas já desaparecidas por motivo da poluição.

Não fora, porém, o amor às coisas da cultura popular, tornado quase uma obsessão, da parte de Bartolomeu Conde e não teríamos o ensejo de apresentar e ler esta publicação. A ele se deve tão só a ideia do livro, como consta do texto do seu preâmbulo. De facto, Bartolomeu Conde, que teve a colaboração amiga e incansável de Jeremias Bandarra, um artista de nomeada, e quicá de outras pessoas que não figuram na ficha técnica da edição, tomou sobre os seus ombros, do início ao fim, a tarefa melindrosa de recolher os trabalhos e gravuras, muitas das quais da sua autoria, facilitando sobremaneira e actividade dos Serviços Culturais do Município.

A obra aí está, digna de Cacia, digna de Aveiro, digna de todos nós.

Parabéns a Cacia!

Bem hajam todos quantos colaboraram.

Obrigado pela vossa presença».

Usou da palavra, entre outras pessoas, Bartolomeu Conde, que historiou o processo de recolha de todos os elementos e evocou os autores dos diversos artigos e assuntos da colectânea, designadamente António Pinto Perfeito.

No final, o Dr. José Girão Pereira, Presidente da Edilidade, congratulou-se com a iniciativa, agradeceu a todos quantos tornaram possível a publicação de «Cacia e o Baixo-Vouga» e disse que a Câmara, da sua responsabilidade, está sempre aberta a tudo o que divulgue a cultura, a arte e a tradição aveirenses.

EXPOSIÇÃO «AVEIRO ANTIGO E SUA EVOLUÇÃO»

No Salão Cultural do Município realizou-se, de 5 a 14 de Outubro, a exposição de fotografias de António Campos Graça, à qual se deu o nome de «Aveiro Antigo e sua evolução». Produto de meio século de trabalho e dedicação, a colecção exibida mereceu a admiração e o encómio do público aveirense, que se mostrou muito interessado em conhecer, rever e reviver imagens de antanho, cujos elementos característicos referenciam a identidade da cidade.

Verdadeira maravilha, «este espólio constitui um valioso contributo fotográfico e documental para a história da própria cidade e sobretudo para todos os aveirenses, amantes da sua terra, — assim definiu Francisco da Encarnação Dias, presidente da Assembleia Municipal, ao deixar por escrito o seu parecer no livro dos visitantes. Recordando lugares e edifícios de outras décadas, diria uma jovem que a mostra significava uma «exposição instrutiva principalmente para os mais novos, porque lhes permitia ver desde o Aveiro antigo e comparar com o actual».

Elísio de Oliveira, depois de cuidadosa e interessadamente percorrer os diversos espositores, pôde deixar a seguinte reflexão: — «É bom poder recuar aos tempos que nos precederam e que criaram o ambiente actual da cidade de Aveiro; é



António Graça e um pormenor da exposição.



bom descer a esse tempo e ver as nossas raízes, que nos individualizaram e caracterizaram».

Efectivamente, António Campos Graça, tornou-se conhecido pelo seu passatempo favorito: captar pela fotografia pormenores e quadros citadinos, além de coleccionar imagens obtidas por outros fotógrafos amadores, seus amigos. Assim, ao longo dos anos, conseguiu juntar uma documentação que passou a ser motivo de cobiça. «É um trabalho que só com muita paciência e muito amor a esta terra foi conseguido... e tudo quanto for feito para o preservar nunca será demais; é uma bela lição de aveirismo» — escreveu o Dr. Amaro Neves. Por sua vez, o Dr. Orlando de Oliveira havia de dizer: — «Esta exposição é a prova cabal do real valor de António Graça como homem, como artista-coleccionador e como aveirense; demonstra o acrisolado amor que ele tem à sua terra alavariense e documenta o muito que Aveiro lhe deve».

Ao rememorarmos a exposição «Aveiro Antigo e sua evolução», recortámos, a esmo, diversos testemunhos de alguns das muitas centenas de pessoas que a visitaram. O Padre Sebastião António Rendeiro, chefe da Redacção do «Correio do Vouga», haveria de registar que «a história de Aveiro não se pode fazer sem esta preciosa riqueza de António Campos Graça»; e rematava: — «São documentos de alto valor — um património que deve ser guardado e venerado». João Sarabando, por seu lado, augurou: — «Oxalá não tarde a criação do Museu da Cidade de Aveiro; nele ficariam devidamente resguardadas estas e outras preciosidades, respeitantes à urbe».

António Campos Graça, quis que o fruto do seu trabalho não se perdesse, mas que tal espólio se guardasse para proveito de Aveiro. Consequentemente, nas vésperas de encerrar a exposição, acordou com a Câmara Municipal de Aveiro, por intermédio do Vereador da Cultura, a forma de confiar à Edilidade a sua colecção de fotografias. E assim aconteceu.

Mais ainda. Os Serviços de Cultura lançaram-se à edição de um catálogo da exposição, posteriormente publicado; esta iniciativa também significou a homenagem ao homem que dispendeu o melhor da sua vida, recolhendo e preservando imagens da sua terra, como a viu e amou.

Não terminamos melhor esta notícia senão com transcrição das palavras do Dr. David Cristo, no livro dos visitantes: — «Trata-se de uma valiosíssima mostra, devida à devoção e arte do aveirense, distinto expositor. Importantíssima para os aveirógrafos. Esta iniciativa impõe um testemunho de agradecimento dos aveirenses a António Campos Graça».

MINISTRO DO UZBEQUISTÃO (URSS) EM AVEIRO

O ministro da Geologia e deputado ao Soviete Supremo da República Socialista Soviética do Uzbequistão, Tugliánov, acompanhado pela senhora Karamat, operária tecelã e deputada ao Soviete Supremo da U.R.S.S., por Valérie Tchernaiér, adido cultural da Embaixada Russa em Lisboa, e por Martins dos Santos, vice-presidente do Conselho Directivo da Associação da Amizade Portugal-U.R.S.S., esteve, no dia 5 de Novembro, na Câmara Municipal de Aveiro, onde apresentou cumprimentos ao presidente e à respectiva vereação. O governante soviético integrava a comitiva que acompanhou a Aveiro o grupo «Bakhor» de danças e cantares, que se apresentaria no Teatro Aveirense, na noite do mesmo dia.

A Edilidade interrompeu a reunião pública para receber os dirigentes soviéticos. Houve troca de impressões entre o presidente da Câmara e o ministro do Uzbequistão; ambos se pronunciaram pelos benefícios bilaterais deste tipo de intercâmbio entre grupos e responsáveis de países tão diversos, em prol da paz.

O Dr. José Girão Pereira ofereceu aos dirigentes soviéticos uma medalha da cidade e uma peça de porcelana, tendo sido obsequiado, em contrapartida, com uma bela publicação sobre a capital daquela República Soviética. A delegação do Uzbequistão ainda contemplou os membros da vereação aveirense com bonés típicos da sua região.



Tashkent — capital do Uzbequistão Teatro Académico de Ópera e Balet.

EMBAIXADOR DO JAPÃO EM AVEIRO

No dia 25 de Janeiro, esteve em Aveiro, numa visita de cortesia e amizade, o embaixador do Japão em Portugal, Fumiya Ogada. Todos sabemos os laços que existem entre Aveiro e o Japão, especialmente com a cidade de Oita.

Aquele diplomata nipónico foi recebido nos Paços do Concelho, sendo cumprimentado pelos presidentes da Assembleia Municipal e do Executivo Camarário, respectivamente Francisco da Encarnação Dias e Dr. José Girão Pereira, que estavam acompanhados de alguns vereadores.

Fumiya Ogada, que antes visitou o Centro Comercial «Oita», manifestou a sua satisfação por estar em Aveiro, agradeceu a maneira como fora acolhido e teve palavras de apreço para com os portugueses — povo que deixou no seu País marcas de cultura que permanecem bem vivas.

O Dr. José Girão Pereira aproveitou o ensejo para manifestar ao ilustre visitante o propósito de, em breve, uma embaixada aveirense, integrada de industriais e comerciantes, voltar de novo à cidade-irmã de Oita, visando o fortalecimento de laços de cooperação económica e de intercâmbio cultural. A propósito, pediu ao embaixador que exercesse a sua influência para que se estreitassem tais relações.

O presidente da Edilidade disse também que a sua Câmara vê com muito interesse a instalação de empresas nipónicas em Aveiro, designadamente no sector electrónico, oferecendo facilidades de terrenos e infra-estruturas — gesto que cativou o embaixador japonês.

No final, houve trocas de lembranças, simbolizando os elos de amizade e de cooperação existentes entre Aveiro e o Japão.



NOTÍCIAS BREVES

- | | | |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Outubro, 1 | <p>Comemorando o Dia Mundial da Música, o Grupo Symphoniae Portucalensis Musici, do Porto, deu um concerto de música barroca no Museu de Aveiro, com o patrocínio da Câmara.</p> <p>Foi aprovado o texto de protocolo a celebrar entre a Câmara e o Clube de Ténis de Aveiro, cedendo a exploração dos respectivos campos desportivos.</p> <p>Aprovado o projecto definitivo da restauração do edifício da Junta de Freguesia de Esgueira — que foi sede do extinto concelho — da autoria do Arqt.º José Maria Lopo Prata.</p> | <p>Concerto musical</p> <p>Campos de ténis</p> <p>Recuperação de edifício</p> |
| Outubro, 9 | <p>Foi deliberado, por proposta do Vereador Custódio Ramos, mandar colocar, dentro da cidade, placas indicativas da Biblioteca Municipal de Aveiro.</p> <p>Foram presentes e aprovados os projectos de iluminação de: Igreja da Misericórdia; Fonte das Cinco Bicas e Largo do Senhor das Barrocas.</p> | <p>Placas indicativas</p> <p>Iluminação de monumentos</p> |
| Outubro, 16 | <p>A Câmara deliberou adquirir ao Senhor António Graça a colecção de fotografias "Aveiro Antigo", calculada em cerca de quinhentas unidades.</p> <p>Foi deliberado adjudicar, pela quantia de 254 777\$00, o fornecimento de cantaria para a Fonte dos Amores.</p> | <p>"Aveiro Antigo"</p> <p>Fonte dos Amores</p> |
| Outubro, 22 | <p>O Vereador Vitor Silva apresentou o estudo de reordenamento paisagístico da Avenida das Tílias, no Parque do Infante D. Pedro. Foi deliberado aprovar e iniciar a execução dos respectivos trabalhos.</p> <p>A Câmara deliberou fixar em 200\$00 por m2 a comparticipação a conceder aos proprietários dos prédios que se entenda preservar e destinada à recuperação das respectivas fachadas.</p> | <p>Reordenamento da Av. das Tílias</p> <p>Recuperação de fachadas</p> |
| Outubro, 26 | <p>À semelhança do ano lectivo anterior, os Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Aveiro, em colaboração com o Conservatório Regional, retomaram a iniciativa dos "Serões Musicais", todas as sextas-feiras, visando a habituação do público.</p> | <p>Serões musicais</p> |
| Novembro, 5 | <p>Por proposta do Presidente, foi deliberado atribuir a medalha de ouro da cidade à Banda Amizade.</p> <p>A Câmara aprovou a proposta do Presidente que indica as obras a serem incluídas nos pedidos de comparticipação pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional): Captação, armazenamento e distribuição de água; Saneamento-esgotos e tratamento; aeródromo de S. Jacinto; Zona Industrial para novas Tecnologias e Mercado Abastecedor.</p> | <p>Medalha de ouro</p> <p>Comparticipação do FEDER</p> |

Novembro, 12	A Câmara tomou conhecimento de uma carta do Arqt.º José Maria Lopo Prata, através do qual comunicou a sua impossibilidade de continuar a pertencer à Comissão Municipal de Urbanismo e Protecção do Património.	Comissão de Urbanismo
Novembro, 19	Foi deliberado encetar diligências com vista a proceder-se à limpeza do monumento a José Rabumba, bem como à reposição das letras que foram destruídas. Foi deliberado autorizar que cinco alunos do Instituto Superior de Agronomia - Arquitectura Paisagística - de Lisboa, procedam ao levantamento de todas as zonas verdes da cidade.	Monumento a José Rabumba Zonas verdes da Cidade
Dezembro, 3	Por proposta do Presidente, foi deliberado exarar em acta um voto de louvor aos comerciantes das Ruas Combatentes da Grande Guerra e Gustavo Ferreira Pinto Basto, pela iniciativa que tiveram de iluminar, na época natalícia e a expensas suas, aquelas artérias. Por proposta do Vereador da Cultura, foi deliberado incumbir o Escultor Joaquim Ferreira Fernandes de orientar os trabalhos de limpeza da estátua de José Estêvão, considerando que em 26 de Dezembro de 1984 se comemora o 175.º aniversário do seu nascimento. O Vereador Portugal da Fonseca propôs que ficasse exarada em acta, o seguinte voto de congratulação: "Foi criada, no passado dia 30 de Novembro, a freguesia de Santa Joana, do Concelho de Aveiro, com a votação na especialidade do projecto de lei em discussão na Assembleia da República. Penso que será um acontecimento histórico para este Município, já que, além da satisfação dada às populações da nova freguesia, foi criada uma nova autarquia cuja autonomia contribuirá de maneira decisiva para a resolução dos interesses eminentemente locais, próprios da circunscrição. Porque assim penso, proponho à Câmara a aprovação de um voto de congratulação pelo acontecimento, englobando nele também, o sr. Vereador desta Câmara que, na sua função de Deputado à Assembleia da República, soube interpretar o anseio justo da população de Santa Joana". A proposta foi aprovada por unanimidade, tendo o Vereador Custódio Ramos declarado abster-se na parte que lhe diz respeito. Por proposta do Vereador Moreira Tavares foi deliberado oficialiar à R.D.P. manifestando o interesse na instalação de um posto emissor em Aveiro, comprometendo-se esta Câmara a ceder terreno para o efeito.	Voto de louvor Estátua de José Estêvão Voto de congratulação: Freguesia de Santa Joana Em ordem a um posto emissor
Dezembro, 10	Foi aprovado o plano de urbanização de Sá-Barrocas, bem como o respectivo regulamento.	Sá-Barrocas
Dezembro, 17	A Câmara aprovou a proposta de Plano de Actividades estruturado em objectivos e programas sendo as verbas assim distribuídas: Educação: 45 400 000\$00; Cultura, 25 000 000\$00; Desporto e Tempos Livres, 10 900 000\$00; Acção Social, 28 750 000\$00; Saúde, 400 000\$00; Habitação 86 000 000\$00; Planeamento Urbanístico, 11 300 000\$00; Iluminação Pública, 5 950 000\$00; Urbanização 25 500 000\$00; Rede de Esgotos, 2 500 000\$00; Resíduos Sólidos, 500 000\$00; Higiene Pública, 13 000 000\$00; Cemitérios, 2 350 000\$00; Bombeiros, 5 400 000\$00; Turismo, 15 000 000\$00; Mercados e Feiras, 11 250 000\$00; Rede Viária e Sinalização, 99 200 000\$00; Transportes, 37 000 000\$00; Estacionamento, 2 000 000\$00; Defesa do Meio Ambiente, 96 150 000\$00.	Plano de Actividades
Janeiro, 4	Foi aprovada a proposta de Orçamento para o ano financeiro de 1985 que importa tanto na receita como na despesa na quantia de 1.031.303.000\$00	Orçamento

As despesas segundo a classificação económico-orgânica foram distribuídas do seguinte modo: Operações Financeiras, 75 642 000\$00; Órgãos da Autarquia, 192 670 000\$00; Classes Inactivas 3 020 000\$00; Serviços Administrativos, 40 120 000\$00; Higiene e Limpeza, 56 400 000\$00; Cemitérios, 7 760 000\$00; Mercados e Feiras, 19 770 000\$00; Serviços Técnicos de Obras, 507 291 000\$00; Jardins e Arborização, 20 400 000\$00; Turismo, 20 920 000\$00; Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, 87 310 000\$00. O orçamento dos Serviços Municipalizados é de 373 710 000\$00.

Janeiro, 7	Foram aprovadas as bases gerais para a formação de uma Associação de Municípios que terá por fim promover, realizar e unificar a exploração do serviço público de abastecimento de água englobando os concelhos de Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja e Murtoza.	Municípios da Ria
Janeiro, 14	O Vereador Moreira Tavares comunicou que o Estado Maior da Força Aérea dá todo o apoio à implantação de um terminal aéreo civil, servindo-se das estruturas militares existentes no aeródromo de manobra de S. Jacinto desde que aquele terminal se situe numa área exterior do topo sul da pista existente e não envolva quaisquer encargos para a Força Aérea. Foi deliberado solicitar apoio à Direcção-Geral de Aeronáutica Civil e à A.N.A. para execução do projecto, com vista à aproximação dos respectivos custos.	Terminal aéreo em S. Jacinto
Janeiro, 21	Depois de apreciado o estudo de iluminação da Fonte das Cinco Bicas, foi deliberado abrir concurso para a respectiva execução.	Fonte das Cinco Bicas
	Foi deliberado, adjudicar a execução da "Construção do Centro Social da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima" - Mamodeiro, a Antero Marques dos Santos por 6 120 000\$00.	Construção de Centro Social
Fevereiro, 20	O Vereador Custódio Ramos defendeu perante a Câmara uma proposta apresentada pelo Conservatório Regional de Aveiro, visando criar o "Sector de Artes Plásticas" em que serão ministrados os cursos de pintura, desenho, serigrafia, têxteis, cerâmica e introdução à história da arte, destinada a jovens e adultos, tendo o Executivo apoiado a iniciativa.	Cursos de Artes Plásticas
Março, 4	Foi deliberado dar o nome de Dr. José Pereira Tavares à rua que ladeia do lado norte a Escola Secundária n.º 1 e que liga a Av. 25 de Abril à Rua Sebastião Magalhães Lima. Foi também deliberado que à praça que fica junto do Aparthotel seja atribuído o nome de D. Afonso V.	Toponímia
Março, 25	Por proposta do Vereador da Cultura foi deliberado doar à Associação Recreativa Eixense um terreno destinado à construção da respectiva sede.	Doação de bens

SUMÁRIO

PRINCESA SANTA JOANA	● <i>Soror Margarida Pinheira</i>	● ● 3
DUAS PALAVRAS	● <i>Custódio Ramos</i> <i>Vereador do Pelouro da Cultura</i>	● 7
A FREGUESIA DE SANTA JOANA	● <i>João Gaspar, Carlos Candal e</i> <i>Custódio Ramos</i>	● 9
HOMENAGEM A JOSÉ ESTEVÃO EM LISBOA	● <i>Redacção</i>	● 21
INDÚSTRIA EXTRACTIVA DO DISTRITO DE AVEIRO — SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO NACIONAL	● <i>José Carlos Balacó Moreira</i>	● 33
TOPONÍMIA DE AVEIRO EM 1895	● <i>Emanuel Cunha</i>	● 43
A QUINTA DE S. FRANCISCO, EM EIXO	● <i>Carlos Alves Valente</i>	● 53
UM POETA DE AVEIRO IGNORADO	● <i>Honorinda Maria Cerveira da Costa</i>	● 57
CONSERVATÓRIO REGIONAL DE AVEIRO	● <i>Orlando de Oliveira</i>	● 61
ANTIGOS PAÇOS DO EXTINTO CONCELHO DE ESGUEIRA	● <i>Redacção</i>	● 67
“CACIA E O BAIXO-VOUGA”	● <i>Redacção</i>	● 71
EXPOSIÇÃO “AVEIRO ANTIGO”	● <i>Redacção</i>	● 73
MINISTRO DO UZBEQUISTÃO	● <i>Redacção</i>	● 75
EMBAIXADOR DO JAPÃO	● <i>Redacção</i>	● 76
NOTÍCIAS BREVES	● <i>Redacção</i>	● 77